



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**NEGRO E GAY: DO FETICHE À DISCRIMINAÇÃO**

TIAGO DAMASCENO PEREIRA

ORIENTADOR  
PETRÔNIO JOSÉ DOMINGUES

SÃO CRISTOVÃO/SE

2022

TIAGO DAMASCENO PEREIRA

**NEGRO E GAY: DO FETICHE À DISCRIMINAÇÃO**

Texto de defesa de dissertação de mestrado elaborado sob a orientação do Prof. Dr. Petrônio José Domingues e apresentado à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

SÃO CRISTOVÃO/SE

2022

**FICHA CATALOGRÁFICA**

--

TIAGO DAMASCENO PEREIRA

**NEGRO E GAY: DO FETICHE À DISCRIMINAÇÃO**

Banca Examinadora:

---

PPGS/UFS - Examinador Presidente – Prof. Dr. Petrônio José Domingues

---

PPGS/UFS – Examinador Interno – Prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves

---

PPGDH/PUCPR – Examinador Externo – Prof. Dr. Ilzver de Matos Oliveira

SÃO CRISTOVÃO/SE

2022

## AGRADECIMENTOS

Nesses anos de mestrado, de muito estudo, esforço e empenho, gostaria de agradecer a algumas pessoas que me acompanharam e foram fundamentais para a realização de mais este sonho. Por isso, expresso aqui, através de palavras sinceras, um pouquinho da importância que elas tiveram, e ainda têm, nesta conquista e a minha sincera gratidão a todas elas. Primeiramente, agradeço aos membros da **RENOSP – Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTQI+** por me proporcionar aplicar a ferramenta metodológica desta pesquisa no Instagram deste Movimento Social do qual faço parte.

Minha gratidão especial ao **Prof. Dr. Petrônio José Domingues**, meu orientador e, sobretudo, um querido e grande amigo, pela pessoa e profissional que é. Obrigado por sua dedicação, que o fez, por muitas vezes, deixar de lado seus momentos de descanso para me ajudar e me orientar. E, principalmente, obrigado por sempre ter acreditado e depositado sua confiança em mim, pois sem sua orientação, apoio, confiança e amizade, em todo o caminho percorrido até aqui, nada disso seria possível.

Um obrigado especial às amigas que o mestrado me presenteou **Cintia Santos Campos** e **Gabriela Losekan**, a quem realmente considero como irmãs, e que sempre estiveram do meu lado, me apoiando e torcendo por mim.

Agradeço aos amigos **Gabriel Machado dos Santos**, **Everton Maciel Lima**, **Hiago Feitosa da Silva** e **Ginaldo Barbosa dos Santos**, amigos, negros gays, que contribuíram significativamente à construção deste projeto de resistência preta.

Agradeço também aos professores **Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves** e **Dr. Aleksandro José Prudêncio Ratts**, membros da banca de Qualificação e ao **Prof. Dr. Ilzver de Matos Oliveira** partícipe da Defesa de Mestrado, pelos conselhos, sugestões e interesse em contribuir para o desenvolvimento deste projeto.

## **PELE NEGRA, ALMA MULTICOLORIDA<sup>1</sup>**

Ser homem, ser negro,  
ser gay, ser só.

Minha pele é abrigo  
uma ocupação política  
onde me alenta  
onde afeta e assenta  
uma cisão homolítica  
entre meu corpo negro  
e minh'alma policromática.

Minha pele em estadia  
interseccional,  
é um manto do oculto,  
**OBJETIFICADO**  
**SILENCIADO**  
**ILEGITIMADO**  
**INVISIBILIZADO**  
**ESTEREOTIPADO**  
**ESTIGMATIZADO**  
**CONDENADO.**

Minha pele, meu arco-íris  
às margens de racismos  
nas profundezas lgbtfóbicas  
duas vezes senzala  
duplamente vulnerabilizada  
pelo patriarcado heterossexual  
pelo gay branco supra racional.

Minha pele, minha identidade  
além de casca protetora  
do meu âmago  
és mapa de representatividade:  
África!  
és cor da desigualdade  
és oferenda de tal religiosidade  
que dilacera a pele que habito.

Minha pele açoitada...  
sem vínculos, mas fetichizada  
sem valor, mão-de-obra barata  
sem alforria, minoritária.

Sou homem, sou negro,  
sou gay, sou só.

Minha alma é translúcida,  
transcende pigmentos  
subjuga tonalidades  
e mesmo acorrentada em “raças sociais”  
manifesta-se! **EMPODERAMENTO**  
pele negra, alma multicolorida  
(re) existência, fragmento  
de um ser, de um corpo,  
de uma sexualidade, de um afeto.

---

<sup>1</sup> Poesia de Tiago Damasceno Pereira, publicada na obra “I Antologia LGBTQIA+ de Sergipe”, pela Academia Gloriense de Letras (AGL) - 2021

## RESUMO

---

PEREIRA, Tiago Damasceno. Negro e Gay: do fetiche à discriminação. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia). PPGS, UFS, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, 2022. Mestrado.

A pesquisa aqui desenvolvida versa sobre a concepção e dimensão acerca do preconceito e discriminação vivenciados pelo sujeito gay negro, destacando e debatendo, especificamente, o fenômeno do racismo e lgbtfobia. O estudo é projetado à identificação das manifestações racistas na comunidade LGBTQI+ e lgbtfóbicas na população negra, assim como à análise da administração de demandas da comunidade LGBTQI+ e da população negra, por parte dos seus respectivos movimentos sociais e, à avaliação da atuação das políticas públicas ao sujeito negro gay. A perspectiva é contribuir à percepção dos impactos sociais projetados aos sujeitos interseccionais e dialogar com os mecanismos controladores do comportamento social que se configuram numa rotina estanque e demasiada equivocada. Este estudo está fundamentado à metodologia durkheimiana, através da análise dos fatos sociais, entrelaçada à abordagem interseccional.

**Palavras-chave:** Racismo e Lgbtfobia; Movimentos Sociais; Políticas Públicas.

## ABSTRACT

---

PEREIRA, Tiago Damasceno. Black and Gay: from fetish to discrimination. Dissertation (Postgraduate Program in Sociology). PPGS, UFS, São Cristóvão, Sergipe, Brazil, 2022. Master's Degree.

The research developed here deals with the conception and dimension of prejudice and discrimination experienced by the gay black subject, specifically highlighting and debating the phenomenon of racism and lgbtphobia. The study is designed to identify racist manifestations in the LGBTQI+ community and lgbtphobics in the black population, as well as to analyze the management of demands from the LGBTQI+ community and the black population, by their respective social movements, and to evaluate the performance of public policies. to the gay black subject. The perspective is to contribute to the perception of the social impacts projected to the intersectional subjects and to dialogue with the controlling mechanisms of social behavior that are configured in a stagnant and overly mistaken routine. This study is based on the Durkheimian methodology, through the analysis of social facts, intertwined with the intersectional approach.

**Keywords:** Racism and Lgbtphobia; Social movements; Public policy.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
Perspectivas Interseccionais.....	16
Objeto e problema.....	19
Assimetrias e desigualdades para além do indivíduo.....	22
Procedimentos Metodológicos.....	25
<b>CAPÍTULO I – ENTRE ESTEREÓTIPOS E PRETERIMENTO: RELAÇÕES RACIAIS NA COMUNIDADE LGBTQI+</b> .....	31
Identidade do gay negro.....	34
Hierarquias raciais e o afeto.....	41
Do indivíduo ao coletivo.....	45
<b>CAPÍTULO II – MOVIMENTOS SOCIAIS E A INVISIBILIDADE DAS DEMANDAS INTERSECCIONAIS</b> .....	49
Memória social LGBTQI+ nas lutas pela diversidade.....	51
Movimentos de igualdade racial.....	58
Um ponto negro no arco-íris.....	63
<b>CAPÍTULO III – IMPLEMENTANDO DESIGUALDADES: REFORÇO DE ESTEREÓTIPOS E COMPETÊNCIA POLÍTICA</b> .....	68
Minorias sociais x Governo Bolsonaro.....	70
Necropolítica em tempos pró-Bolsonaro.....	78
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	83
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	86
<b>ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....	93

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**AIDS** Síndrome da Imunodeficiência Humana

**ANTRA** Associação Nacional de Travestis e Transexuais

**ASPIR** Assessoria de Políticas de Igualdade Racial

**BSH** Brasil sem Homofobia

**CCAS** Casa de Cultura Afro-Sergipana

**CONAQ** Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

**COPPIR** Coordenadoria de Política de promoção de Igualdade Racial

**CNCD LGBT+** Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBTQI+

**DIEESE** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

**DP** Delegacia Plantonista

**DPLGBT** Diretoria de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

**DR** Doutor

**ENUDSG** Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e Gênero

**FBSP** Fórum Brasileiro de Segurança Pública

**FNB** Frente Negra Brasileira

**FURG** Universidade Federal de Rio Grande

**GGB** Grupo Gay da Bahia

**HIV** Vírus da Imunodeficiência Humana

**INESC** Instituto de Estudos Socioeconômicos

**IPEA** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**LGBTQI+** Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros/travestis/transsexuais, queer, intersexuais, dentre outros

**MDB** Movimento Democrático Brasileiro

**MEC** Ministério da Educação

**MFDH** Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

**MNU** Movimento Negro Unificado

**MNE** Movimento Negro Empoderado

**MP** Medida Provisória

**MTV** Video Music Awards

**ONG** Organização não-governamental

**ONU** Organização das Nações Unidas

**PEC** Proposta de Emenda à Constituição

**PL** Projeto de Lei

**PSL** Partido Social Liberal

**PT** Partido dos Trabalhadores

**RENOSP** Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTQI+

**SECADI** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

**SACI** Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e de Entidades Negras

**SEIDS** Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social

**SEPM** Secretaria Especial de Políticas

**SIM** Sistema de Informações sobre Mortalidade

**SINAN** Sistema de Agravos de Notificação de Violência

**STF** Supremo Tribunal Federal

**SUS** Sistema único de Saúde

**TEN** Teatro Experimental do Negro

**UFS** Universidade Federal de Sergipe

**UHC** União dos Homens de Cor

**UNEGRO** União de Negros pela Igualdade

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Modelo analítico-metodológico para compreensão dos processos da pesquisa.....	34
<b>Figura 2</b> - Porcentagem, por região, de participantes da pesquisa.....	35
<b>Figura 3</b> - Comparativo da exclusão de mulheres negras e negros homossexuais nos movimentos sociais.....	73

## INTRODUÇÃO

A temática acerca da luta das minorias sociais faz parte da trajetória pessoal, profissional e acadêmica enquanto psicólogo (voluntário de ONGs) e policial militar do estado de Sergipe, além de membro do movimento social - RENOSP (Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública - LGBTQI+), com a perspectiva em investigar o enfrentamento e sobrevivência a todo e qualquer preconceito e discriminação. Ainda na graduação, foi realizada pesquisa inerente ao preconceito explícito e implícito de policiais militares heterossexuais contra policiais militares homossexuais e suas manifestações de discriminação dentro da Corporação.

Os achados apontaram para a não manifestação de preconceito e discriminação explícito, até aqui confirmando a tese de D`Araújo (2003), o qual defende que o combate à intolerância é uma das mais importantes áreas de avanço do Direito característico das modernas democracias ocidentais. Porém, ao aprofundar os estudos, foi evidenciado o preconceito implícito e suas práticas excludentes dentro da corporação (PEREIRA & CORRÊA-CUNHA, 2016).

Esta trajetória de pesquisas acerca do preconceito e discriminação teve continuidade, quando assistido o documentário de Dagmar Schultz: *Audre Lorde - The Berlin Years 1984 to 1992* (2012). Audre Geraldine Lorde é uma escritora caribenha-americana, feminista, negra, lésbica e ativista dos direitos civis. Um dos seus esforços mais notáveis foi o seu trabalho militante com as mulheres afro-alemãs na década de 1980. Ela abordou questões relacionadas aos direitos civis, racismo, feminismo, mulherismo e opressão. Seu movimento se enquadra no liberalismo social, abordando a orientação sexual numa perspectiva revolucionária. Em resposta às críticas do conservador Jesse Helms sobre seu trabalho, assim se expressou:

*"Minha sexualidade é parte integrante do que eu sou, e minha poesia é produto da interseção entre mim e meus mundos [...] A objeção de Jesse Helms ao meu trabalho não tem a ver com obscenidade [...] ou mesmo com sexo. Tem a ver com revolução e mudança. [...] Helms sabe que meus escritos estão voltados para a destruição dele e de tudo o que ele defende"*

Jesse Alexander Helms Jr., jornalista e senador pelo estado da Carolina do Norte (EUA) entre 1973 e 2003. Homem – branco – heterossexual, intersecções de um perfil que, em uma sociedade patriarcal, foi, e ainda é imposto como padrão. Esta referência social existe

como tal quando, concomitantemente a ela, há algo não androcêntrico<sup>2</sup>. Assim, o homem, branco, hétero foi empossado como modelo social acima das demais categorias, ou seja, persona a qual está sobreposto à mulher, à transgeneridade<sup>3</sup>, ao negro, ao gay, os quais foram proscritos à qualidade de fora do protótipo socialmente aceito.

Corpo, mente, valores, poder, orientação sexual e estigmas da sociedade contemporânea. Quando legitimado um único modo de existir no mundo, partindo da negação de outros corpos, estilos de vida, seus artifícios de reafirmação advêm de estruturas de violência. Em uma sociedade constituída e constitutiva pela e da violência, a norma homem – branco – hétero exerce sobre as demais subjetividades um impacto colonizador e extrativista. Colonizador quando se impõe impetuosamente sobre o outro, por percebê-lo menor. Extrativista a partir do absorver a energia vital de quem não pertence à regra, empregando processos de submissão (MBEMBE, 2017).

Assim, foi percebido, por este pesquisador, branco, gay (de comportamentos heteronormativos) e de classe média, que há certos privilégios a alguns corpos, condutas, estilos de vida e que só há sentido indignar-se a algo que desperta questionamentos, assim, foi intuído que há uma hierarquização dos preconceitos e o racismo é a manifestação que mais violenta. Portanto, observando as lutas de Audre Lord, inicialmente foi despertada a investigação dos dados, mais recentes, acerca da violência no Brasil frente aos membros da comunidade LGBTQI+<sup>4</sup> e à população negra. O Brasil registrou 329 mortes de pessoas LGBTQI+ em todo o ano de 2019, segundo relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB) divulgado no dia 17 de maio de 2020 - Dia Internacional de Combate à Homofobia e Transfobia. Segundo a entidade, foram 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%), o que representa a média de uma morte a cada 23 horas.

Em referência à população negra, entre 2008 e 2018, o número de homicídios de pessoas negras no Brasil cresceu 11,5%, já o de pessoas brancas caiu 12,9%, de acordo com o Atlas de Violência 2020, produzido pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública). O Atlas apontou que o risco de ser

---

<sup>2</sup> Termo criado pelo sociólogo americano Lester F. Ward, em 1903, relativo à tendência para assumir o masculino – branco - heteronormativo como único modelo de representação coletiva.

<sup>3</sup> Transgêneros são pessoas que possuem a percepção de pertencer a um gênero que não condiz com o atribuído pela sua genitália de nascimento (JESUS, 2012).

<sup>4</sup> Com base nas definições da Aliança Nacional LGBTI+, as letras LGB, refere-se a orientação sexual da pessoa, e outra parte, TQI+, diz respeito a identidade de gênero, ou seja, como a pessoa se identifica, e vai além do gênero feminino ou masculino.

vítima de homicídio no Brasil é 74% maior para homens negros e 64% maior para mulheres negras do que para os demais. Segundo os dados, em 2018, último do presidente Michel Temer (MDB), do total de 57.956 homicídios registrados no Brasil, 75,7% das vítimas eram negras.

Após levantamento dos dados supracitados, foi motivada a pesquisa no âmbito jurídico, enquanto posicionamento, no Brasil, acerca da lgbtfobia. O Supremo Tribunal Federal (STF) interpretou, no dia 13 de junho de 2019, que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passasse a ser considerado um crime. Dez dos onze ministros reconheceram haver uma demora inconstitucional do Legislativo em tratar do tema. Diante desta omissão, por 8 votos a 3, os ministros determinaram que a conduta passasse a ser punida pela Lei de Racismo (7.716/89), que hoje prevê crimes de discriminação ou preconceito por "raça, cor, etnia, religião e procedência nacional".

Afinal, qual é a cor do invisível? A sobreposição de opressões e discriminações ao gay negro, sujeito justaposto às vulnerabilidades sociais, o invisibiliza ao alcance do bem-estar social. Diversas instituições, tais como a família, a religião, a medicina, o sistema escolar, de justiça, de segurança, entre outras, edificam significantes e significados a respeito da sexualidade e o gênero (FOUCAULT, 1988) definindo padrões de normalidade a corpos e comportamentos, gerando modelos de controle sobre as pessoas e seus desejos, suscitando inscrições que posicionam o gay negro à zona fronteira da referência social.

De acordo com Santos (2002), ser negro ainda é compreendido como uma identidade à margem. No Brasil, a população negra é originária a partir de distintos grupos étnicos africanos que foram enclausurados e transportados, coagidos para este país na qualidade de escravos. Para a permanência da população negra à condição de subservientes arquitetou-se um imaginário em torno do ser negro tendo como referência a cultura branca eurocêntrica. Ser negro foi e continua sendo vinculado à selvageria, ao primitivismo, a culturas assimiladas como atrasadas, a uma sexualidade libertina e demasiadamente aflorada.

**“Negro e Gay: do fetiche à discriminação”** vem questionar os processos de invisibilização do ser negro e gay aos vínculos afetivos, perpassando ao seu apagamento nos movimentos sociais, findando às excludentes nas políticas públicas. Assim, é fundamental abordar esta imperceptibilidade afetiva, a origem das ações segregacionistas dos movimentos aos componentes interseccionais, ou seja, propor a discussão acerca da seletividade nas pautas de lutas sociais, mas também, examinar as relações de poder sobre o indivíduo, sobre o(s)

coletivo(s) os quais ele acredita pertencer e às consequências destes atos na esfera das políticas públicas, que reforçam os ciclos de violências (preconceito e discriminação) aos sujeitos de grupos minoritários. Deste modo, o objeto desta pesquisa não consiste na existência do sujeito negro gay, mas todo o fato social de resistência que este indivíduo perpassa por toda sua vida.

### **Perspectivas interseccionais**

O conceito de interseccionalidade consiste em uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais não eram observadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros (AKOTIRENE, 2018). Igualmente, Crenshaw (1989) reforça que a interseccionalidade nos estimula a perceber o choque das estruturas, o intercâmbio simultâneo dos caminhos identitários, como evidenciado no fracasso do feminismo em considerar mulheres negras, já que reproduz racismo, do mesmo modo, o movimento negro falha pela perspectiva machista, oferecendo mecanismos metodológicos protegidos às experiências apenas do homem negro.

Pesquisar os processos de lutas e conquistas sociais da comunidade LGBTQI+ e da população negra, é imprescindível o uso da abordagem interseccional, estudo da aglutinação ou interseção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou segregação (AKOTIRENE, 2018). Esta dissertação debate no tocante à relação do racismo e lgbtfobia quanto às práticas vinculadas ao preconceito e discriminação. Trata-se de um estudo o qual apresenta discussões relativas aos efeitos subjetivos dessa relação e seus respectivos impactos na vida social de grupos humanos, aqui representados pelos negros gays, legitimando, assim, fundamental paradigma que compõe a visão de corpo e comportamento na atualidade e sua “evolução” histórica.

Assim sendo, é essencial observar a origem do coletivo social estudado. A denominação GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) foi criada em 1994 por Suzy Capô, atriz, ativista e jornalista brasileira, com o objetivo de um termo mercadológico para ser usado no festival de filmes sobre diversidade sexual, conhecido como MixBrasil (SILVA, 2011). Segundo Fernandes (2014), enquanto comunidade, houve a necessidade de fortalecer os protagonismos. Desta forma, este círculo social passou a se denominar GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros). Com o tempo, temas sobre gênero e orientação sexual foram articulados e a sigla foi se atualizando. Hoje, a comunidade LGBTQI+ é dividida em duas partes: a primeira, LGB (lésbicas, gays e bissexuais), diz respeito à orientação sexual do

indivíduo. A segunda, TQI+ (transexuais, travestis, transgêneros; queer; intersexuais, dentre outros), refere-se ao gênero.

O negro gay faz parte desta comunidade e um dos desafios experienciados é a lgbtfobia, aqui definida como rejeição, aversão, medo ou ódio irracional aos membros deste coletivo, isto é, a todos os que manifestem orientação sexual ou identidade de gênero diferente do padrão heterossexual aceito como normativo na nossa sociedade. Nesse sentido, comportamentos lgbtfóbicos variam desde a violência física, violência fatal, até a violência simbólica e/ou psicológica nos atos de xingar, ridicularizar, apelidar, excluir do grupo (Koehler, 2013) ou até mesmo afirmar que não gostaria de conviver/frequentar, qualquer espaço com uma pessoa deste coletivo.

A violência moral, física e a exclusão, contra a população LGBTQI+ é uma construção social latente, afinal, o simbólico e a corporeidade são socialmente concebidos. A sociedade é organizada em dois gêneros: masculino e feminino (bipolarizada) e com funções socialmente definidas, estipulando a heterossexualidade como única orientação sexual socialmente aceita e marginaliza quem subverte a essa “ordem”. Segundo pontua Cabral et al (2013), o Brasil é apontado como sendo um dos principais países, onde homossexuais são assassinados. É a nação que mais assassina pessoas transsexuais no mundo, conforme aponta Levy e Zanettini (2016).

De acordo com Durkheim (1987), a sociedade não se resume à soma de indivíduos, mas constituída por um sistema formado por sua associação, representando uma realidade específica com caracteres próprios. Assim, a comunidade LGBTQI+ elaborou seus processos de luta e defesa da liberdade, no entanto, Oliveira e Gomes (2017) instigam aos movimentos sociais o reconhecimento das diversidades dentro deles, ou seja, não hierarquizar violências e apreender que possuem múltiplas identidades sociais. A não compreensão das variantes sociais ocasiona a invisibilidade de pautas como a questão racial, orientação sexual, que podem agravar um contexto de violência, inclusive dentro dos movimentos.

Ao mesmo tempo em que esses espaços precisam ser criados e protagonizados por todo corpo social, é indispensável que todas as demandas sejam atendidas, que sejam respeitadas todas as letras do movimento LGBTQI+ e sem o uso de um sistema de castas; onde a questão racial, de sexualidade, de gênero seja discutida de forma interseccional (KOEHLER, 2013). Diante das múltiplas subjetividades, consciente e inconsciente, o papel dos movimentos sociais deve estar fundamentado em não monopolizar suas pautas de luta.

Vale destacar que, decomposta como uma anormalidade, a homossexualidade foi, durante um século, considerada como doença, vício, crime e pecado. Segundo Souza Filho (2009), a homossexualidade deixou de ser avaliada como uma questão de saúde mental após decisão, em 1973, da Associação dos Psiquiatras Americanos, retirando-a da classificação das doenças mentais. Até 1975, as sociedades de psicanálise não acolhiam homossexuais como psicanalistas. E foi apenas em 1991 que a Organização Mundial da Saúde retirou a homossexualidade da lista das doenças.

Outro enfrentamento imposto ao negro gay é o racismo, o qual Allport (1954) apreende que pode ser manifestado de maneira explícita (direta) ou implícita (indireta), onde nenhum segmento social está isento. O racismo explícito consiste nas ofensas verbalizadas e/ou ações discriminatórias. Como exemplo, o fato de uma pessoa humilhar verbalmente um cidadão negro. Sendo assim, a legislação brasileira, a qual condena tais práticas, minimiza, em tese, a manifestação do racismo explícito em comparação ao implícito. A discriminação implícita é mais comum, pois ela se revela sutilmente, de modo subjetivo, dificultando o seu combate devido, muitas vezes, ser imperceptível.

As políticas de afirmação do negro continuamente incidiram à questão da mobilidade social. Seus defensores asseguram que desalinhando a disfunção de classes, solucionaria o problema do negro, o qual teria mais acesso à educação e à profissionalização, por exemplo. Mas, segundo Kabengele Munanga (1999), a discriminação racial é um dos obstáculos fundamentais à mobilidade, pois alguns são preteridos, apenas por seus atributos físicos. O racismo é uma “desumanização”, o que aloca a vítima em um arranjo inferior sempre que acareada com um branco.

“Você não tem o perfil que nossa empresa procura”, inúmeras vezes um cidadão brasileiro negro já ouviu essa frase após uma entrevista de emprego. Sem compreender a causa de não se encaixar no perfil, mesmo que com um currículo igual, ou melhor, aos demais candidatos, este sujeito segue em busca de emprego. Esse indivíduo reflete a face de muitos brasileiros, tornando-se mais um complemento à disparidade nos índices de desemprego no país em relação à etnia racial. Casos como esses são muito comuns em nosso dia-a-dia, configurando mais um exemplo, entre tantos existentes, de discriminação indireta, que nossa sociedade se habituou a presenciar sem possuir a preocupação, ou, simplesmente, os meios para sua comprovação.

É neste cenário que o negro gay vem buscando empoderar-se, apropriar-se dos seus espaços e protagonismos sociais. Neste contexto, segundo Fanon (2008), o negro é um homem negro; isto quer dizer que, devido a uma série de contradições afetivas, ele se estabeleceu no seio de um universo de onde será preciso retirá-lo. Esta problemática, nada mais nada menos, incide em liberar o homem de cor de si próprio. Os processos avançam lentamente, pois existem dois campos: o branco e o negro. Destarte, Butler (1987) modela o questionamento às formas de poder e à materialização imposta ao corpo, à mente, envoltos num simbólico heterossexual, deixando de lado o sentido plenamente humano. Para o gay negro é duas vezes senzala, resistências a uma sociedade lgbtfóbica e racista.

Assim, estas considerações sobre o racismo e a lgbtfobia estimulam as indagações deste estudo e as conectam à linha de pesquisa **Minorias Sociais: Diferença, Desigualdade e Conflitos Sociais**, a fim de provocar novas reflexões acerca dos processos de luta dos negros gays. Tratando-se especificamente do fenômeno do racismo e da lgbtfobia, cabe examinar: As manifestações racistas na comunidade LGBTQI+ e lgbtfóbicas na população negra, assim como o não abarcar de todas as demandas da comunidade LGBTQI+ e da população negra por parte dos seus respectivos movimentos sociais, e a invisibilização do negro gay pelas atuais políticas públicas, ou seja, todos estes fatos sociais culminam em impactos sociais a estes sujeitos interseccionais?

### **Objeto e problema**

Como reflexo da crescente ênfase na relevância da Sociologia, é imprescindível discutir as conexões sociais contemporâneas. E, uma forma simples, mas eficaz, para começar a compreender as questões sociais atuais se faz por meio da abordagem interseccional, ou seja, “uma coisa não exclui a outra”.

Existem inúmeras formas de relacionar questões como raça, classe, gênero, identidade sexual e uma série de outras categorizações sociais, que não são binárias e que na maioria das vezes são impostas por grupos para exercer poder sobre determinados sujeitos (AKOTIRENE, 2018). Diante dos papéis presumíveis que a sociedade pode expor, Foucault (1987) nos proporciona duas tecnologias de poder, divididas em duas séries: série corpo — organismo/disciplina/instituições, que são os mecanismos disciplinares e a série população — processos biológicos (que são os mecanismos regulamentares)/Estado.

Um método centrado no corpo causa efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso torná-lo útil e dócil ao mesmo tempo. E, no outro fluxo, temos uma tecnologia que é centrada não no corpo, mas na vida; um método que congrega os efeitos

de massas próprios de uma população. Quando exaltamos as diferenças, partimos da interpretação de que essas identidades somam muito mais quando colocadas coletivamente. “Na luta, é preciso entender o corpo como campo de batalha. Este corpo é atravessado pelas estruturas do racismo, do patriarcado, do capitalismo”, lembra Audre Lord. Por isso a necessidade de entender a interseccionalidade, de (re)conhecer a si mesmo e ao outro em suas diferenças para uma sociedade mais igualitária.

De acordo com Luz (2011), o racismo e a lgbtfobia são fenômenos mais manifestados e contestados pela sociedade atual, os quais mantêm uma ligação direta com as demandas atuais pautadas ao preconceito e à discriminação. Entretanto, o autor destaca que, entre todas estas expressões, a discriminação vinculada à intersecção entre lgbtfobia e o racismo é a menos pesquisada e debatida, além de ser a mais questionável. Sendo assim, esta pesquisa nos remete à discussão acerca dos reforços comportamentais da comunidade LGBTQI+, dos movimentos sociais e das políticas públicas, às violências ocasionadas aos corpos negros homossexuais.

No que concerne às relações sociais da comunidade supracitada, Wiewiorka (2010) problematiza o racismo como um fato social que está presente em questões mínimas como: tipificar o homem negro na categoria de não afeminado (hipermasculinidade), ou estereotipar a preferência sexual e seu dote, que seja o “fetiche”, que seja o brinquedo, trazendo o gay negro como o forte e reprodutor da época da escravidão, o mantendo, aos dias atuais, como símbolo de virilidade e potência, ou até mesmo no uso da expressão “não curto negros”. Para o autor, reduzir uma pessoa pela cor da pele não é questão de gosto, e sim racismo, a dinâmica de afetividade na vida dos gays negros estrutura-se em questões que interseccionam raça e orientação sexual.

Numa sociedade racista, capitalista e patriarcal, discutir sobre afetividades negras configura-se como um elemento importante no processo de descolonização do pensamento e, sobretudo, de resgate à humanidade que lhes foi negada em séculos de escravidão. Quando os homens negros gays se apartam dos valores impostos sobre seus corpos, eles passam da categoria de objetos para a qualidade de abjetos. Ser uma “bicha” preta afeminada sob o espectro de uma masculinidade branca hegemônica é tornar-se invisível para as afetividades.

E, conforme defendido por Dias (2004), a compleição social do racismo presume que quanto mais clara o seu tom de pele, mais bonita a pessoa é, mais inteligente ela é e mais bem sucedida também. É frequente, nos noticiários, relatos de gays negros que foram perseguidos por seguranças em casas noturnas, ou vítimas da violência institucional nas abordagens

policiais. Além da lgbtfobia, o negro gay tem que conviver com o racismo cotidiano, quando as pessoas atravessam a rua para não serem “assaltadas”, assim como o racismo dentro da comunidade LGBTQI+.

Acerca do preconceito, Nogueira (1992) considera como preconceito racial, por exemplo, uma atitude adversa, culturalmente condicionada, em relação aos componentes de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja sobre toda ou parte da ascendência étnica que se lhes comina ou reconhece. Quando o preconceito de raça se cumpre em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando se resume à suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem.

Já para Adorno (1996), a fonte do preconceito é uma personalidade autoritária ou intolerante, onde pessoas autoritárias tenderiam a serem rigidamente convencionais, partidárias das normas e do respeito à tradição, bem como hostis com aqueles que desafiam as regras sociais. O autor acrescenta ainda que ao olhar para o mundo por meio de uma lente de categorias rígidas, elas não acreditam na natureza humana, temem e rejeitam todos os grupos sociais aos quais não pertencem, além de suspeitarem deles.

Quanto à discriminação, Rocha (2011) examina a relação entre discriminação e preconceito e afirma que discriminação é um conceito mais amplo e dinâmico do que o preconceito, e ambos têm agentes diversos: a discriminação pode ser provocada por indivíduos sozinhos, em grupos, ligados a alguma associação ou comunidade, ou ainda por instituições, possibilitando que o enfoque seja do agente discriminador para o objeto da discriminação. Enquanto que o preconceito é só individual e é avaliado sob o ponto de vista do portador, a discriminação pode ser analisada sob a ótica do receptor. De acordo com Oliveira e Gomes (2017), pressupõe-se que à medida que o desenvolvimento cognitivo vai conduzindo a uma maior autonomia intelectual, o sujeito vai construindo crenças e normas sociais pessoais, quer sobre a natureza dos grupos humanos quer sobre a justeza dos valores culturais que sustentam a discriminação.

O preconceito e a discriminação no Brasil, o aloca como o país que mais mata membros da comunidade LGBTQI+ no mundo. Segundo a Diretoria de Promoção dos Direitos LGBTQI+ do Ministério dos Direitos Humanos, 8.027 pessoas da comunidade foram assassinadas no Brasil entre 1963 e 2018 em razão de orientação sexual ou identidade de gênero. O Disque 100 registra outras denúncias além de assassinatos. Entre 2011 e 2018, foram 16.326 casos relatando 26.938 violações. Quanto à taxa de homicídios da população

negra no país, foi de 43,1 para cada grupo de 100 mil indivíduos negros no país em 2017, crescimento de 7,2% em relação a 2016, segundo o estudo Atlas da Violência 2019, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Os negros gays existem. Vivem em múltiplos ambientes, ocupam diferentes classes, trabalhos, praticam esportes, religiosidades, e mesmo assim são recebidos como corpos marginalizados, inaptos e doentes socialmente. Do mesmo modo, o reconhecimento da promoção às vias legais de sustentação diária e projeção de carreira do sujeito negro e gay deveria ser fato enunciado, por vezes individual, sincrônico à escalada dos movimentos sociais e políticas públicas os quais teriam de protagonizar a discussão, inserção e reivindicação dos seus mesmos direitos e permanências como cidadãos. Essa problemática vivenciada pelos gays negros evidencia a tese que à medida que o indivíduo acumula vulnerabilidades sociais, na mesma proporção estes sujeitos sofrem preconceito e discriminação em maior frequência e intensidade, levando-os à formatação de um novo segmento aos Movimentos Sociais, àqueles que abarquem corpos interseccionais.

Como é ser um LGBTQI+ negro no Brasil? O racismo acarreta em corpos negados em muitos ambientes. Assim, combinar múltiplas vulnerabilidades sociais é estar constantemente no não lugar. Esperam dos homens um desempenho viril, hétero e branca e, quando é rompida essa expectativa coloca-se em xeque a única forma de masculinidade ensinada e aprendida. Vale destacar que a principal diferença entre um gay negro e um gay branco é que o negro não será, em nenhuma instância, privilegiado, a não ser pelo motivo de ser homem, nesta sociedade que tem seus pilares fincados no racismo.

Convém salientar que a relevância empírica deste material está situada no reforço dos estudos que investigam os fenômenos sociais interligados à abordagem interseccional, nesta pesquisa sendo controvertida a relação do racismo e lgbtfobia quanto às práticas vinculadas ao preconceito e discriminação, assim como os atenuantes das ocorrências sociais vinculadas aos estereótipos atribuídos por toda a sociedade, à investigação dos processos de luta dos movimentos sociais enquanto pautas amplas e inclusivas e à efetividade das atuais políticas públicas voltadas aos negros gays.

### **Assimetrias e desigualdades para além do indivíduo**

O termo “estigma”, na sua origem grega, conceitua-se a “sinais corporais com os quais se preocupava evidenciar alguma coisa extraordinária ou má sobre o status moral de que os apresentava”. Atualmente, o termo vem sendo alocado como uma *fronteira corporal*

vinculante a uma relação social de desigualdade e fruto da reificação das inclusões de hierarquização. Por outro lado, Goffman (1988) não reduz a conceituação da palavra apenas aos sinais palpáveis ao corpo, mas envolve, também, as características distintivas que não são prontamente perceptíveis. Assim, Goffman (1988) dispõe os estigmas em três classes: deformidades físicas; as culpas de caráter individual (vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, desonestidade, distúrbio mental, prisão, alcoolismo, homossexualidade, desemprego e comportamento político radical); e, os estigmas de raça, nação e religião.

O racismo e a lgbtobia são componentes estigmatizadores e estruturadores da sociedade brasileira. Identificamos sua lógica operando, inclusive, nas relações pessoais, das amizades aos relacionamentos afetivos. As relações conjugais entre pessoas de cor de pele distintas ainda são vistas com “maus olhos” por parte da sociedade. É fundamental compreender este fato social (coercitivo e genérico) e agir para transformar tal realidade.

O Brasil apresenta um processo histórico que desumaniza os negros. Essa dinâmica pesa mais sobre os negros gays, que são tidos como seres indignos de amor, não belos e ultrasexualizados. Como o homem gay negro é criado nessa estrutura social, ele apreende esses “valores” de que não têm o padrão de beleza que se é desejado em um parceiro. Por consequência, estar com um homem gay branco lhe confere certo *status*, denominado de palmitagem<sup>5</sup>. Essa construção psicossocial acarreta ao não relacionar-se com outros negros.

As hierarquias raciais advêm de um conjunto de teorias deterministas biológicas, que vigoraram entre os séculos XIX e XX, e tinham como objetivo sustentar a hegemonia do branco frente ao sujeito negro (FANON, 2008). As teorias deram procedência a uma forma de discriminação baseada na tonalidade da pele (colorismo) que, por sua vez, criou uma segregação e exclusão social das pessoas de pele mais escura (MUNANGA, 1999). Carone e Bento (2012) afirmam que, até hoje, não é incomum que pessoas negras de pele clara tenham dificuldade de assumir sua origem étnica racial e busquem modificar as características que lhe remetam à sua negritude<sup>6</sup>. Assim, fogem da desvalorização que recai sobre os negros de pele escura.

---

<sup>5</sup> "Palmitar" e suas derivações "palmitagem", "palmitero", "palmiteira" são neologismos criados para interpretar o ato de uma pessoa negra se envolver de forma romântica com uma pessoa branca (MOURA, 1988).

<sup>6</sup> Na esfera política, negritude convém à ação do movimento negro organizado. Na perspectiva ideológica, negritude é possível ser percebida como artifício de obtenção de uma consciência racial. Já no campo cultural, negritude é a disposição do apreciar de toda revelação cultural de matriz africana (DOMINGUES, 2009).

De acordo com Oliveira e Dallagnol (2012), o racismo é a manifestação de preconceito e discriminação que discorrem as relações de raças em uma sociedade. O preconceito está no cotidiano, nas circunstâncias habituais em que as pessoas expressam um acervo simbólico em que as propriedades fenotípicas operam como códigos para esse preconceito. Na medida em que a mídia sublima as características fenotípicas de uma raça em detrimento de outra, ela coopera ao amortecimento da segunda. Ou seja, há uma introjeção do conceito de superioridade racial, o que contribui ao acúmulo do embranquecimento, que vem a ser a negação da negritude.

Se por um lado a estrutura social hierarquiza as pessoas a partir do fenótipo — a ponto de fazer com que algumas tenham dificuldade ou sintam vergonha de quem são — por outro lado, as famílias inter-raciais são exemplos de interações exitosas que descredenciam essas hierarquias. Em relacionamentos inter-raciais as pessoas têm, a todo o momento, a oportunidade de negociar, vivenciar, legitimar, construir e desconstruir os significados da raça e, sobretudo, do racismo cotidiano vivenciado pela parte não branca.

Os grupos raciais podem ou não se reproduzir no interior de famílias e dos relacionamentos inter-raciais. São as escolhas e o comportamento dos sujeitos envolvidos que farão a diferença. Por exemplo: ao assumir o relacionamento publicamente; ao manter um relacionamento afetivo saudável, quando for da vontade de ambos, não apenas sexual e oculto; ao não exigir que o outro mude sua aparência; ao reconhecer as diferenças em vez de ignorá-las; ao não usar o colorismo para deslegitimar a negritude. Portanto, os relacionamentos inter-raciais não são ilegítimos, pelo contrário. Mas, por sua natureza, enfrentam o desafio diário de ser um espaço de enfrentamento do racismo, mas também pode ser de empoderamento e de muito acolhimento, desde que seja feita a escolha de não ignorar as diferenças.

Conforme Adorno (1996), nesse formato de considerações sociais, propriedades visíveis e superficiais seriam prenunciadoras de características densas e invisíveis do sujeito. Dessa maneira, o fenômeno racismo se refere mais à configuração de como o indivíduo é percebido do que à sua real natureza. O essencialismo psicológico é amparado ao imperativo cognitivo da pessoa em sublimar a informação oferecida a fim de melhor compreender o sujeito ou fato social (ALLPORT, 1954).

O desempenho do essencialismo psicológico na categorização social abastece pré-julgamentos que esboçarão os comportamentos nas relações. Essas disposições em extrair do

indivíduo informações diversas a partir de alguns percebidos cooperam na preparação dos conteúdos que irão definir nossos preconceitos. A essencialização das diferenças vem a gerir sua hierarquização, assinalando as discriminações e infra humanizando fatos naturais e sociais.

Devido à essencialização entre os coletivos sociais, percebe-se que ela é alicerce para a instauração de categorias, inclusive dentro de seus grupos intrínsecos, provendo, assim, contextos para a distinção entre eles. Segundo Allport (1954), na perspectiva do essencialismo psicológico, os indivíduos tendem a explicar a diversidade entre os coletivos conferindo a eles diferentes significantes, confiando, assim, que eles podem determinar o caráter dos grupos. Assim, discursos de grupos dominantes ou de dominados comumente apelam a um espectro essencialista, seja para legitimar seu poder ou para explicar sua inferioridade e, assim, partir para reivindicações (BAUMAN, 1925). Nesta pesquisa, trazemos à tona o negro gay sendo invisibilizado por estratégias de silenciamento dentro de seus coletivos sociais.

### **Procedimentos Metodológicos**

Para a devida compreensão de como o racismo age, é fundamental localizar as composições mais apropriadas e eficazes para o seu combate (NOGUEIRA, 1992). O indivíduo existe em uma sociedade múltipla, com heterogeneidades de cor de pele, culturas, valores, conhecimentos, padrões sociais, estilos e maneiras de agir. Nesse contexto, o comportamento humano tende a ser influenciado diametralmente por seus pares, ou seja, na escolha do vestir, nas ambições materiais e profissionais, nos lugares a frequentar, por fim, pertencer a uma sociedade em que as ações individuais são definidas não pelo modo individual de assistir o mundo, mas pela configuração que a sociedade quer que o mundo seja visto.

Vale destacar que, quanto à cor da pele, a população negra, de modo geral, compreendeu que os ideais republicanos de liberdade, igualdade formal e de direitos não se concretizaram na completude. O não ingresso às disposições de prestígio, renda e poder, de um lado, e o “preconceito de cor” sob a ótica das teorias do racismo de base popular ou científico, de outro, eram, e ainda se mantém, como consideráveis limitações a afligí-los e enfeixá-los nos vínculos da subcidadania (DOMINGUES, 2018).

Esta dissertação observa o preconceito e a discriminação sob a perspectiva de Durkheim (2007), o qual se atenta ao campo metodológico da Sociologia aplicado ao estudo sério dos fatos sociais. Isto sugere a ideia de um método de observação, de tais fenômenos,

correspondente às suas distinções e nuances. Vale ressaltar que autores como Stuart Mill, Augusto Comte e Herbert Spencer não se preocuparam em constituir uma metodologia, para o estudo dos fatos sociais, rigorosamente científica, o que afetou os resultados a que chegaram, tendo eles se adstrito, por muitas vezes, a fazer certas observações generalizadas acerca da natureza da sociedade.

Um método de pesquisa é o processo em que se analisa, cientificamente, um objeto. O objeto desta pesquisa consiste no processo em que o negro gay é estereotipado e invisibilizado, desde os vínculos afetivos, perpassando pela segregação nos movimentos sociais, findando ao *apartheid*<sup>7</sup> motivado pelas políticas públicas. Portanto, Durkheim (2007) define o elemento oportuno de estudo da sociologia: os fatos sociais, o autor acresce que não é qualquer fato que incida no imo da sociedade que recebe a qualificação de fato social, tais como comer, pensar e dormir, uma vez que, caso isso calhasse, a sociologia não teria objeto próprio, e estaria envolvendo espaços de observação da biologia e da psicologia, por exemplo.

O que Durkheim (2007) destaca como ponto simbólico dos fenômenos sociais é precisamente a circunstância de tais fatos permanecerem fora da consciência individual de cada um dos membros da sociedade. Assim se expressa Durkheim:

“Modos de agir, de pensar e de sentir, externos ao indivíduo, e que se compõem de um poder de coerção em razão do qual esses fatos se impõe aos sujeitos. Portanto, eles não podem ser assimilados aos fenômenos orgânicos, já que versam em representações e em ações; nem com fenômenos psíquicos, os quais só têm essência na consciência individual e através dela. Logo, esses fatos formam uma nova espécie, e é a eles que deve ser dada a qualificação de sociais.” (DURKHEIM, 2007:2)

Durkheim (2007) acrescenta que certo fenômeno é classificado coletivo quando comum a todos os membros da sociedade ou, pelo menos, à maior parte deles, em outros termos, um fenômeno somente pode ser social se for geral. “Ele está em cada parte porque está no todo, o que é diferente de estar no todo por estar nas partes.” (DURKHEIM, 2007: 9). Assim, os dados estatísticos elencados neste estudo corroboram que a lgbtfofia e o racismo são manifestados pela maioria da sociedade brasileira, seja de forma implícita ou explícita e, dentro dos movimentos sociais e das políticas de Estado não seria diferente.

---

<sup>7</sup> Regime de segregação racial implementado na África do Sul em 1948 pelo pastor protestante Daniel François Malan, então primeiro-ministro, e adotado até 1994 pelos sucessivos governos do Partido Nacional, no qual os direitos da maioria dos habitantes foram cerceados pela minoria branca no poder. (LOUW, 2004)

Uma harmonização entre a perspectiva sociológica desta pesquisa e a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo e da lgbtfofia, produtores de aspectos identitários em que homens – gays - negros são repetidas vezes atingidos pelo cruzamento e sobreposição de raça e sexualidade, modernos aparatos coloniais. Destarte, Akotirene (2018) ressalta ser oportuno descolonizar perspectivas hegemônicas sobre a teoria da interseccionalidade e adotar o Atlântico como locus de opressões cruzadas, afinal, é nesse território de águas que se traduz, fundamentalmente, a história e migração forçada de africanas e africanos.

O crescimento das violências aos negros gays a cada ano no Brasil tem influência direta com a desumanização destes sujeitos dentro da comunidade LGBTQI+ e na população negra, mas principalmente nos movimentos sociais e no sistema de serviços públicos. Tem influência, pois os gays negros são objetificados e ultrassexualizados pelos gays brancos. Tem significativa extensão, porque há uma hierarquização racial dentro do movimento LGBTQI+ e de orientação sexual no movimento NEGRO. Tem intenso alcance, pois o distanciamento da responsabilidade do poder público no combate à violência à comunidade LGBTQI+ e à população negra vem ranqueando o Brasil como o país que mais assassina negros gays no mundo.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho consistiu na pesquisa aos fenômenos da lgbtfofia e do racismo e suas implicações ao enfrentamento e sobrevivência dos negros gays. Assim, as demandas específicas incidiram na investigação das manifestações preconceituosas e discriminatórias sofridas pelo negro gay, identificação de como o racismo se estrutura na comunidade LGBTQI+, examinou a atuação dos Movimentos Sociais quanto ao atendimento às demandas dos gays negros, mapeou as atuais e principais políticas públicas voltadas aos negros homossexuais e analisou os impactos sociais decorrentes dos preconceitos e discriminações vivenciados pelos negros da referida comunidade.

A realização da pesquisa é fundamentada pela discussão entre autores, análise de documentos disponíveis como fonte de evidências e entrevista estruturada, norteando as sugestões, hipóteses e variantes apresentadas e encontradas. Etapas de aplicação do arranjo metodológico:

- a) INDIVÍDUO: realização de entrevista estruturada aos seguidores do perfil de Instagram da RENOSP (Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública - LGBTQI+), que se autodeclaram homossexuais e negros, voluntários, para a apreensão das concepções e visões acerca das manifestações preconceituosas e discriminatórias e os possíveis impactos sociais sofridos pelos gays negros;

- b) COLETIVO: levantamento de notícias nas mídias sociais (jornais eletrônicos, blogs, websites e redes sociais como o Instagram), artigos científicos, identificando as problemáticas e as ações dos principais movimentos sociais da comunidade LGBTQI+ e da população negra, em prol das observações, externalizações dos conflitos elencados por este estudo;
- c) ESTADO: O mapeamento das atuais políticas públicas, às demandas dos negros gays, sendo analisadas com as relevâncias da aplicabilidade da pesquisa.



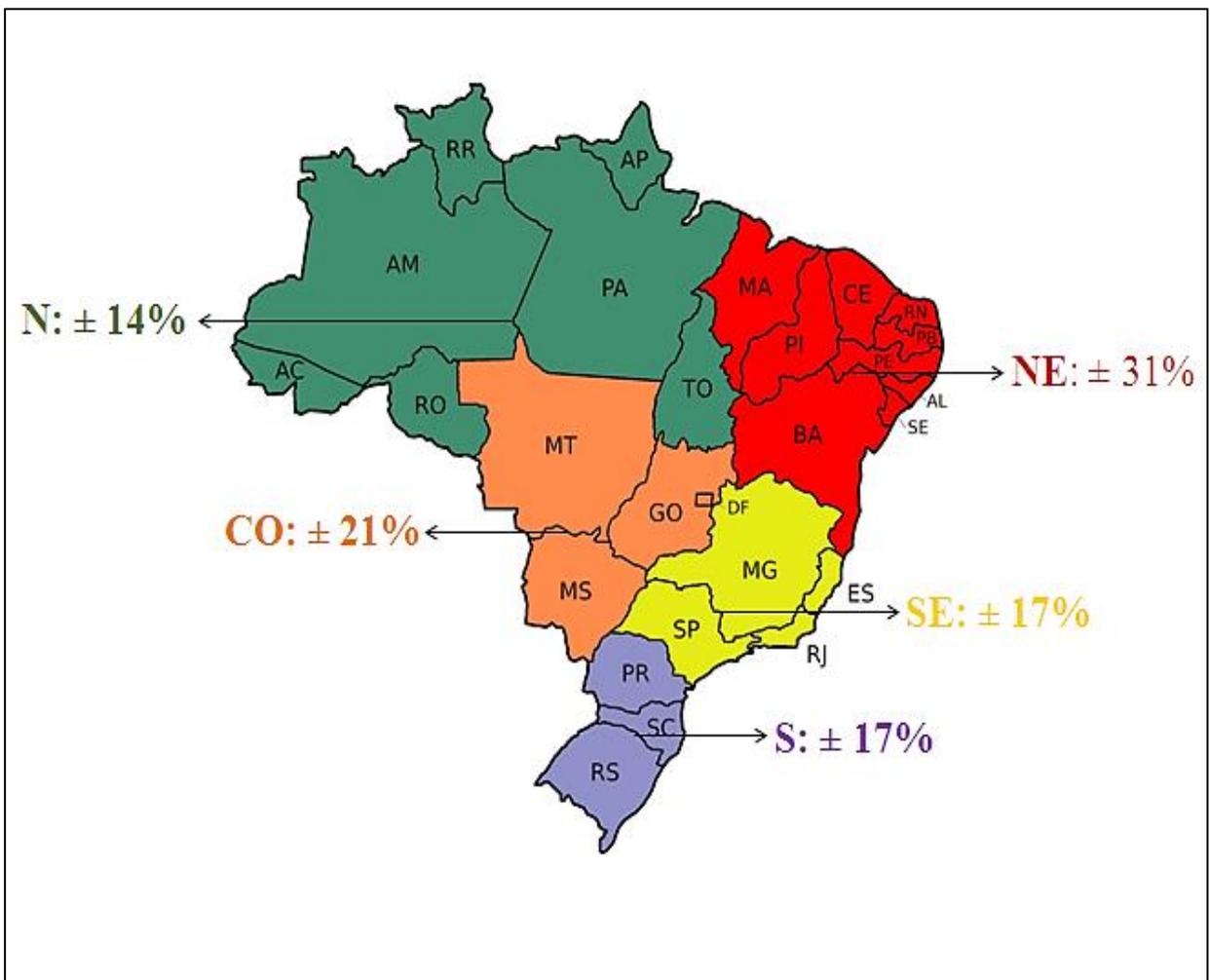
FONTE: Criado pelo autor, 2021.

**Figura 1** Modelo analítico-metodológico para compreensão dos processos da pesquisa

Na primeira parte da pesquisa temos o recurso da entrevista estruturada, com o intuito de identificar as manifestações preconceituosas e discriminatórias, principalmente os manifestados dentro da comunidade LGBTQI+, os impactos sociais aos gays negros e sua identificação com este coletivo. É, também, uma ferramenta metodológica que permite levantar e compreender as opiniões, relevâncias e inclusive valores dos participantes. Assim, a

aplicação da entrevista estruturada contribui para a pesquisa à medida que é fundamental dar voz à população gay negra envolvida na comunidade LGBTQI+ acerca dos processos que contribuem para os conflitos sociais decorrentes da vivência racista e lgbtfóbica.

Os negros gays que participaram da pesquisa são os seguidores (voluntários) da rede social: Instagram, da RENOSP, movimento este que o pesquisador é membro. Além disso, a entrevista estruturada (ANEXO A) é uma ferramenta que ofereceu o acesso às particularidades e narrativas de preconceito e discriminação sofridos. Em seu conjunto, esta ferramenta selecionada possibilitou, não somente, a coleta de dados para as análises contextuais a partir do mapeamento realizado, mas também a inserção nas lógicas, concepções e dinâmicas da percepção dos gays negros inerente à sua identificação com a comunidade, mas também, viabilizou a análise das pautas de luta dos movimentos sociais e seus processos díspares entre as necessidades de seus integrantes, assim como possibilitou examinar a gestão pública do atual governo federal frente aos grupos minoritários do Brasil.



FONTE: Criado pelo autor, 2021.

**Figura 2** Porcentagem, por região, de participantes da pesquisa

Durante os dias 04 a 08 de outubro de 2021 o Instagram da RENOSP manteve o link da entrevista desta pesquisa disponível aos seus seguidores, divulgando nos *stories* para que negros gays tomasse parte desta construção sociológica. Ao total, foram 29 participantes da entrevista, sendo 04 da região norte (verde), 09 do nordeste (vermelho), 05 do sudeste brasileiro (amarelo), 05 do sul (lilás) e 06 da região centro-oeste (laranja). Os dados coletados a partir das entrevistas foram transcritos na íntegra e submetidos à análise temática, subsidiadas em Bardin (2011) e Minayo (2014).

O processo analítico, segundo Minayo (2014), compreende descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência expressa alguma coisa para o objetivo indutivo visado. Para Bardin (2011), na análise temática é possível fazer o levantamento das atitudes, qualidades e aptidões, em cada unidade de codificação em que a qualidade ou o defeito estão presentes, reagrupando os diferentes elementos em grandes categorias. Com base nas perguntas da entrevista e nas respostas coletadas, os dados foram enquadrados em três categorias: **“Entre estereótipos e preterimento: relações raciais na comunidade LGBTQI+”**, **“Movimentos sociais e a invisibilidade das demandas interseccionais”** e **“Implementando desigualdades: reforço de estereótipos e competência política”**, convertidos em capítulos.

O intento posterior à coleta e análise de dados incide nos relatos em jornais eletrônicos, assim como em sites, blogs, redes sociais virtuais, compreendendo uma fonte de informações pré-estabelecidas e convertidas em dados qualitativos e quantitativos. Em especial, à rede social virtual: Instagram, sendo fundamental veículo de informações para esse estudo, pois esse tipo de mídia social tem sido porta-voz dos movimentos sociais e meio de divulgação e disseminação dos casos em que envolvem denúncias e manifestações ocorridas aos negros gays.

De acordo com Piza (2012), a origem do Instagram ocorreu em 06 de outubro de 2010. Os responsáveis por seu desenvolvimento foram os engenheiros de programação Kelvin Systrom e Mike Keneger. A rede social viabiliza novas relações afetivas, seguir e ser seguido por pessoas com intuito de acompanhar as atualizações dos demais. Acredita-se que o aplicativo ofertou a oportunidade para o mundo de manifestar-se em transparência e conexões mais próximas. Segundo Piza (2012), o aplicativo não é resultado exclusivo da evolução tecnológica, surgiu também a partir das oportunas transformações da rede. As relações intermediadas pelos dispositivos arquitetam propriedades de criação a novos relacionamentos, de modo que permitem conhecer pessoas com interesses em comum.

Por fim, o mapeamento das atuais políticas públicas é um instrumento fundamental para a observação e elaboração dos relatórios, sendo utilizados na composição da pesquisa, a exemplo qualitativo, além de investigar como estão ocorrendo os processos efetivos na luta contra o reforço ao fenômeno do racismo. O mapeamento é realizado por meio de pesquisa bibliográfica (livros, periódicos, artigos de jornais, sites, entre outras fontes), possibilitando, também, a análise da frequência em que o racismo é manifestado dentro dos movimentos sociais e pelas políticas públicas, ou na falta delas. Cinco recortes, artigos, foram desenvolvidos, sendo um relacionado à Identidade, e quatro na esfera das políticas públicas, sendo um à Educação, outro quanto à Saúde e dois trabalhos referentes à Segurança Pública frente aos LGBTQI+ negros. Assim, este estudo dissertativo traz evidências quantitativas e qualitativas, mantendo a Sociologia como disciplina acadêmica.

## **CAPÍTULO I - ENTRE ESTEREÓTIPOS E PRETERIMENTO: RELAÇÕES RACIAIS NA COMUNIDADE LGBTQI+**

O estereótipo fixa um conjugado de perspectivas socialmente postas, que tendem à aceção de circunstâncias habituais – “demarcação racial”. É constituído, deste modo, de uma competência social, mas não impossibilita, não obstante, que tal demarcação seja ponderada. Todavia, quanto às pessoas negras, em geral, tal correção é perpetrada colocando-se o rompimento de expectativa como um evento singular, qualificando a pessoa negra que transpõe o estereótipo como uma exceção, como “negro bem sucedido”, “negro que venceu na vida”, comumente, em atividades estereotipadas como a dança, o futebol, o atletismo e a música popular – “são negros, *mas...*”; ou “apesar de negros...”; “são negros de alma branca”. (SALES JÚNIOR, 2009)

A sociedade constrói estereótipos sobre corpos e comportamentos, compondo um diagrama simplista, mas sustentado de modo muito intenso e que não se baseia essencialmente em muita experiência direta. Pode abranger praticamente qualquer aspecto distintivo de uma pessoa – idade, raça, sexo, profissão, local de residência ou grupo ao qual é associada. O estereótipo é um tipo de padrão que a sociedade estabelece. É uma ideia preconcebida que aloca as pessoas ou grupos sociais em “caixinhas”, instituindo rótulos, determinando seus comportamentos e padronizando sua imagem num formato bem preconceituoso. Nesse processo, a qual sociedade o gay negro, indivíduo indiscriminadamente estereotipado, pertence?

Para Durkheim (2007), a sociedade, assim como o corpo humano, tem partes, necessidades e funcionamento inter-relacionados. A humanidade evoluiu de comunidades mínimas ou agrupamentos homogêneos para a formação de grandes e complexas sociedades. Na Sociedade Tradicional, a cultura e a religião instituíram uma consciência coletiva capaz de gerar solidariedade. Na Sociedade Moderna, a divisão social do trabalho causou uma máxima especialização, e o foco alterou para o indivíduo em vez do coletivo, de modo que a solidariedade agora vem da interdependência de indivíduos com funções especializadas.

Uma sociedade não se constitui apenas por indivíduos sem qualquer tipo de ligação pessoal, seja por afinidade ou por necessidade. Os indivíduos estão inseridos em grupos, em comunidades, mantendo contato mais próximo aos de mesma realidade diária, com os quais se divide interesses, objetivos e similaridades de ideias e condições, sejam econômicas, de posição social, de existência. Para Fichter (1973) comunidade é uma palavra de significados múltiplos e requer uma cuidadosa definição técnica, ao que a propõe como um grupo de indivíduos com relações recíprocas, que se serve de meios comuns para lograr fins comuns.

Nesse ponto, Bauman (1925) nos esclarece que pertencer a uma comunidade significa renegar parte de nossa individualidade em nome de uma estrutura montada para satisfazer nossas necessidades de intimidade e da construção de uma “identidade”. A partir da percepção teórica e da convivência com o ser negro e gay, percebe-se a interação dessas categorias e do que elas significam enquanto construção de identidade, bem como a maior ou menor vulnerabilidade em relação ao preconceito e às especificidades dessa população que enfrenta uma discriminação intercalada.

Assim, o recorte analítico da intelectual, acadêmica e feminista estadunidense Bell Hooks<sup>8</sup> viabiliza uma compreensão acerca das representações em torno das masculinidades negras construídas pela mídia, pela literatura e por setores acadêmicos. Deste modo, é imprescindível perceber como se desenvolvem as trocas de saberes diaspóricos. O intuito é obter um exercício de reflexão a respeito do modo como o racismo se apresenta como uma estrutura hegemônica presente em vários setores da vida social, como também no espaço da produção política da diferença.

Neste viés, quando há o cruzamento de vulnerabilidades sociais, e evoca tensionamentos, é admissível reiterar que um dos teóricos pioneiros a abordar o tema é o

---

<sup>8</sup> Bell Hooks é o pseudônimo da escritora, educadora, feminista e ativista social estadunidense Gloria Jean Watkins, nascida em 1952, na cidade de Hopkinsville, Kentucky.

antropólogo Osmundo Pinho, professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Em parcerias com a nova geração de estudiosos das masculinidades negras, Pinho (2008) participa com a publicação “Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades”, aparelhada por Henrique Restier e Rolf Malungo de Souza, onde também contêm representações de Deivison Mendes Faustino e Alan A. M. Ribeiro. Em boa parte dessas produções, os autores estimulam a refletir o espaço diferenciado do homem negro, que, para alguns, motivados pelo psiquiatra e filósofo martinicano Frantz Fanon, “não é um homem”.

Assim, Pinho (2013) busca observar algumas perspectivas em torno da articulação, vivida na prática e refletida na literatura, entre raça e sexualidade. Apesar das dificuldades aparentes, umas das expectativas para que se possibilitem mudanças no cenário social é realizar um verdadeiro resgate sociocultural da comunidade LGBTQI+ e da população negra, valorizando a história, a identidade, a cultura e as lutas de classe. É indispensável retratar as diversas faces deste homem homossexual que ajuda a instalar a verdadeira imagem de um ativismo que rompa com as barreiras de preconceito racial e de orientação sexual, que impedem o desenvolvimento pleno de sua identidade e a autonomia do homem negro gay.

É preciso retirar a cortina que impede a sociedade de enxergar o “racismo estético”, prática que imprime um modelo completamente diferente do que podemos ver na realidade social. Essa atitude apenas persiste em inserir uma imagem de homem branco, de olhos claros, de comportamento heteronormativo e de condição social elevada, poucas vezes enxergada no cenário social. O homem é um não, mas também é um sim: “Sim à vida. Sim ao amor. Sim à generosidade. Mas o homem também é um não. Não ao desprezo do homem. Não à indignidade do homem. Não à exploração do homem. Não ao assassinato daquilo que há de mais humano no homem: a liberdade” (Fanon, 2008, p. 184).

É aqui que a crítica antirracista toma contornos mais elaborados ao indicar que neste plano epistemológico, as relações raciais e a questão racial, correlacionadas ao racismo, operam, principalmente, de modo bastante sutil (implícito) e, de forma acentuada quando procura desmobilizar a legitimidade de saberes e visões de mundo estabelecidas coletivamente, explicitamente posicionais. A Sociologia tem o papel de se posicionar e responder ao ritmo acelerado das mudanças sociais, fundamentada na lógica acadêmico-científica.

Este estudo também fornece contextos para a reflexão acerca da solidão e humilhação advinda do preterimento como um possível fator de risco para o adoecimento do homossexual

negro, sobretudo, quando este isolamento é vivenciado como socialmente desvantajoso. Goffman (1988) manifestou que os indivíduos envolvidos pelo grupo como portadores de uma condição socialmente desvantajosa, ao que ele denominou de estigma, tendem a abrolhar sentimentos, percepções e comportamentos flutuantes em relação ao seu próprio eu, além da resistência em receber o apoio social, o qual promoveria a laboração dos sentimentos negativos, fator ativo para a qualidade de vida e saúde.

Fica aqui registrado, nesta dissertação, um verdadeiro manifesto a respeito da questão do racismo e lgbtfobia que cruzam os corpos, os afetos, a história, as lutas, a produção intelectual das pessoas negras homossexuais. Aqui, foram abordados temas como democracia racial, genocídio simbólico, criminalização de práticas e cultura, tal como dinâmicas de enfrentamento, a pesquisa exhibe como o papel do negro na sociedade é oferecido e abalizado por uma visão europeia, branca, heterossexual e eminentemente racista e lgbtfóbica. A solidão das pessoas negras não é uma opção, mas sim produto de devotados artifícios de anulação e apagamento. A solidão violenta, mata.

### **Identidade do Gay Negro**

Ao conceito de identidade certas considerações devem ser abordadas. Segundo o dicionário Michaelis (1998), a palavra “identidade” denota um “[...] conjunto dos caracteres próprios de uma pessoa, tais como nome, profissão, sexo, impressões digitais, defeitos físicos etc., o qual é considerado exclusivo dela e, conseqüentemente, considerado, quando ela precisa ser reconhecida. [...]”. Tratando-se de identidade negra, vale compreendê-la como um conjugado de dados históricos, culturais e sociais que determinam a “natureza” da população negra. Quanto ao estudioso, Stuart Hall, a identidade cultural evidencia aspectos inventariados à nossa cultura étnica, racial, linguística, religiosa, regional e/ou nacional.

No campo da literatura brasileira, através da leitura do romance “Bom-Crioulo” de Adolfo Caminha, publicado em 1895, um dos primeiros romances na temática da homossexualidade na história de toda a literatura ocidental, o autor aborda o sexo entre pessoas de diferentes etnias e a homossexualidade em ambiente militar. Mas, cabe destacar a relação entre o personagem Amaro, negro, ex-escravo, que presta serviços à Marinha Brasileira e o jovem branco, Aleixo. A narrativa traz Amaro com estereótipos, hipersexualizando seu corpo, objetificando-o; como não sendo digno de criar vínculos afetivos com Aleixo. O imaginário sexual ao corpo negro decorre de sua desumanização, que sufoca questões individuais da pessoa preta.

Em “O Cafuçu” (2012), Marcos Soares fala justamente de um dos maiores fetiches do mundo gay: os *cafuçus* (“homem rústico”, trabalhador braçal, pardo/negro, pouco instruído, mas que tem a “pegada”, ou seja, representa um apetite sexual mais intenso e tido como viril). O autor faz o cruzamento de destinos de um negro, pintor de parede da construção civil, um branco, médico de família rica, e uma travesti presidiária. Seus sonhos, desejos, angústias, alegrias e tristezas são o mote de uma trama que trata de exacerbar os binarismos de nossa sociedade: amor/ódio, branco/negro, rico/pobre, aceitação/preconceito, liberdade/prisão. O autor usa esses conceitos para narrar uma estória entre dois homens de cor de pele diferentes. O romance é ambientado na cidade do Recife na última década do século XX.

Anos depois, Samuel Gomes (escritor e Youtuber brasileiro) traz em seu livro “Guardei no Armário”, de 2016, a experiência enquanto gay, negro, ex-evangélico da periferia de São Paulo. O autor relata, dentre diversos preconceitos e discriminações sofridos, o racismo dentro da comunidade LGBTQI+, enfatizando a dificuldade em viver um relacionamento estável, pois o negro gay é visto, quase que somente, pela perspectiva sexual. Percebe-se que, no pós-abolicionismo, o negro gay permanece sendo estigmatizado, num processo de rejeição afetiva, mas ainda submetido às apreciações sexuais. Segundo Domingues (2009), não é apropriado desconhecer que o coletivo negro vive uma conjuntura específica, lidando com a discriminação baseada na cor. As problemáticas específicas precisam corresponder fontes particulares. A primeira iniciativa do negro é assumir sua negritude. Ele sofre, é discriminado em razão da cor de sua pele que os outros vêem, e não em virtude da sua posição de classe, por exemplo.

Quanto aos destaques das redes sociais, no dia 16 de novembro de 2020, os influenciadores Gustavo Rocha e Matheus Mazzafera, gays brancos, reproduziram falas racistas em vídeo no Youtube que repercutiram nacionalmente. Na ocasião, os dois expuseram a atração por homens do estilo “maloca”, mas a preferência não se repete quando o assunto é relacionamento sério. Em um trecho recortado por um usuário da rede social, Gustavo Rocha apontou suas precedências. “Maloca, tatuado. Quanto mais estragado for, melhor. Para namorar, não. Mas o que eu sinto atração mesmo é sempre os maloca tatuado”, explicou. Matheus respondeu e confirmou que se identifica com a preferência de Gustavo. “Se eu fosse desenhar, eu gosto também dos tatuados. Meu ex é loiro, branquinho. Eu pago a minha língua”, afirmou. “Se fosse pra escolher, eu vou escolher alguém tipo o Livinho, tipo o Don Juan, Mc Kevin. Só que daí eu acabo namorando com o Luciano Hulk.” Os três cantores

citados pelo Youtuber são negros. Gustavo reiterou. "Para namorar, não. Não é o meu estilo para namorar, mas eu sinto atração para dar uns pegas", falou.

O racista planeia a raça sob a perspectiva sociológica, isto é, a raça concebida pelo racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos, mas um coletivo social com propriedades culturais, linguísticas, religiosas, etc. inferiorizados ao grupo a qual ele faz parte. Logo, o racismo é essa disposição em presumir os traços intelectuais e morais, de certo grupo, às suas características físicas ou biológicas (Munanga, 1999). Sob este aspecto, vislumbra-se a provocação acerca dos gays pretos serem menos merecedores de afetos. O amor é algo tão improvável para estes a ponto de poder ser integralmente deixado de lado? Entender que indivíduos que partem de pontos e realidades diferentes uns dos outros, e por consequência, terão experiências e demandas globalmente distintas, é algo importante para seguirmos com a leitura.

“Antes de mais nada, quero agradecer à pauta gay”. Foi assim que Lil Nas X, homem negro gay, rapper, cantor e compositor norte-americano, começou seu discurso crítico no MTV Video Music Awards, uma das maiores premiações da música americana criada em 1984 pela MTV, ao receber o prêmio de clipe do ano (2021), o mais importante da noite, assim como melhor direção e melhores efeitos visuais. O clipe “*Montero – Call me by your name*” colocou o preconceito contra a comunidade LGBTQI+ no centro do debate, além de dar visibilidade à vivência de homens gays negros.

Já na 22ª edição do programa televisivo *Big Brother Brasil 2022*, no dia 19 de janeiro, Vyni, um dos participantes do *reality*, cearense, negro, gay, foi questionado por Eliezer, outro participante, se ele era solteiro. “Você nunca namorou na vida?”, perguntou. “Não”, contou Vyni. “Por que você não quis?”, continuou Eliezer. Logo, Vyni respondeu que foi por “opção”. “Por opção [pausa], dos outros”, confessou arrancando a risada de quem estava no quarto. Vyni admite que está solteiro há 24 anos. É urgente uma análise cuidadosa para compreender os processos que estão envolvidos a solidão a que está submetido o homem negro gay. Solidão é sentimento de ausência.

A partir dessas referências sociais, interessam-nos pensar os modos como marcadores de diferença acerca da cor/raça, classe, gênero e orientação sexual operam na representação do negro gay como objeto sexual. Artistas gays negros vêm discutindo acerca do tema como percebido na música “*Não deito pra nada*” de Rico Dalasam, cantor e compositor brasileiro, negro e assumidamente homossexual, onde faz referência às palavras "orgulho, negro e gay",

levando-nos à compreensão da carga do racismo fora e dentro da comunidade LGBTQI+, como descrito no trecho: “Não deito pra nada/Cicatriz de bala/Tattoo de mandala/ Não deito pra nada/Vida me fez flor/No mesmo corpo fez granada/Sem ceder a sedução da solução me despi da velha opção/Corpo função preto corpo lixão decidi sorri.” (DALASAM, 2018)

Esse preconceito e discriminação associados à estética do corpo idealizado pelos gays brancos são simbolizados por Liniker, sob um parecer que vai além do performático, compreendendo a expressão e resistência enquanto um artista preto, até antes da fama pobre e gay. Liniker representa também, em suas letras, a relação entre a identidade negra e as afetividades no universo LGBTQI+. Na música “*Você fez merda*”, há uma interpretação que simboliza este processo de objetificação do indivíduo negro: “Você fez merda ao dizer que não me ama/Depois da transa que eu dei pra você/Tá tão fácil, cowboy, recusar um amor/Só eu sei o quanto me dói”.

Fica evidenciado o padrão de referências estéticas e o conflito com os vínculos afetivos nas inúmeras músicas de artistas negros e gays. Bruno Capinan (cantor e compositor, soteropolitano, preto e homossexual), em sua música “*Equívoco*”, traz: “Eu sou um equívoco/Pensar/Somente para ser/Além do fato/De existir/Querer ser/Um equívoco/Eu sou um equívoco/Do amor/Da dor/Ou do prazer/Prazer em ser/O que já é/Não ser/Só um equívoco”. Uma percepção do ser na condição de erro, um lapso, um deslize, um engano. A letra parte do espectro de categorias integradas à cor/raça, gênero e sexualidade como produções culturais e históricas, proferidas em códigos classificatórios que abrangem extensões semânticas e pragmáticas. A marcação da diferença é um componente-chave de todo sistema classificatório. Assim, pessoas, objetos e comportamentos ganham sentido, são socialmente produzidos, por meio da atribuição de distintas posições em um sistema classificatório. (MARQUES JÚNIOR, 2016)

Na dramaturgia, “*Cara gente branca*” é uma série da Netflix<sup>9</sup> importante para discutir o racismo. Lionel é um admirável personagem, pois evidencia a homofobia da “comunidade negra” e o racismo do meio gay, onde os padrões são homens brancos. Lionel é hipersexualizado em um episódio da série, que toca no ponto de como os corpos negros e suas sexualidades são exotificados ao extremo. Não somente marcados em personagens, os atores que os interpretam também vivem tal contexto em suas vidas pessoais. Sempre muito bem

---

<sup>9</sup> Netflix é uma provedora global de filmes e séries de televisão via streaming sediada em Los Gatos, Califórnia, e que atualmente possui mais de 200 milhões de assinantes. Fundada em 1997 nos Estados Unidos, a empresa surgiu como um serviço de entrega de DVD pelo correio.

posicionado sobre quaisquer assuntos, principalmente quando relacionado às causas das minorias, no dia 07 de junho de 2020, o ator Ícaro Silva, negro e gay, em uma *live* no Instagram do ator Hugo Bonemer, branco e gay, trouxe em sua fala:

*“Então, eu como menino viado preto, menino bixa preta, vou falar para vocês meninos bixas brancas: ‘Parem de hipersexualizar nossos corpos, sacou? Parem de achar que a gente é o ‘negão’ que vai satisfazer os seus desejos, olhem para nossa afetividade!’ Isso é muito complicado mano. Porque quando eu cheguei no Movimento Gay, eu pensei: ‘Caralho! Agora eu serei acolhido! Tipo... essa galera vai me acolher’. Mas não, o Movimento Gay é totalmente misógino, racista. O racismo na causa gay existe.”*

Essa problemática é discutida, também, em “Além de PRETO, VIADO”, um documentário, com duração de 25 minutos, realizado em 2017 como trabalho de conclusão de curso em Comunicação Social – Jornalismo, pela Universidade Federal de São João del-Rei. Com direção de Lucas Porfírio, o filme aborda questões relacionadas ao homem gay negro, dentro e fora do movimento LGBTQI+. Segundo o diretor, o filme fala sobre a hipersexualização dos corpos negros, solidão, racismo e homofobia. Assim, busca-se discutir, em diferentes momentos, as vivências desses sujeitos e suas características. O documentário está disponível no YouTube desde maio de 2020.

Sob este aspecto, acerca de suas experiências de preconceito e discriminação, dos 29 participantes desta pesquisa, 23 afirmaram ter vivido alguma situação relacionada a estereótipos e de segregação social, perfazendo, aproximadamente, 79% dos entrevistados. Destes, 15 alegaram: “***Sofri racismo e por ser gay***”, ou seja, em torno de 52% já sofreram com as questões relacionadas à cor da pele e sua orientação sexual, confirmando a necessidade da academia se atentar à abordagem interseccional aos temas vinculados às minorias sociais. Cabe destacar o relato de um destes entrevistados, onde ele diz que: “***Devido à minha etnia e classe social, sempre tive poucas oportunidades de emprego e nas relações que vivi, era o objeto sexual oculto, não havia relação aberta para família e amigos***”. Neste discurso, percebemos como, principalmente, o corpo do gay negro está para as oportunidades profissionais, assim como para as afetividades.

"Naquela época, essas classes dos feios, dos negros e dos homossexuais, elas não se ofendiam". A declaração, dada pelo humorista, branco, heterossexual, Renato Aragão à revista "Playboy" de janeiro de 2015, refere-se à época de "Os Trapalhões", programa veiculado entre 1966 e 1995. Segundo ele, antigamente, as pessoas compreendiam que suas “brincadeiras” não eram ditas para machucar ninguém, entretanto, hoje, esse tipo de humor é tratado como preconceituoso. O ator, comediante, dançarino e *drag queen* brasileiro, Jorge

Lafond, homem, negro e afeminado, fazia parte do elenco do programa protagonizado pelo “Didi”, e sempre era ridicularizado, tanto ao aspecto da cor da pele, quanto por sua orientação sexual. Será mesmo que a opinião pública mudou nos últimos 50 anos?

Sejam na literatura, manifestações nas redes sociais, na música, nas artes cênicas, dentre outros segmentos sociais e artísticos, a referência à estética preta, associada aos vínculos afetivos, está interligada à objetificação do ser gay negro. As personagens emitem a identificação de estereótipos que consolidam manifestações preconceituosas e discriminatórias, findando ao repúdio afetivo. As canções embalam a realidade de vivências dos sujeitos negros gays, resumidos, apenas, como indivíduos que proporcionam o “fetiche”.

A palavra "fetiche" foi empregada pela primeira vez em 1756, pelo escritor francês Charles de Brosses. E desde então, a concepção pelo que é fetichismo variou muito. Derivada da palavra portuguesa *fetisso* (atualmente, feitiço), a noção proposta pelo francês era atinente aos cultos africanos e aos símbolos que deixavam os colonizadores impressionados. Mais tarde, o termo foi resgatado por pensadores como Marx, Freud, Kant, entre outros, e aos poucos um novo sentido foi adquirido. Segundo a psicanálise, “fetiche” é o desvio do interesse sexual para o corpo, ou partes deste, do parceiro (a), com a função fisiológica, para cenários ou locais inusitados, para fantasias de simulação. (SAFATLE, 2010)

Embora a identidade tenda à fixação, este processo oscila entre o artifício que tenciona a fixá-la e estabilizá-la e o processo que tende a subvertê-la e desestabilizá-la, tornando-a cada vez mais complicada. Desta forma, a identidade e a diferença devem ser repensadas, uma vez que somente a partir da representação estes adquirem sentido. Segundo Hall (2006) é, também, por meio da representação que a identidade e a diferença se conectam ao sistema de poder. Assim, quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar identidade. E quem representa o topo da pirâmide social da comunidade LGBTQI+ são os indivíduos mais próximos do estereótipo branco - heteronormativo. Por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre a similitude e nos movimentos sociais ligados à identidade.

Esse processo identitário sob a perspectiva de lutas sociais foi pesquisado e apresentado por Pereira (2021), o artigo “Influenciadores digitais: comportamento digital e identidade em torno de lutas contra o racismo e Lgbtobia”, na IV Semana de Antropologia da UFS, em maio de 2021. A proposta deste recorte consistiu em uma perspectiva crítica a fim de compreender o processo comunicativo, onde analisou como os influenciadores digitais

LGBTQI+ negros do Estado de Sergipe têm transformado as percepções de seus seguidores acerca do racismo e da lgbtfofia, por meio do Instagram, considerando de que maneira os indivíduos recebem as mensagens transmitidas por esses atores sociais.

Para isso, foi avaliada a influência e revelado o alto nível de aceitação dos seguidores sobre as pautas transmitidas pelos influenciadores. O artigo também identifica a constituição identitária dos sujeitos e suas inter-relações sócio-políticas com os *digitais influencers*. Além disso, é destacado quanto e por qual motivo esses influenciadores exercem uma autoridade sobre seus seguidores, visto que a sociedade contemporânea está enraizada em sua evolução às dimensões identitárias, pressupondo a diferença, o movimento, performatividade, intersecção e o poder, características essas que também são próprias da linguagem e das culturas, e que orientam o próprio devir das dimensões políticas da comunicação e dos indivíduos.

Esse estudo prova que a representatividade importa. Sem referenciais positivos da negritude e sendo um potencial alvo do preconceito racial e de orientação sexual, principalmente se atrelado a outras vulnerabilidades sociais, o sujeito negro gay passa por problemáticas psicossociais, como um quadro de depressão e tentativa de suicídio. Segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), em 2020, houve 12.080 suicídios no Brasil, a maior parte registrada entre homens negros, de 30 a 59 anos. Foram 2.576 casos, ou seja, 21,3% do total. Não obstante, analisando esses dados, não localizamos indicadores de orientação sexual e de identidade de gênero, vazios da falta de literatura acadêmica sobre o tema.

Já o Sistema de Agravos de Notificação de Violência (SINAN), nos oferece dados atuais até 2019 de violências autoprovocadas, e com recortes de identidade sexual e de gênero. Conforme observação feita pela divisão **Gênero e Número**, no SINAN, em 2019, conflitos geracionais foram os motivos mais expostos por gays, lésbicas, bissexuais e população trans (travestis, homens e mulheres trans) para autolesões. Das 2.093 ocorrências de autolesão registradas entre a população LGBTQI+, 1.436 expõem dados sobre as causas que induziram a elas. Dessas, 282 (20%) correspondem a conflitos geracionais (ou embates entre gerações mais novas e mais velhas), enquanto 17,82% correspondem a autolesões geradas por circunstâncias de sexismo e 16% a situações de lgbtfofia.

Os dados também despontam que 57% da população LGBTQI+, com casos de violência autoprovocada são pessoas negras. A faixa etária que se sobressai, em todos os

grupos, é a de jovens de 18 a 29 anos, que representam cerca de 37% dos casos. Mulheres negras lésbicas registram 16,24% dos casos de autolesão, seguidas por homens negros gays (15,61%) e trans (15,45%). A campanha Setembro Amarelo, a qual trabalha pela prevenção do suicídio, já faz parte do calendário nacional, entretanto, no plano federal, depara obstáculos às ações direcionadas à população LGBTQI+.

Esta realidade finda sendo agravada com a carência de investimentos em atenção básica. Em 2020, por exemplo, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos não perpetrou nenhum gasto direto para essa parcela da população, apesar dos cerca de R\$ 800 mil empenhados. A invisibilidade de suicídios entre jovens negros LGBTQI+ não acontece apenas em estudos acadêmicos. A partir de 2014, o Ministério da Saúde passou a compreender os quesitos orientação sexual e identidade de gênero nos sistemas de informação do SUS, contudo, nem todos os bancos de dados oferecem o registro dessas ocorrências.

### **Hierarquias raciais e o afeto**

O estigma social é quando a sociedade ou um grupo de pessoas não acolhe e desvaloriza os atributos de um indivíduo que apresenta características, sejam físicas ou pessoais, que evadem à norma, levando a atitudes e reações negativas, ponderações morais e discriminação por parte da sociedade. Há padrões de beleza de corpos pretos exaltados como os ideais. São os que impetrarão atenção, *likes* e curtidas nas redes sociais. O corpo do preto gordo, do menino com traços mais negróides<sup>10</sup> e da “bicha” afeminada receberá menos ou nenhuma visibilidade do que o malhado, o de pele clara e heteronormativo.

Na formação social brasileira, orientação sexual e raça conservam-se profundamente conectadas (Goldstein, 1999) a ponto de, como sugeriu Roger Bastide (1961), a pergunta “raça” sucessivamente predispor a resposta “sexo”. Particularmente, fixa-se a imagem da sexualidade negra acentuada (Moutinho, 2004): homens negros e mulheres negras são avaliados sexualmente desviantes, vistos/as como inábeis de performar os papéis modelares de gênero e, logo, de se estabelecer em núcleos afetivos “estruturados” (Pacheco, 2006). Ainda, homens negros e mulheres negras são habitualmente correlacionados à hipersexualidade e à prostituição (Moutinho, 2004), reforçando o processo de anomia<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Grupo de população humana que habita a África, ao sul do Saara.

<sup>11</sup> Durkheim (1987) usou a palavra anomia para descrever o sentimento de desespero que acometia as pessoas conforme elas se tornavam cada vez mais isoladas na sociedade.

Vale destacar três variáveis de interseccionalidade que são decisivas quanto às vivências afetivo sexuais: *estética, sexualidade e moralidade sexual*. Estes coeficientes são fundamentais para a constituição da teia de significados hegemônicos pautados tanto a gênero quanto a raça, além de estruturante aos modos de afetividade e sexualidade, ou seja, como são dispostos, assimilados e experienciados. O primeiro deles, a estética, refere-se à valoração do aspecto físico e, na perspectiva ocidental, compõe elementos de diferenças entre o grupo racial branco e os demais.

Acerca do padrão de beleza, há um destaque proeminente à tonalidade da pele e textura dos cabelos, com precedência à tez branca e pelos tons de pele morena mais clara, pelos cabelos lisos ou, no máximo, ondulados. Nariz “largo”, pele escura, cabelos cacheados e crespos e lábios “grossos” são avaliados feios e eventualmente, associados à animalidade (Pacheco, 2013). No Brasil contemporâneo, os parâmetros de apreciação e as circunspeções estéticas são determinados sob a égide de raça e classe. Percebe-se, também, um exercício de classificação/discriminação racial firmada em “marcas” mais do que em origem, propriedade da sociedade brasileira (Nogueira, 2007), aos caracteres fisionômicos integrados à genealogia africana sendo decodificados como negativos, e os sinais expedidos à brancura, valorizados.

A sexualidade é o segundo fator a ser ponderado no modelo interseccional aplicado nesta pesquisa. Assim como os atributos estéticos, a sexualidade dos grupos sociais (brancos e negros; homens e mulheres) calhou a ser discutida a partir da era moderna, de modo a delimitar o espaço conferido a cada um deles numa escala entre a animalidade/primitividade e a humanidade plena (Foucault, 1988; Stoler, 1995). A orientação sexual na sociedade brasileira comporta-se como uma “ordem social profundamente patriarcal” (Parker, 1991, p. 14), na qual o prestígio e o poder conferido ao masculino estão estabelecidos no domínio ao comportamento sexual feminino.

Há distinções acentuadas nas atitudes como homens gays enxergam a sexualidade: há aqueles que tendem a subordinar a experiência sexual à afetividade, seguindo uma “perspectiva relacional”, e os que estão dispostos a um modo “instrumental”, cominando à sexualidade um valor por si mesmo, nutrindo a disposição ao sexo e estimulando um número significativo de parceiros. Ao homossexual masculino, sua sexualidade é percebida por caráter diferencial e hierárquico: os homens gays negros são taxados como ativos e dotados de um desejo sexual incontrolável; os gays brancos, como sexualmente contidos, cabendo-lhes a tarefa de administrar o desejo, encaminhando-os aos vínculos afetivos.

O terceiro fator, a moralidade sexual, reporta-se aos códigos socioculturais que, aportados às percepções individuais de gênero e raça, conduzem as vivências afetivo-sexuais dos sujeitos. Posta a concepção da "diferença", a moralidade delibera o que se é conveniente fazer frente ao "diferente". Quais vínculos são admissíveis e quais precisam ser impedidos? A moralidade sexual agrupa normativas sobre quem deveria idealmente se relacionar com quem, em que circunstâncias e como, assim como delibera os significados da obediência às regras e de sua transgressão. Para o perfil do “macho” e do “discreto”, que se soma a formar o ideal de homem gay moderno, a honra é determinada em relação ao seu papel social identificado como “ativo” e “dominador”; pela habilidade de cumprir controle sexual sobre os “passivos” e “afeminados”; pela ostentação de apetite sexual protuberante e pelo afugentamento daquilo que é apresentado como de domínio do feminino.

As condutas dos gays sexualmente passivos são acondicionadas tendo em vista a aceção do feminino em oposição ao masculino: como passivo, submisso e inferior. O comportamento sexual feminino é percebido conforme as normativas de valorização à “pureza” e inocência, do exercício sexual por vínculo conjugal ou ao menos, dentro de relações “sérias” e da decência, por exemplo, os gays taxados às relações afetivas devem aparentar ingenuidade, seriedade em referência à sexualidade, mesmo quando já iniciados na prática sexual. A percepção de sujeição ou transgressão a tais códigos de conduta geram a categoria à qual gay é associado: se “discreto” (ou “homem correto”) ou “macho”, ou se “puta” (“passiva” ou “rodada”) (Heilborn et al., 2006; Parker, 1991). Como já apontado, esses códigos incidem a ser relativizados pela modernização dos costumes.

Frente a estes questionamentos, quanto às manifestações racistas por pessoas da comunidade LGBTQI+, dos 29 participantes, 18 alegaram ter experienciado alguma circunstância pautada ao racismo por integrantes do referido grupo social, totalizando, aproximadamente, 62% dos entrevistados. Destes, 13 declararam: *“Fui vítima da hipersexualização em diversas vezes, sou um ‘fetiche’ por ser negro”*; *“Pessoas abertamente dizendo que não curtem negros”*; *“Diversos ‘caras’ só me procuram quando querem ‘gozar’, alguns já falaram que gostam de ficar/conversar, mas eu não seria alguém para ter algo sério”*. Partindo da lógica monogâmica de hierarquização das relações, apresentando a afetivo-sexual como a “relação de verdade”, o que percebemos é um ambiente em que as pessoas vivenciam tardiamente essas relações ou sequer as experenciam ao longo da vida. O corpo negro continua sendo colonizado pelo branco, explorado às nuances sexuais, mas não aos vínculos afetivos.

E a solidão tem cor? Para este questionamento, podemos destacar o relato de um dos entrevistados, onde ele diz: ***“Foi onde vivi mais preconceito, por ser negro, sou objeto de ‘fetiche’. Só é o sexo bom, mas não uma relação boa”***. Aqui fica nítida qual a coloração da solidão. Além deste relato, três entrevistados trouxeram à tona a estética comportamental: ***“Por ser um gay ‘não padrão’ ninguém, até hoje, quis namorar comigo”***, corroborando o fato social destacado nesta pesquisa quanto às práticas vinculadas ao preconceito e discriminação dentro da comunidade LGBTQI+ atreladas ao comportamento heteronormativo aceito às afetividades. Este padrão heteronormativo das masculinidades negras, que transcorre às vivências de homens gays negros, traz amplos conflitos àqueles que não performam o padrão hegemônico.

É notória a importância da análise destes fatos sociais, racismo e lgbtphobia, sob os processos da abordagem interseccional, afinal, foram coletados relatos significativos baseados nesta perspectiva que necessitam de um maior aprofundamento acadêmico. ***“Pela cor da pele e pelo cabelo cacheado, relacionados à minha capacidade profissional”***; ***“Na questão de sexualidade, falarem que ‘é apenas uma fase’ ou que ‘sou promíscuo’”***, disse um dos negros gays partícipes desta pesquisa, aqui evidenciando a intersecção de preconceitos e discriminações sofridos. Esses fenômenos são percebidos em todas as esferas do ser conforme dito por um dos entrevistados: ***“Sempre sofri preconceito, em todos os âmbitos da vida. Dentro e fora de casa sofri discriminação”***, outro ainda reforça que: ***“Por diversos motivos, já nascemos carregando essa ‘cruz’ para a vida inteira”***. O negro gay, em muitos casos, não tem o amparo familiar, devido à orientação sexual, e fora de casa acumula outras formas de violências, ocasionando prejuízos psicossociais diversos.

Muitos pretos já sentiram na pele como é ser deixado como segunda, terceira ou até mesmo não ser a opção de outros garotos, porque segundo eles “você não faz o tipo dele”. Em algumas festas LGBTQI+, por exemplo, vários acabam “segurando vela”, enquanto isso, todos seus amigos brancos ficam “se pegando com várias pessoas”, mexendo com a autoestima por não se sentir desejado. Gosto é uma construção social. A sociedade molda o seu “gosto” todos os dias na televisão, nos filmes, nas revistas e fazendo crer que sempre gostou daquele perfil, o que te “atrai”.

Como bem posicionado por Pinho (2013), o autor ressalta, ao que ele intitula “A crise do masculino”, assim podendo ser considerada, como um conflito da sociedade, e de suas contradições, em que são dispostas ou conduzidas na oportuna articulação dos condutores da distinção social. O autor destaca que tal fato social não é uma simples reprodução fluida do

“simbólico” ou do “discurso”, atribuindo ao valor do significante da vida social como algo manipulável à dimensão material, cominando essas oposições: subjetividade *versus* sociedade; simbólico *versus* material; conteúdo *versus* representação; como decorrência ideológica de um isolamento despótico, que aufere simplicidade ao longo da história. Na contemporaneidade, de um modo em geral, e no Brasil com agravantes particulares, as relações de raça e orientação sexual, têm sido objetos de estudos, de atenção aos movimentos sociais, assim como à gestão pública (DUARTE, 2019).

Portanto, aqui debatemos a homossexualidade negra, muitas vezes envolvida numa dupla-discriminação e, até, numa negação da sua própria existência. Embora exista a conexão entre oprimidos, o processo democrático requer estímulos para que seja perfilhada e cultivada em prol da liberdade de todos. A educação, por exemplo, é um dos meios para que o protagonismo branco e a hipersexualização sejam abolidos e dialéticas racistas deixem de ser reportadas por quem também sofre opressões. Espera-se que os gays negros deixem de ser apenas objetos de estudo e passem a se tornar pesquisadores de suas subjetividades. Precisamos trazer o negro gay ao protagonismo de suas vidas, do seio social, do vértice político para que as devidas transformações sejam efetivas.

### **Do indivíduo ao coletivo**

O processo de preterimento também está presente em outros aspectos sociais. Formada por seis listras horizontais de cores diferentes, a bandeira da comunidade LGBTQI+ foi criada em 1978, pelo artista americano Gilbert Baker, com o objetivo de representar a diversidade humana em todos os seus aspectos. Um dos principais símbolos deste coletivo, a bandeira arco-íris tem em cada cor um significado: vermelho (luz), laranja (cura), amarelo (sol), verde (calma), azul (arte) e lilás (espírito). Após uma manifestação racista de um estabelecimento comercial ocorrido na Filadélfia (EUA), uma nova bandeira Orgulho foi revelada em junho de 2017. Mas, a resposta à nova versão do símbolo de lutas mostra o quão longe a comunidade LGBTQI+ tem que ir. A nova variante da bandeira adicionou listras negras e pardas ao design icônico de Gilbert Baker.

No entanto, depois que os boletins de notícias nacionais pararam de repercutir a história, essas preocupações foram rapidamente criticadas no Facebook e no Twitter por forte clamor de uma parcela extremamente vocal da comunidade LGBTQI+, principalmente “homens gays brancos”. Abdul-Aliy Muhammad, co-fundador do *Black and Brown Workers Collective* (Coletivo de Trabalhadores Negros e Pardos), afirmou, à época,

que alguns críticos da bandeira da Filadélfia “rabiscavam” as listras pretas e castanhas online. Outros postaram o design para as redes sociais com a palavra “NÃO” escrito sobre a bandeira, enquanto outros adicionaram uma faixa branca em protesto. Muhammad explicou que esta não seria a bandeira do orgulho, mas o que se queria apresentar como uma opção, que de fato incluía o gay negro no Orgulho.

A crença em “raças sociais”, onde há significativas diferenças entre os seres humanos, também à superioridade intrínseca às propriedades psicológicas, sociais, culturais e espirituais; assim como legitimar o domínio de uma “raça” sobre a outra, constituem os principais embasamentos do racismo (Munanga, 1999). O fato ocorrido na Filadélfia não foi um caso isolado referente ao racismo manifestado dentro da comunidade LGBTQI+; este acontecimento induziu, até mesmo, gays brancos brasileiros ao não apoio à inclusão da causa antirracista aos seus movimentos sociais.

No dia 06 de outubro de 2020, Robson Gael foi mais uma vítima do racismo e da homofobia em São Paulo. Em um vídeo publicado nas redes sociais, ele, que é negro e gay, foi agredido por três homens brancos no centro capital paulista. Segundo o jovem, os homens estavam embriagados e começaram a agredi-lo, chamando-o de “viadinho” e “preto safado”. A Guarda Civil Metropolitana, subordinada à Secretaria Municipal da Segurança Urbana, emitiu nota informando que “foi chamada em decorrência de uma briga envolvendo quatro pessoas. Após atendimento médico, todos os envolvidos foram encaminhados para o 78º Distrito Policial.”. Nenhum movimento social se pronunciou sobre o caso, Gael é um “estrangeiro” à comunidade LGBTQI+, sofrendo racismo, e à população negra, padecendo à lgbtfobia.

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) também foi questionada para esclarecer o motivo do caso ter sido registrado como lesão corporal e não homofobia ou racismo, como denunciou à vítima. Por meio de nota, a pasta informou que o 78º DP registrou o caso como lesão corporal “após análise dos fatos e das oitivas dos envolvidos”. Robson acionou dois advogados dele, especializados em causas LGBTQI+ e de racismo e entrou com ações na Justiça para que os agressores sejam punidos na esfera cível e criminal. Este fato comprova que a política pública vinculada à segurança do cidadão negro gay é ineficiente e ineficaz. Pereira (2020) evidenciou que o principal estereótipo violentado pelas instituições de segurança pública é aquele que acumula mais vulnerabilidades sociais.

Algumas das narrativas dos entrevistados trazem a perspectiva do preconceito e discriminação estruturais, isto é, um conjugado de práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais dentro de uma sociedade que comumente aloca um grupo social ou étnico em um arranjo melhor para ter sucesso e, em paralelo, deprecia outros grupos de modo consistente e constante ocasionando disparidades que se ampliam entre os coletivos ao longo de um período de tempo: *“Já sofri abordagem policial sem motivo, seguido por seguranças em lojas”*; *“Por usar terno, já perguntaram se eu realmente era um advogado. Sempre ao comprar terno perguntam quando é o casamento que eu vou, não consideram a hipótese de eu ser advogado, por exemplo.”*; *“Moradoras do meu prédio já me confundiram com possível assaltante e algumas pessoas vivem me sugerindo manter o cabelo curto e sem tranças no trabalho”*. Uma fala compreendeu, exclusivamente, ao aspecto de orientação sexual: *“Por gostar de ficar com pessoas do mesmo sexo que eu, sofri muito preconceito”* e outra quanto à questão racial: *“Sofri discriminação por raça em um shopping de classe A”*, discursos que performam e fundamentam os fatos sociais aqui pesquisados e a necessidade do uso da abordagem interseccional às pesquisas vinculadas às minorias sociais.

De acordo com o exemplar tipológico do Brasil de relações raciais, a sociedade está associada a um preceito “melanocrático”, “pigmentocrático” e “fenotipofóbico”, onde “são as diferenças da cor da pele, da textura do cabelo, da forma dos lábios e da configuração do nariz que determinam o status coletivo e individual das pessoas na sociedade” (MOORE, 2007, p. 260). Como o racismo brasileiro é estruturalmente “fenotipizado”, percebe-se ilógica a investida de uma atitude em prol de um humanismo genérico, de qualquer política híbrida, ou do “cancelamento” da raça e das identidades e marcações raciais.

Segundo Safatle (2007), o processo de embates sociais será ativo nas ruas, lutando por uma democracia com mais serviços públicos para os pobres, direitos iguais aos LGBTQI+, não havendo perdão para quem baixar os braços no momento que a luta iniciar. Aqueles que têm o “pudor” em justificação dos apegos preconceituosos de nossa terra, não haverá problema em se declarar sem nação, sem pátria, já que almejamos a igualdade e respeito e, o medo não pode vencer. Assim, Silva (2011) afirma em seu artigo “Identidade e práticas articulatórias do movimento LGBT”, que as lideranças dos grupos e as Paradas, além de ter um caráter reivindicatório, objetiva à visibilidade ímpar do movimento, e também representa um formato de luta pela afirmação da cidadania do sujeito negro, LGBTQI+, além de promulgar a inserção por políticas públicas que cubram as admissões desses sujeitos na esfera pública.

“Nós negros e LGBT estamos aqui e estamos conquistando nosso espaço. Atura ou surta!”. Essa frase, ecoada em formato de “jogral”<sup>12</sup> no Ato Público do XIV Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e Gênero (ENUDSG)<sup>13</sup>, em 2016, foi proferida por uma participante negra, com suas tranças coloridas, em conjunto a outras participantes negras com os seios à mostra, e mais outros integrantes seminus, no “bandejão”<sup>14</sup> da Universidade Federal de Rio Grande (FURG). O uso do corpo (o nu), da estética (tranças coloridas) e a ênfase na autonomia (no uso do “microfone-humano”) acedem uma linha de elementos expostos em cena, que se conectam em uma ação de transformação política recente.

Agora, até que ponto o número de pretos e pretas revela o protagonismo destes sujeitos dentro dos movimentos de luta contra a homofobia? E no movimento negro, como se articula a presença de atores LGBTQI+ nas discussões sobre o racismo? Há um ruído, uma constatação de afro-brasileiros sobre a problemática em emplacar pautas e debates que contrabalancem a luta contra o preconceito racial e discriminação por orientação sexual. A quem recorrer para que as políticas públicas sejam atendidas efetivamente? Negro e gay, pessoa escusa por toda sociedade, não visto pelos movimentos sociais, invisibilizado pelo Estado, ocasionando violências, violações e desigualdades a estes sujeitos.

Em contraponto ao discurso que “todos são iguais perante a lei”, há uma marginalização no imaginário social, como Bourdieu (2001) delineia em seu discurso, afirmando que os movimentos sociais, por mais múltiplos que sejam por suas origens, seus objetivos e seus projetos, têm um complexo de traços comuns, que lhes dão um aspecto de família, nascidos da renúncia às formas tradicionais de mobilização política. Em parte, cabe à revelação de um novo tipo de líderes, dotados de uma cultura política largamente superior à dos responsáveis tradicionais, os quais são inábeis a traduzir um novo viés de expectativas sociais. Por conseguinte, novas articulações sociais estão surgindo, partindo da tese interseccional e fomentando em novos protagonismos a movimentos sociais realmente democráticos, inclusivos.

---

<sup>12</sup> Jogral é uma forma comumente usada em manifestações políticas com ausência de equipamentos de som. Ele também é conhecido como “microfone humano”, em que uma pessoa fala e todos os presentes repetem, para assim fazer volume ao que está sendo dito.

<sup>13</sup> A partir das discussões travadas na XII edição, em 2014, o encontro que antes recebia o nome de Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDS) passa a se denominar ENUDSG – Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e Gênero.

<sup>14</sup> “Bandejão” é o termo usual para Restaurante Universitário.

## **CAPÍTULO II - MOVIMENTOS SOCIAIS E A INVISIBILIDADE DAS DEMANDAS INTERSECCIONAIS**

A sociologia é a ciência das instituições. Por isso, este termo é apreendido em seu significado mais amplo como as "crenças e modos de comportamento instituídos pela coletividade" e que tem, como objetivo, desvendar fatos sociais estruturais (Durkheim, 2007). Nesta perspectiva, a organização da sociedade em movimentos sociais versa sob o aspecto da busca por direitos e sua relação com a democratização estatal. Tal abordagem é imprescindível, pois a efetivação dos processos democráticos, muitas vezes, está correlacionada à organização dos indivíduos e a mobilização na luta pela igualdade.

A princípio, é necessário compreender que os movimentos sociais são atos de caráter sócio-político e cultural, pelos quais indivíduos e suas coletividades se instituem e promulgam suas demandas. Em suma, ressaltam-se distintas estratégias que variam da pressão direta (concentrações, assembleias, passeatas, denúncias, etc.), às pressões indiretas (*lobby*, promoção de ações judiciais). Na contemporaneidade, os movimentos sociais operam por meio de redes sociais (locais, regionais, nacionais e internacionais), sendo comum o uso dos diversos meios de comunicação.

Essas ações coletivas, onde os sujeitos têm como objetivo alcançar mudanças sociais através do debate político dentro de um determinado contexto na sociedade, instituem processos que criam identidades, decompondo-se em fontes de criatividade e inovações socioculturais, anuindo o que Alain Touraine<sup>15</sup> titulava de o pulsar da sociedade. Assim sendo, sujeitos que antes se encontravam dispersos e desorganizados, ao se agregarem a grupos para reivindicar seus pleitos, calham a partilhar o anseio de pertencimento social. Entretanto, há que se destacar que alguns movimentos sociais se organizam em torno de ideias conservadoras, baseados em xenofobia, lgbtfofia, racismo, os quais não buscam mudanças sociais emancipatórias.

As apreciações acerca da mudança social ampliadas por consideráveis pensadores do séc. XIX, tais como Comte, Spencer e Marx, estavam assinaladas por um espectro linear e teleológico. A tradição marxista ponderava que os movimentos sociais eram projeções de categorias estruturais de classe e suas contradições, que estariam suprimidas com o fim da sociedade capitalista. Entretanto, deve-se ressaltar que as teorias marxistas não procuravam explicar os fenômenos, no entanto, buscavam orientar a atuação dos próprios movimentos

---

<sup>15</sup> Sociólogo francês conhecido por sua obra dedicada à sociologia do trabalho e dos movimentos sociais.

sociais. Assim, o paradigma marxista não é sinônimo de análise do movimento operário, afinal, a classe operária concebia a subjetividade coletiva, com autoconsciência, onde seria apropriada a resistir ao Estado liberal, mesmo havendo necessidade da homogeneização dos sujeitos individuais.

Já Georg Simmel, ofereceu um sentido sociológico ao conflito, identificando sua função social. Destarte, o conflito é refletido como uma ação basilar para a alteração de um formato de organização a outro, indispensável à existência do grupo, pois opera como componente que permite sua coesão, já que provoca a busca pelo consenso. Para Simmel, o conflito não era patológico ou nocivo à vida social. Suas perspectivas colaboraram à construção dos estudos da Escola Sociológica de Chicago, principalmente aos temas relacionados à transformação social, ao desenvolvimento da comunidade e pelos processos de participação e educação “para o povo”.

Segundo o sociólogo Alain Touraine, para que um movimento social se situe e, portanto, para que seja identificado, são imprescindíveis três condições, discutidas como princípios. Primeiramente, o Princípio de Identidade, o qual o ator social, complementar do movimento, deve ter consciência de pertencimento a um grupo para que opere no movimento. Logo em seguida, temos o Princípio de Oposição, onde um movimento social está em um conflito e perpetrando uma reivindicação. Por fim, apresenta-se o Princípio de Totalidade, afirmando que todo movimento social é dirigido à orientação geral do sistema.

O direito de manifestação é assegurado pelo artigo 5º, XVI, da Constituição Federal de 1988. Os movimentos sociais são compostos por grupos de indivíduos que tutelam, impetram e/ou lutam por uma causa social e política. É um meio da população se organizar, propagar seus anseios e exigir direitos. São fenômenos históricos, que derivam de lutas sociais, decompondo e introduzindo transformações estruturais nas sociedades.

No Brasil, os movimentos sociais se fortaleceram na década de 70, por sua oposição ao regime militar. Cabe destacar o movimento estudantil, visto que nessa época, amplas manifestações foram organizadas pelos estudantes, como a “Passeata dos Cem Mil”, assim como no período das “Diretas Já!” e do Impeachment do ex-presidente Fernando Collor, nas décadas de 80 e 90. Já os movimentos sociais contemporâneos, passaram a existir após uma série de lutas por reconhecimento e direitos civis. Deste modo, abordam contextos volvidos à questões éticas e de valores humanos, muito debatidos na sociedade e nas grandes mídias.

A internet traz um novo espaço para debates, um marco aos movimentos sociais em rede. Por meio do Facebook, Twitter, Whatsapp e Instagram, as informações sobre as manifestações, como pontos de encontro, horários, vestimenta, entre outros, são acertados de forma instantânea e apreendem um número considerável de pessoas. Destarte, foi arquitetada a cultura do debate na esfera virtual, ou seja, compartilhando conteúdos, informações e conhecimento, a internet tornou-se um espaço social, onde ideias e pontos de vista podem ser difundidos a todo instante. Um terreno fértil para os movimentos sociais se organizarem e atingirem mais militantes.

O que o movimento social almeja é intervir nos padrões de práticas dos componentes da sociedade concorrendo o fluxo histórico de um dado grupo. Além disso, os movimentos sociais podem ser classificados em dois tipos: Conjuntural, que desponta uma causa específica e tem curta duração, assim, temos como exemplo as jornadas de junho de 2013; e a Estrutural, incidindo em um movimento de reivindicações de longa duração e, por isso, tem maior constância, a exemplo, o movimento feminista, o negro e da comunidade LGBTQI+.

### **Memória social LGBTQI+ nas lutas pela diversidade**

Na visão eurocêntrica, a Europa foi palco do nascimento da luta LGBTQI+ no mundo. No final do século XX, os movimentos surgiram em defesa dos direitos dos homossexuais. A reivindicação basilar consistia na luta contra a discriminação e o reconhecimento dos direitos civis, sendo a Alemanha nazista a iniciar a segregação da população homossexual. O campo de concentração de *Fuhlstüttel*, situado ao norte de Hamburgo, distinguia os presos homossexuais com a letra "A" em seus corpos, com o objetivo de distinguir dos demais presos, além de usar uma braçadeira com um triângulo rosa. A homossexualidade era vinculada à uma patologia mental grave e tratada com crueldade. Muitos gays foram espancados até a morte por outros prisioneiros. Outros morreram nas mãos de médicos nazistas em experiências "científicas" propostas a identificar o "gene gay" a fim de descobrir "curas" para as futuras crianças arianas que fossem gays.

Na perspectiva africana, são raros, mas substanciais, os estudos realizados até hoje a respeito das tribos nativas africanas, em particular as angolanas, sobre a homossexualidade, o que convém para o sistema patriarcal. Pela falta de amplas pesquisas acerca da diversidade sexual na Angola, essa realidade foi apagada durante a colonização europeia e foram compulsoriamente imprimidas as normas e leis bíblicas, cristãs e corrompidas, que lhes propiciava ao processo de colonização.

No entanto, na década de 1920, o antropólogo alemão Kurt Falk historiou a vida entre duas pessoas do mesmo sexo em “algumas tribos” de Namíbia e da Angola, por onde ele viajava. Os grupos nativos *Wawihe* e *Ovingangellas* apresentavam níveis diversos de práticas e aceitação desses relacionamentos. Essa diversidade sexual, todavia, não estava limitada apenas à Angola. Os antropólogos Stephen Murray e Will Roscoe, no livro “*Meninos-esposas e Maridos Femininos – Estudos da Homossexualidade Africana*” (“*Boy-Wives and Female Husband’s – Studies Of African Homosexuality*”, 1998), apontam evidências reais que amparam que, por toda a história da África a homossexualidade tem sido uma constante e lógica propriedade de seus povos. Hoje, somente a África do Sul não penaliza a vivência homossexual.

A existência de homossexuais tem sido assinalada pela negação brutal e pelo silêncio. O discurso sobre a homossexualidade na África foi, e ainda é imposto pelo mundo ocidental e reforçado por suas influências. As primeiras leis contra a afetividade homossexual foram influídas pela colonização europeia, assim como o padrão de família patriarcal e heterossexual, antes, o continente era matriarcal, constituído pelo cristianismo e estimulado mais tarde com a chegada do marxismo. As relações íntimas entre duas mulheres e dois homens já existiam nas sociedades tradicionais africanas. O povo africano apregou uma extensa gama de sexualidades antes dos colonizadores chegarem, conseguindo erradicá-las. Os brancos desafiaram os sistemas sociais e religiosos indígenas do continente, demonizaram a homossexualidade na África, abriram caminho para os tabus que prevalecem hoje e oprimem todo e qualquer movimento que resista ao sistema imposto.

No espectro norte americano, em 28 de junho de 1969, uma das mais respeitáveis rebeliões civis da história, se inicia no *Stonewall Inn*, em *Greenwich Village*, nos Estados Unidos. Gays, lésbicas, travestis e *drag queens* afrontam o aparato policial em um evento que serviu de base para o Movimento LGBTQI+ em todo o mundo. Manifesto como a “Rebelião de Stonewall” (ou *Stonewall Riot*, em inglês), o episódio durou seis dias consecutivos, como um contragolpe à ação arbitrária e preconceituosa do efetivo policial, que tinha como hábito a promoção de batidas e revistas de cunho humilhante nos bares e boates gays da cidade de Nova York.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos escrita pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948 incitou a organização dos movimentos homossexuais e que, segundo Rizzo (2006: 200) “constitui-se para alguns ativistas do movimento homossexual em um ponto de referência na luta contra a discriminação por orientação sexual e reconhecimento dos

seus direitos”. Portanto, não é abstruso encontrar na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e na Carta Federativa de 1988 (BRASIL, 1988) princípios que motivem a legitimidade do ingresso de homossexuais, travestis e transexuais, ao pleno exercício da cidadania. Os princípios mais acentuados e que tratam diretamente à demanda dessas pessoas são os que fundamentam o direito à liberdade real e o direito à igualdade.

Logo, o Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) situa que “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito e fraternidade”. Já o Artigo 2º, mesmo não sendo tão objetivo quanto à luta específica dos homossexuais por direitos, foi o gatilho para a organização dos movimentos homossexuais no mundo. O artigo garante que “toda pessoa tem a capacidade de gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião, política o de outra natureza, origem nacional ou social ou qualquer outra condição”.

No Brasil, o movimento LGBTQI+ inicia sua participação social a partir da década de 70, em meio à ditadura civil-militar (1964-1985). As publicações alternativas de seus membros foram basilares para o processo de lutas. Entre elas, duas se sobressaem: os jornais “Lampião da Esquina” e “ChanacomChana”. O Lampião da Esquina foi fundado em 1978 e era declaradamente homossexual, mesmo que abordasse, também, outras questões sociais. O periódico denunciava a violência contra os LGBTs.

Em 1981, um grupo de lésbicas fundou o ChanacomChana, que era comercializado no Ferro’s Bar, frequentado por lésbicas. No entanto, a venda do jornal não era aprovada pelos donos do local, que, em 1983, expulsaram as mulheres de lá. No dia 19 de agosto do mesmo ano, lésbicas, feministas e ativistas LGBTs se agruparam no Ferro’s, onde realizaram um ato político que culminou no fim da proibição da venda do jornal. Este evento ficou conhecido como o “Stonewall<sup>16</sup> brasileiro” e, por causa dele, no dia 19 de agosto comemora-se o Dia do Orgulho Lésbico no Brasil.

Na década de 80, a comunidade LGBTQI+ sofreu um grande golpe. No mundo todo, uma epidemia do vírus HIV matou muitos de seus membros e transformou, expressivamente, as organizações políticas do movimento. A síndrome acarretou, mais uma vez, um estigma

---

<sup>16</sup> Rebelião de *Stonewall* foi uma série de manifestações de membros da comunidade LGBTQI+ contra uma incursão da polícia de Nova York (EUA) no dia 28 de junho de 1969, no bar *Stonewall Inn*. Considerado como evento fundamental ao movimento moderno de libertação gay e à luta pelos direitos LGBTQI+ no país.

para a comunidade, agora percebida como portadora e transmissora de uma doença incurável, à época chamada de “câncer gay”. As consequências dessa crise são sentidas até hoje.

Embora as primeiras interlocuções do Movimento LGBTQI+, no Brasil, com o Estado iniciem na década de 1980 por meio da luta contra a epidemia do HIV/AIDS, foi apenas a partir de 2004, com a implantação do Programa Brasil Sem Homofobia no governo Lula (2003-2010), que uma agenda mais ampla em torno da cidadania LGBTQI+ começou a vigorar no âmbito da Administração Pública Federal com ares de política de Estado (SIMÕES & FACCHINI, 2009).

O Programa Brasil Sem Homofobia foi elaborado com a perspectiva de dar apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania LGBTQI+ e/ou no combate à lgbtfobia, assim como na capacitação em direitos humanos para profissionais e representantes do movimento deste coletivo que atuam na defesa de direitos dos membros da referida comunidade e na disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima LGBTQI+ e no incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos.

Durante os eventos LGBTQI+, em específico as Paradas da Diversidade, as quais eram nomeadas “Parada Gay”, a mídia visava, exclusivamente, as questões de orientação sexual. O termo “gay” significa alegre em inglês, derivado do francês medieval “gai”, que inspira impetuoso, passando a ser adotado, pelos ingleses e americanos, para designar o indivíduo homem ou mulher homossexual. Em seguida, passou a ser inserido a outras línguas e, mais empregado aos homossexuais masculinos que às mulheres, as quais optam ser denominadas: lésbicas, palavra de originada em razão da cidade de “Lesbos”, capital de uma ilha da Grécia, onde viveu uma poetisa revolucionária que fundou uma escola de mulheres, que se relacionava com essas mulheres, trazendo a palavra lésbica a designar mulheres que amam mulheres e, reverberando um sentido de força e liberdade, além de posicionamento político.

Segundo Silva (2011), a “Parada da Diversidade” vem ampliando seus nichos sociais, tendo uma abrangência estadual e municipal, levando a uma frequência e intensidade de se estabelecer objetivos amplos e específicos ao Movimento LGBTQI+. O autor ressalva, também, uma extensa visibilidade e “aceitação” por vários agentes sociais dentre eles o apoio do Poder Público. Esse apoio que ele refere do Governo, ao pôr aspas na aceitação, é evidente que faz parte de certo controle social do Poder Público dentro de uma política de informação, tendo o Estado como mediador desses interesses que, também, é apropriado apoiar certas

causas, a fim de manter o domínio social dentro de um regime social já pré-estabelecido pelo Estado. Assim, a Parada da Diversidade passa a ter um protagonismo social por parte do Poder Público, fato este presente desde a primeira Parada da Diversidade. E, muitas dessas Paradas são nichos para distintos políticos (progressista de esquerda ou direita) auferirem novos eleitores, apresentando apoio à esta minoria social.

No Brasil, a primeira Parada do Orgulho LGBTQI+ ocorreu em São Paulo no ano de 1997, na Avenida Paulista, área comercial da cidade, que hoje atrai um grande número de turistas. O evento tem a participação de variados segmentos sociais, governo, movimentos sociais diversos, artistas e intelectuais que apoiam a causa. Na primeira edição a Parada teve cerca de 2 mil pessoas com o tema: “Somos muitos e estamos em várias profissões”. Percebe-se que a cada ano é exibido um tema proeminente para fixar a temática ao protagonismo social. Segue a relação dos anos subsequentes:

1998 – Os direitos de gays, lésbicas e travestis são direitos humanos

1999 – Orgulho gay no Brasil, rumo ao ano 2000

2000 – Celebrando o Orgulho de Viver a Diversidade

2001 – Abraçando a Diversidade

2002 – Educando a Diversidade

2003 – Construindo Políticas Homossexuais

2004 – Temos Família e Orgulho

2005 – Parceria civil já. Direito iguais! Nem mais nem menos

2006 – Homofobia é Crime! Direitos Sexuais são Direitos Humanos

2007 – Por um mundo sem racismo, Machismo e Homofobia

2008 – Homofobia Mata! Por um Estado Laico de Fato

2009 – Sem homofobia, mais cidadania pela isonomia dos direitos

2010 – Vote contra a homofobia: defenda a cidadania

2011 – Amai-vos uns aos outros: basta de homofobia!

2012 – Homofobia tem cura: educação e criminalização

2013 – Para o armário nunca mais- União e conscientização na luta contra a homofobia

2014 – País vencedor é país sem “homolesbostransfobia”: chega de mortes! Criminalização já!

2015 – Eu nasci assim, eu cresci assim, vou ser sempre assim: respeitem-me!

2016 – Lei de identidade de gênero, já! Todas as pessoas juntas contra a transfobia!

2017 – Independente de nossas crenças, nenhuma religião é lei! Todas e todos por um Estado Laico

2018 – Poder para LGBTI, Nosso voto, nossa voz!

2019 – 50 anos de Stonewall

2020 – Democracia

2021 – HIV/Aids: Ame + Cuide + Viva +

As Paradas da Diversidade nos anos dois mil por diante assumiram os espaços urbanos das capitais do país e, também, de algumas cidades do interior. Aracaju, por exemplo, teve sua primeira Parada em 2002 com o tema: Orgulho de ser Penta, Orgulho de ser Brasileir@, Orgulho de ser Sergipan@, Orgulho de ser Homossexual.

2003 – Orgulho de Amar

2004 – Orgulhe-SE

2005 – Direitos iguais, nem mais nem menos.

2006 – Nem os dedos das mãos são iguais.

2007 – Cidadania não rima com homofobia

2008 – Se Deus é pai, somos todos irmãos.

2009 – Sexualidade e Gênero não distinguem a personalidade humana. Faça do respeito as diferenças sua marca registrada.

2010 – Vote em quem defende você.

2011 – 10 anos de união na luta por grandes conquistas.

2012 – Tome uma dose de bom senso, homofobia tem cura.

2013 – Estamos em todos os lugares. Sexualidade não tem a ver com competência.

2014 – Nossa arma na luta por cidadania e respeito a diversidade.

2015 – Nós também somos família.

2016 – #15ANOS #HISTORIA #LUTA #CIDADANIA

2017 – + Amor nenhum direito a -

2018 – Intolerância gera violência, pela diversidade, contra o conservadorismo.

2019 – 50 anos de resistência nunca foram tão necessários para a nossa existência.

2020 – Com ou sem pandemia, de um *lockdown* no seu preconceito.

2021 – Muito mais que uma festa.

Perpetrando uma correlação entre as duas Paradas da Diversidade, é compreendido que certas temáticas se replicaram com o passar dos anos, que é a luta contra a homofobia e a importância de que o projeto de Lei nº 122 de 2006 fosse aprovado no Congresso Nacional.

Essa proposta delibera acerca dos crimes oriundos de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Institui as tipificações e demarca os encargos do ato e dos agentes.

Nada obstante, esse projeto elaborado pela deputada Federal Iara Bernadi (PT/SP) depois de oito anos foi arquivado no congresso, por haver diversas resistências dos grupos conservadores da política nacional. Atualmente, transcorrem outros poucos projetos análogos que visam o apoio da sociedade em geral e de uma parcela de políticos progressistas a fim de que sejam aprovados no congresso. Os números da violência contra a comunidade LGBTQI+ marcam, de fato, para a urgência de uma ampla discussão sobre o tema pela sociedade civil.

Além desta observação, é percebido que o único tema, no estado de Sergipe, em que a interseccionalidade foi explorada foi em 2007. Já nos anos subsequentes, a homofobia volta a ser única demanda/pauta empreendida pelos movimentos sociais, reforçando a invisibilidade das necessidades de luta de todos os membros da comunidade. A deficiência de suas estruturas políticas é produto de uma gênese social dos esquemas de percepção, de pensamento e de ação. Tais estruturas, suas representações e práticas instituem e são formadas continuamente (BOURDIEU, 2001).

Ainda sobre a história da cidadania e a origem do movimento homossexual no Brasil (por volta de 1978), momento de abrandamento da ditadura militar, o qual correspondia a uma proposta que prognosticava um retorno paulatino à democracia, se fez apropriado o exame dos fundamentos que subsidiam as reivindicações do movimento homossexual para o pleno ingresso à cidadania. Nesse formato, é possível compreender a forma pela qual esse movimento impetrou sua fixação às políticas públicas e a relação com as conquistas alusivas aos direitos civis e sociais de homossexuais, já que quanto aos direitos políticos, por serem de caráter mais difuso, não se pode dizer que sejam cerceados a esse grupo específico.

O movimento homossexual não só no Brasil, mas em todo o mundo, ainda está alicerçado essencialmente na defesa da identidade homossexual. Ainda que se possa discutir a (in)conveniência da adesão a uma suposta identidade homossexual como bandeira, ou até mesmo a sua existência, já que o movimento é mesclado por componentes de realidades identitárias díspares, a identidade é parte essencial da concepção do movimento. A solidariedade entre os seus atores ao processo orientador da identidade compõe outro aspecto determinante, tanto à época de construção do movimento quanto ao período de seu fortalecimento e até mesmo a resistência à mutação de seus propósitos aos dias atuais.

## **Movimentos de igualdade racial**

Apesar das diferenças intrínsecas à variedade de movimentos que têm em comum a temática racial, a interseção entre eles consiste na reivindicação da igualdade racial entre negros e brancos. Em virtude da escravização e do colonialismo (movimento histórico de incursão e colonização de países americanos, africanos e asiáticos por parte de países europeus), que acarretou a captura e comercialização de negros africanos como escravos em todo o mundo, especialmente nas Américas, convivemos com as consequências de um sistema desigual e desumano com os descendentes das pessoas escravizadas.

No século XIX, a escravidão foi legitimamente suprimida na esfera ocidental, contudo, as consequências aos povos africanos fixaram tratamento social inferior. No sul dos Estados Unidos e na África do Sul, ocorreu um processo de segregação racial oficial — validado pelas leis — que excluiu as pessoas negras ao acesso aos serviços que a população branca tinha, além de ter instituído um princípio de isolamento que evitava que os negros fossem integrados na rotina social como as pessoas brancas.

A África do Sul é um país de expressiva população branca devido ao colonialismo inglês e que, durante os anos de dominação inglesa e da jovem república que nasceu após o fim da dominação, ficou caracterizado pela segregação oficial num aparelho político dominado por pessoas brancas. Deste modo, o primeiro presidente negro da temporada republicana da África do Sul foi Nelson Mandela, eleito somente em 1994. Antes desta eleição, Mandela agregou movimentos contra a segregação racial em seu país, ficou preso por 27 anos devido a sua significativa atuação militante.

Hoje, há distintos segmentos do movimento negro. Duas vertentes mais amplas são o Movimento Negro Unificado e o Movimento Negro Empoderado. O Movimento Negro Unificado originou-se, historicamente, por meio da luta iniciada nas eras escravocratas e intensificou-se na década de 1960 em todo o mundo, especialmente após a participação de personalidades estadunidenses engajadas na luta, como Martin Luther King Junior, Malcom X, James Baldwin e Angela Davis. Já o Movimento Negro Empoderado passou a existir na década de 1960, impulsionando-se na primeira década dos anos 2000. A conjuntura do neoliberalismo e do reconhecimento da acentuada desigualdade entre negros e brancos foi essencial para a consolidação dessa corrente do movimento.

O movimento unificado busca integrar, na luta, todos os negros e todos que adicionem forças, enquanto que o movimento empoderado almeja centralizar seu desempenho no

indivíduo. À medida que o primeiro foca no que é próprio da negritude e da raça, o segundo objetiva-se nas injustiças e no sofrimento histórico da população negra com a finalidade de reivindicar políticas de reparação. Independente das distinções ideológicas, os movimentos negros exigem igualdade e justiça.

No Brasil, o racismo causa a segregação social desde o fim da escravidão. Os libertos, ex-escravos e seus descendentes fundaram os movimentos de mobilização racial negra, designando, inicialmente, diversos grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação. Concomitantemente, nasceu o que se denomina *imprensa negra*: jornais publicados por negros e organizados a fim de abordar suas questões. Esses jornais focavam as mais distintas problemáticas que comprometiam a população negra na esfera do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma base fundamental para as propostas reais para a questão do racismo na sociedade brasileira. Já na década de 1930, o movimento negro evolui, qualitativamente, com a fundação, em 1931, em São Paulo, da Frente Negra Brasileira (FNB), apreciada como legatária do Centro Cívico Palmares, de 1926. Em 1936, a FNB evolve-se em partido político, com pretensões a tomar parte das próximas eleições, a fim de angariar o voto da "população de cor" (DOMINGUES, 2007).

Segundo Domingues (2007), um dos principais agrupamentos foi a União dos Homens de Cor, também intitulada *Uagacê* ou simplesmente UHC, fundada por João Cabral Alves<sup>17</sup>. Outro agrupamento significativo foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado no Rio de Janeiro, em 1944, e que tinha Abdias do Nascimento como sua principal liderança. Igualmente, é imprescindível apontar que, nessa etapa histórica, a *imprensa negra* auferiu novo acometimento, com a publicação de múltiplos jornais de protesto pelo país.

A luta do movimento negro também foi bafejada por personalidades, como Zumbi e Dandara dos Palmares, lideranças do maior quilombo já representado em nossa história. Além destes, temos o advogado, jornalista, escritor e abolicionista negro Luís Gama. No século XX, o movimento negro teve significativa atuação de pessoas, como: o artista, escritor, político e ativista Abdias do Nascimento; e a Iyalorixá (mãe de santo, líder de terreiro de candomblé) Mãe Menininha do Gantois, que protegeu as práticas religiosas do candomblé e conquistou a admiração de artistas, trazendo mais visibilidade à necessidade da preservação das religiões de matriz africana.

---

<sup>17</sup> Fundou a União dos Homens de Cor, organização contra o preconceito de cor e pela promoção moral e cultural do negro, por via, sobretudo, da assistência social. Essa rede foi fundada em Porto Alegre, em janeiro de 1943 (DOMINGUES, 2007).

Outras personagens respeitáveis à luta do movimento negro são: a empregada doméstica e ativista pelos direitos das empregadas e dos negros - Laudelina de Campos Melo; o geógrafo e professor - Milton Santos; o antropólogo e professor congolês naturalizado no Brasil - Kabengele Munanga; o professor - José Vicente; e, mais recentemente, a filósofa e ativista - Djamila Ribeiro e a socióloga, ativista e política - Marielle Franco. Com tantas personalidades engajadas na luta, houve, também, diversas conquistas. Apesar de não haver um sistema oficial de segregação em nosso país, o racismo sustenta uma segregação social de modo velado (implícito), o que leva à exclusão da população negra em acessar os melhores empregos, têm maiores dificuldades para estudar, têm menor expectativa de vida, sofrem por vivenciar suas sexualidades e afetos etc. Por isso, a atuação de movimentos, como o Movimento Negro, é importante em nosso país.

Quanto às pautas específicas à população negra, Theodoro (2008) salienta que o Movimento Negro vem atuando historicamente na abertura do espaço para o debate da questão racial. Com os ventos da democratização começando a soprar no final dos anos 1970, o tema ressurgiu. A sociedade civil começa, então, a se reorganizar com a bandeira da Abertura Política, que o então presidente Ernesto Geisel já admitia a realização, desde que “lenta, gradual e segura”. É nesse contexto que em 1978, nas escadas da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em ato organizado pelas principais lideranças negras, foi fundado o Movimento Negro Unificado – MNU, célula mater do ativismo pela igualdade racial.

Entretanto, as mulheres negras foram consideradas apenas como “sujeitos implícitos”. Os movimentos negros institucionalizaram-se partilhando uma ideia de igualdade: entre as mulheres a questão racial não seria fundamental; e entre os negros as diferenças entre homens e mulheres foram desconsideradas (RIBEIRO, 1995; BAIROS, 1995, CARNEIRO, 2003). Desse modo, esses movimentos acabaram produzindo formas de opressão internas, na medida em que silenciaram diante de formas de opressão que articulassem racismo, sexismo e sexualidade. A suposta igualdade preconizada dentro dos movimentos Negro e Feminista levou as mulheres negras a lutarem por suas especificidades, gerando conflitos e rupturas nas formas incipientes em que tais movimentos se apresentavam nas décadas de 70 e 80.

A diretoria do Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos afirma que o problema é estrutural. A resolução decorrerá por meio de políticas públicas e o trabalho efetivo dos grupos de direitos humanos. O Instituto enfatiza que o racismo potencializa a homofobia, assim como a homofobia turbinou o racismo. Este coletivo necessita

ser percebido em suas interseccionalidades. São inúmeras as dificuldades para a obtenção de dados sobre preconceito e violência à população LGBTQI+, as estatísticas são realizadas por ONGs, não por governos, a intersecção destes problemas com o racismo fica ainda mais complexo.

Do mesmo modo, ativistas afro-LGBTQI+ alertam para o preconceito duplo e, constantemente, cobram políticas públicas específicas. Além disso, é percebido que enquanto os gays brancos lutam por matrimônio e igualdade, a realidade para a maioria dos negros gays é lutar pela sobrevivência. O Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos ressalta, também, que mesmo no movimento negro há homofobia, assim como no movimento LGBTQI+ há racismo. Joílson Santana Marques Júnior (2016) questiona, em seu artigo, o qual trata das produções de conhecimento sobre a temática LGBTQIA+ e raça, a problemática de enegrecer os debates acerca da diversidade sexual, assim como a dificuldade de perfilhamento dos sujeitos afro-LGBTQI+ dentro do movimento negro (MARQUES JÚNIOR, 2016). Essa propriedade discorre aos pressupostos de heterossexualidade da negritude e da branquitude LGBTQI+ de Patrícia Hill Collins (2005).

Como psiquiatra, Fanon almeja desprender o homem negro do seu complexo de inferioridade e apresentá-lo de volta à humanidade: “o que nós queremos é ajudar o negro a se libertar do seu arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial” (Fanon, 2008, p. 44), este, também, é o propósito dos ativistas afro-LGBTQI+, assim, novos movimentos estão surgindo: PRETAS BIXAS, AFROBAPHO, FONATRANS (Fórum Nacional de Travestis e Transsexuais Negras e Negros), AFROLGBTQ+, BICHA NAGÔ, AFROBIXAS, REDE AFROLGBT, QUIMBANDA DUNDU, ou seja, agrupamentos interseccionais na luta racial e de orientação sexual.

Estes novos coletivos tendem ao “afroafeto”, o qual tem o objetivo de exaltar todos os afetos e em especial afetos negados. Ou seja, é o exercício de arquitetarmos um novo olhar para a vivência dialógica da solidariedade e acolhimento, numa perspectiva de que “juntos somos fortalecidos” na construção de uma socialização, que traz o afeto como chave das relações coletivas. Isso busca colocar, na prática cotidiana, atitudes consideradas essenciais que estão inseridas num contexto mais profundo das palavras chaves: escuta, diálogo, afeto, acolhimento, respeito e solidariedade para que, assim, possa chegar às conquistas desejadas.

Estes novos grupos sociais propõem a circularidade contínua do afro cuidar. Enquanto ações subjetivas e coletivas, acredita-se que o afro cuidar seja uma concepção, percepção e

ação em que a comunidade LGBTQI+ e a população negra deveriam desempenhar de forma afrocentrada. Uma vez que as atuações dos seus membros precisam levar em consideração a diversidade que o negro gay estabelece diariamente com suas narrativas, seus corpos e suas ancestralidades, como também, precisam garantir seus direitos.

Entende-se que o afrocuidar, seja a ação do cuidado que legitime o gay negro, ao levar em consideração sua construção social, seus processos cognitivo, psicológico e emocional, mas também, considera suas pertencas e sua identidade. O afrocuidar é permeada pelos afroafetos, uma vez que a afetividade enegrecida é essencial para construção da igualdade e da equidade de qualquer ser, sobretudo o negro gay. O movimento afrocentrado positiva tudo que está relacionado à população negra. Em 2021, o cantor e candidato no *The Voice Brasil* 2021, o paulista Washington Duarte trouxe a público a música “Eu sou” com intuito de ressaltar a beleza negra, a esse movimento que chamamos afroafeto. A palavra é escrita junta na direção de unidade, ligação, já que foram castigados por vários anos pela sociedade racista. Agora, é momento de afroafetuar-se uns com os outros.

Para a efetivação das transformações sociais, algumas ações emergiram para as verdadeiras mudanças, frente à realidade preconceituosa, discriminatória e de desvalorização da identidade negra em Sergipe. Um dos primeiros atos incidiu na concepção de movimentos sociais vinculados ao público negro. Neste caso, a história dos movimentos negros em Sergipe não é tão modesta territorialmente como o Estado. Iniciada a mobilização social de outras cidades do país, sobretudo logo após a inspiração do Movimento Negro Unificado (MNU), sindicatos e entidades sociais sergipanas, deram início à tomada de medidas emergenciais para apoiar os movimentos nacionais.

Alguns grupos sociais podem ser destacados como essenciais na luta contra o racismo e a valorização da cultura negra em Sergipe. Entre eles estão, a Casa de Cultura Afro-Sergipana (CCAS), importante centro cultural que, desde a década de 60, mantém viva a história da cultura afro-sergipana; a ONG Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e de Entidades Negras (SACI), que busca abrir novos diálogos com militantes negros pelo Brasil; e a União de Negros pela Igualdade de Sergipe (UNEGRO/SE), entidade que discute soluções para a diminuição do racismo e a inserção ampla do negro na sociedade.

Em Sergipe, epicentro geográfico da cultura afrodescendente no Brasil, esse estado é apanhado por outros ícones representativos do povo negro, de um lado, o Recôncavo Baiano, assumindo a maior concentração de negros fora de suas terras africanas, do outro, o estado de

Alagoas, abluído pela mais extensa manifestação de negritude no Brasil: o Quilombo dos Palmares. Aqui, perpassa o centro histórico de lutas contra o racismo e a conservação de uma identidade do povo negro, um “além fronteira geográfica” que ostenta uma parcela significativa à história da afro-descendência sergipana.

No entanto, a inclusão de demandas do movimento negro à esfera política, a elaboração de políticas públicas de combate ao racismo e a participação de lideranças destes movimentos a assumir cargos nestas gestões, em Sergipe, foram apenas oportunizadas a partir de 2000. A princípio, houve a criação da Assessoria de Políticas de Igualdade Racial (ASPIR) na prefeitura de Aracaju, que em 2011 esta assessoria elevou-se ao status de coordenadoria, passando a se chamar Coordenadoria de Política de promoção de Igualdade Racial (COPPIR) municipal e, em seguida, a COPPIR estadual<sup>18</sup>, além de outros cargos elencados em determinadas secretarias como a Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social (SEIDS) e Secretaria Especial de Políticas (SEPM), trazendo, também, um recorte racial.

### **Um ponto negro no arco-íris**

A sociedade brasileira, de acordo com Ratts (2004), cabe a reinterpretação do mito da democracia racial sob a perspectiva geográfica, em que se compreende tanto a existência de insulação espacial somatizada à segregação étnico-racial quanto à concepção habitual de territórios étnicos. Versa sobre o construir um saber que flexione a ponderação sobre etnicidade e raça com a(s) teoria(s) acerca do espaço. O autor traz o espaço como componente distintivo e artigo de encontros/confrontos étnicos/raciais e, destaca que a medida de análise pode variar do território nacional à habitação familiar. Assim, este espaço consiste no corpo negro, no ambiente dos movimentos sociais, ou até mesmo os prédios públicos de acesso aos serviços essenciais enquanto cidadãos.

Ainda tratando da jurisdição das uniões coletivas, nos últimos 40 anos, no Brasil, um emaranhado de ações foram identificadas na literatura como “novos movimentos sociais” ou “alternativos”, por oposição a formatos “mais tradicionais”, “hierarquizados”, quanto à participação política. Estes movimentos foram, algumas vezes, dispostos, como “identitários”, sendo também apontados de divisionismo. Contudo, sua essência é um ponto de partida para o agrupamento do conjunto de movimentos sobre o qual nos debruçamos, o movimento negro e o movimento atualmente conhecido como LGBTQI+.

---

<sup>18</sup> Nessa época, a COPPIR estadual integrava a antiga Secretaria de Estado do Trabalho, da Juventude e da Promoção da Igualdade Racial. Atualmente, integra a Secretaria Estadual de Direitos Humanos.

Os movimentos elencados aqui têm processos de origem e fluxos diferentes. Contudo, é fundamental apontar que são variados os modos, os critérios e, possivelmente, as motivações para lançar demarcações do que é percebido como movimento social. Tais delimitações variam ao longo do tempo, até mesmo em relação a um mesmo movimento, como destaca Moutinho (2004). Para fins de compreensão sobre processos de luta dos movimentos aqui discutidos, cabe debater a problemática da não adequação das demandas e pautas de seus respectivos membros, seguindo a perspectiva interseccional aos coletivos analisados.

Assim, as primeiras inquirições pertinentes à discriminação apresentavam como principal tema o racismo. Munanga (1999) nos remete o racismo a um fenômeno que, por razões lógicas e ideológicas, seja abordado a partir da raça, congregando as múltiplas relações entre as duas noções. Por certo, o racismo seria, em tese, uma ideologia essencialista que pressupõe a categorização da humanidade em grupos titulados raças contrapostas que externam propriedades físicas hereditárias comuns, anuindo ao reforço dos predicados psicológicos, morais, intelectuais e estéticos, fixando-os numa escala de valores desiguais.

Mas afinal, qual a cor do invisível? Para Ratts (2006), o racismo é uma experiência que segrega o sujeito de si mesmo, abolindo-o em vida. Já a lgbtfobia, segundo definição exposta no site do Grupo Gay da Bahia, é um termo para delinear uma aversão face às relações afetivas e sexuais entre pessoas de orientação sexual diversa da heterossexualidade, um ódio generalizado a todos os aspectos do preconceito heterossexista. Segundo Munanga (1999), o racismo e a lgbtfobia são exemplos de formas irreduzíveis de consciência geradas pela história.

Acerca do acolhimento dos Movimentos Sociais LGBTQI+ e NEGRO, foi confirmada a hipótese que o gay negro vem sendo invisibilizado por estes sistemas de luta, corroborando a tese que o sujeito acumulador de vulnerabilidades sociais não é amparado quanto à luta por suas demandas, as quais são interseccionais, ou seja, interligadas e, necessitam de uma maior conexão e amplitude aos processos contra a lgbtfobia e racismo. Assim, dois entrevistados, desta pesquisa, alegaram que: *“Por ser negro, apesar dos traços físicos, até dentro do movimento, vem o questionamento de não ser ‘tão preto’”. “Por ser afeminado já ouvi comentários preconceituosos no meio LGBT. Já ouvi muito: ‘um gay que gosta de rap?’”*. Aqui temos discursos que ratificam os fatos sociais elencados nesta pesquisa, como o questionamento de sua pertença à população negra, sobre o seu comportamento ser ou não

masculinizado, até mesmo sua preferência musical. Finalmente, a que grupo este sujeito pertence?

Deste modo, o negro gay reivindica a sua existência e empoderamento por meio de qual movimento social? Aqui, debatemos o seu acolhimento na comunidade LGBTQI+ enquanto homossexual que luta contra a lgbtfobia e na população negra busca ser amparado para não ser vítima do sistema racista. Assim sendo, é evidente a protagonização das categorias integradas a cor/raça, gênero e sexualidade por produções culturais e históricas, pronunciadas aos sistemas classificatórios que abarcam dimensões semânticas e pragmáticas (CRAPANZANO, 2004).

A marcação da diferença é um componente-chave de todo sistema de lutas sociais. Desse modo, pessoas e comportamentos auferem sentido, ou seja, são socialmente produzidos por meio da atribuição de diferentes posições em um sistema classificatório. É necessário abalizar entre a lógica interna que articula categorias em sistemas classificatórios e os métodos de classificação propriamente ditos. Para os movimentos sociais aqui elencados, estes devem opor-se ao processo de categorização na iminência da hierarquização das necessidades essenciais de seus componentes.

Por exemplo, categorias referentes à sexualidade e gênero inscrevem-se com frequência em matrizes de cor/raça, e vice-versa, tornando-se muitas vezes uma linguagem atuante para promulgar hierarquias e desigualdades sociais mais amplas. A classificação é o processo pelo qual indivíduos tornam-se sujeitos e atores sociais, apropriando-se ou sendo induzidos a se reconhecer em determinadas identidades, o que, por sua vez, lhes acende a certos cursos de ação. O preconceito e a discriminação interseccional vêm sendo enfrentados, essencialmente, pelos LGBTQI+ negros brasileiros, em um amplo desafio para a constituição de uma prática de lutas sociais reveladora, refletem Simões e Facchini (2009).

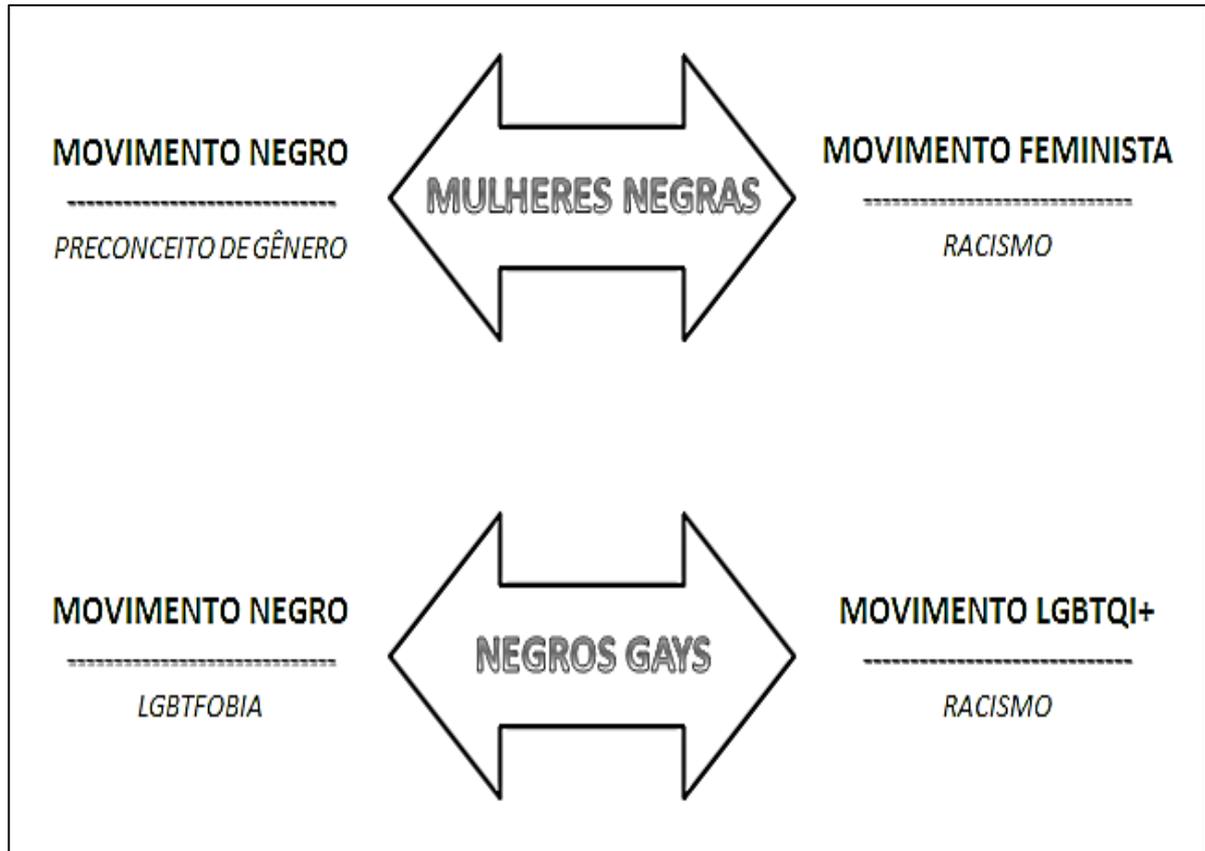
A falta de acolhimento por parte dos movimentos sociais é, também, percebida na fala de cinco participantes desta pesquisa (18% dos entrevistados): “*Nenhum. Nunca precisei recorrer a eles*”, frase destacada por um dos partícipes quanto à atuação dos movimentos sociais em relação às suas demandas de luta por sua existência, por seus direitos. Deste modo, este fato social corrobora a necessidade da atualização dos Movimentos Sociais às perspectivas de seus componentes, além de reforçar o ciclo de apagamentos em que o negro gay é submetido. Para outros cinco entrevistados, há muitas incoerências aos grupos organizados, seja da comunidade LGBTQI+, seja da população negra: “*Sinceramente, acho*

*que há muitas contradições nesses movimentos*”, fala de um dos interrogados. De acordo com 41% dos participantes, os movimentos sociais segregam as pautas de reivindicação de seus membros.

Cabe aqui uma reflexão à própria RENOSP, movimento social em que agentes de segurança pública LGBTQI+ da esfera municipal, estadual e federal atuam no enfrentamento de todo e qualquer preconceito e discriminação no país e na garantia da liberdade no âmbito, principalmente, da segurança pública. O que este agrupamento vem realizando quanto às demandas interseccionais? Após esta pesquisa, este coletivo vem afrontando o racismo e a lgbtfobia social e institucional no país por meio da construção e compartilhamento de conhecimento especializado, apoiando e desenvolvendo ações para esses enfrentamentos, e compondo uma agenda de atuação na defesa de direitos humanos e de construção da segurança pública brasileira que contemple a diversidade, ou seja, este estudo acarretou em uma produção intervencionista.

Após análise das respostas dos entrevistados, vale destacar uma compreensão, não só deste coletivo de lutas, mas todos os que abrangem minorias sociais, quanto ao valor simbólico de um movimento social e a importância da cooperação de seus operadores na construção de uma sociedade pautada em valores republicanos e plurais. Por isso, dentro dos grupos, também deve existir o enfrentamento de práticas excludentes em marcadores político-sociais hierarquizantes e subalternizantes e, portanto, estar cientes da responsabilidade e capacidade de propor estratégias que sejam incluídas em cada uma das instituições públicas para o desenvolvimento de um país mais democrático e livre do racismo e da lgbtfobia.

Portanto, percebe-se, até aqui, que as mulheres negras foram excluídas das pautas no Movimento Negro, em decorrência do machismo, assim como foram preteridas no Movimento feminista, devido ao racismo, levando-as a uma nova trajetória política e práticas mobilizatórias em pró de suas especificidades. Do mesmo modo percebemos o percurso dos homens negros gays, os quais sofrendo racismo no Movimento LGBTQI+ e lgbtfobia no Movimento Negro estão se articulando em novos coletivos, numa perspectiva interseccional, a fim de compreender os melhores processos ao atendimento real de seus dilemas e reivindicações. Observamos, sistematicamente, este processo excludente, neste quadro comparativo:



FONTE: Criado pelo autor, 2022.

**Figura 3** Comparativo da exclusão de mulheres negras e negros homossexuais nos movimentos sociais.

O não acolhimento dos sujeitos justapostos, invisibilizados aos movimentos “tradicionais” vêm provocando a construção de novos grupos de luta, fomentando a tese que os indivíduos acumuladores de condições minoritárias tendem a se organizarem entre aqueles que se identificam em todo o conjunto do seu eu, entre o aglomerado de suas subjetividades, viabilizando suas existências perante o afeto, às lutas sociais e o pertencimento enquanto cidadãos.

A raça humana tende a ser segracionista, isto é, são as pessoas que odeiam outras por não serem como elas, ou assimilacionistas, pessoas que gostam do outro, porém apenas entre aspas, ou seja, gostam porque os outros são iguais a elas, ou são antirracistas, quando amam o próximo porque os outros são como são. Neste contexto, percebemos que os movimentos sociais LGBTQI+ e NEGRO, muitas vezes, estão sendo, ora segracionistas, ora assimilacionistas e, raríssimas vezes, estão trazendo em seus processos de luta a abordagem interseccional.

### **CAPÍTULO III - IMPLEMENTANDO DESIGUALDADES: REFORÇO DE ESTEREÓTIPOS E COMPETÊNCIA POLÍTICA**

A palavra minoria se refere a um grupo de pessoas que, de algum modo e em algum setor das relações sociais, encontra-se numa condição de dependência ou desvantagem em relação a outro grupo, “maioritário”, ambos integrando uma sociedade mais ampla. As políticas públicas têm articulado, em alguma medida, as questões de preconceito e discriminação às minorias sociais. A partir desses aspectos, é fundamental a revisão dos marcos regulatórios das políticas LGBTQI+, de âmbito nacional, identificando seu enlace com a luta antirracista, mapeando os processos de interseccionalidade entre a temática racial e de diversidade sexual e de gênero.

Depois da escravidão, a população negra fez-se livre. Após a liberdade, revelou-se o preconceito como ato de diminuir e discriminar. Há exatos 32 anos, foi decretada lei que define como crime inafiançável e imprescritível segundo o texto constitucional e pune de dois a cinco anos de prisão e, em alguns casos, multa, os crimes de racismo e injúria racial. Assinada pelo então presidente da República José Sarney, a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, tornou-se conhecida pelo nome de seu autor, o Deputado Federal Caó (Carlos Alberto Caó de Oliveira), o qual regulamentou o trecho da Constituição Federal, estabelecendo o racismo inafiançável e imprescritível. Já a injúria racial está expressa no artigo 140, no terceiro parágrafo do Código penal.

Já em 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal equiparou a lgbtfobia ao crime de racismo, decisão válida até a criação de legislação específica sobre este tipo de violência. A interseccionalidade está presente no histórico jurídico e, assim, pressionando a produção científica sobre populações negras e comunidade LGBTQI+. Seus membros são estigmatizados, discriminados e tratados de modo desigual nos mais variados âmbitos da vida. Enquanto vítimas do preconceito estão na mesma origem dos julgamentos eugênicos e criminológicos, com alicerces racistas e sexistas, que identificam negros como potenciais marginais e homossexuais como desviantes e/ou doentes. Sendo assim, de certo modo, no Brasil, a sociedade se desenvolveu, principalmente, associando negros ao crime e à perversão sexual. E a perversão sexual, particularmente a homossexualidade, ao crime (GREEN, 2000).

O incremento das políticas públicas de direitos humanos de LGBTQI+ no Brasil é baseado numa concepção “participacionista”, a qual prevê a participação e o controle social como processos fundamentais para o bom desempenho, efetividade e alcance das políticas

públicas executadas pelas instâncias governamentais. Sendo assim, o Programa Brasil Sem Homofobia surgiu das movimentações da militância LGBTQI+ (Fernandes, 2011) e funcionou como instrumento de pressão para viabilizar a implementação de instituições e instâncias participativas, como as três edições da Conferência Nacional LGBTQI+ (2008, 2011 e 2016) e a criação do Conselho Nacional LGBTQI+ (2010), entre outras.

O interlace dessas comunidades se fez no programa Brasil sem Homofobia (BSH) que se firmou a inclusão da discussão antirracista como um dos eixos de ação das políticas para LGBTQI+. Em seu décimo-primeiro artigo situa uma ‘política contra o racismo e a homofobia’ e elenca as seguintes ações:

Apoiar estudos e pesquisas sobre a discriminação múltipla ocasionada pelo racismo, homofobia e preconceito de gênero; criar instrumentos técnicos para diagnosticar e avaliar as múltiplas formas de discriminação combinadas com o racismo, homofobia e preconceito de gênero; Monitorar os Acordos, Convenções e Protocolos internacionais de eliminação da discriminação racial garantindo o recorte da orientação sexual; Estimular a implementação de ações no âmbito da administração pública federal e da sociedade civil, de combate à homofobia e inclua o recorte de raça, etnia, e gênero; Apoiar a elaboração de uma agenda comum entre o movimento negro e movimentos de homossexuais e a realização de seminários, reuniões, oficinas de trabalho sobre a temática do racismo e da homofobia. (BRASIL, 2004, p. 26)

Segundo Santos (2016), uma das principais reivindicações do Movimento LGBTQI+ quanto às políticas públicas - e uma das principais linhas de ação do Programa Brasil Sem Homofobia - são os Centros de Referência LGBTQI+. Estes Centros funcionam como órgãos que oferecem serviços e atendimentos de ordem jurídica, psicológica e socioassistencial orientando, encaminhando e acompanhando usuários e usuárias vítimas de discriminação lgbtfóbica para outros equipamentos estatais responsáveis pelo atendimento ao público, como delegacias, defensorias, conselhos tutelares, hospitais ou secretarias de Assistência Social, a depender da necessidade de cada usuário/a.

Em 2010, foi instituída a Política Nacional da Saúde Integral da População LGBTQI+, iniciada na I Conferência Nacional LGBTQI+, por meio das propostas para a saúde, consignadas em seu relatório final, dando origem ao Plano Nacional de Políticas para LGBTQI+, e que por fim, resultou na elaboração da referida política, não sem tensões, vide o tempo que transcorreu entre a Conferência e a aprovação da política (DUARTE, 2014).

O objetivo principal desta política é propiciar acesso e atendimento integral em saúde para pessoas LGBTQI+, de acordo com os princípios de equidade e integralidade

preconizados pelo SUS (BRASIL, 2013). E dentre seus objetivos específicos destaca-se em relação aos LGBTQI+ negros:

I - instituir mecanismos de gestão para atingir maior equidade no SUS, com especial atenção às demandas e necessidades em saúde da população LGBT, incluídas as especificidades de raça, cor, etnia, territorial e outras congêneres; IV - qualificar a informação em saúde no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados específicos sobre a saúde da população LGBT, incluindo os recortes étnico-racial e territorial; V - monitorar, avaliar e difundir os indicadores de saúde e de serviços para a população LGBT, incluindo os recortes étnico-racial e territorial (BRASIL, 2013, p. 20)

Nesses objetivos já se percebe a intersecção com a questão racial, visto que tais ações devem atender a uma produção de conhecimento e informação que pondere as particularidades dos negros gays. Assim, não se pode afirmar que esses objetivos têm sido cumpridos, ou em que medida. Por ora, é perceptível que, em princípio, a interseccionalidade entre diversidade sexual e de gênero e luta antirracista está assinalada no marco institucional. Aqui, percebemos que a abordagem interseccional é uma realidade em todo o ciclo social de uma sociedade nos tempos atuais. Seja em suas relações interpessoais, nos movimentos sociais e entre o relacionamento: cidadão e Estado a sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação se faz presente aos processos de luta e transformação da sociedade.

### **Minorias sociais x Governo Bolsonaro**

Pois no final das contas só há dois tipos de pecados mortais no campo da política: a falta de objetividade e, frequentemente, mas nem sempre idêntica a ela, a falta de responsabilidade (MAX WEBER, 2013).

O Brasil de Bolsonaro não é único ao exemplar mundial, assim, não deve ser abreviado a uma anomalia cultural, mas sim, a um exemplar, afinal, esboça uma deriva populista que afeta outros países como a Turquia de Erdoğan, a Hungria de Orban ou as Filipinas de Duterte. Refletindo Vladimir Safatle, podemos refletir sobre um “laboratório global onde as novas configurações do neoliberalismo autoritário são testadas, no qual a democracia liberal é reduzida a uma mera aparência”. Fazendo um paralelo com o Chile de Pinochet que, após o golpe de Estado de 1973, serviu de laboratório para o neoliberalismo.

Tanto o processo político chileno quanto o brasileiro, tratou de afastar um partido de esquerda apoiado pelas classes populares do processo eleitoral. De fato, as classes populares se favoreceram de políticas inclusivas postas em curso. Conforme o Banco Mundial, entre 2004 e 2014, o Bolsa Família extraiu 28 milhões de brasileiros da pobreza. Em paralelo,

tanto no Chile, do passado, quanto no Brasil recente, tratou-se, também, de se dar lugar aos “*Chicago Boys*”. Em referência ao Brasil, a virada neoliberal tardia de Jair Bolsonaro, pode ser sintetizada na escalção de Paulo Guedes, proclamada ainda durante a campanha, para gerir a pasta da Economia, o que trouxe como umas das categorias que permitiu sua vinda ao poder.

No primeiro dia de mandato do então presidente da república, Jair messias Bolsonaro<sup>19</sup> assinou Medida Provisória (MP) que definiu as competências dos novos ministérios de seu governo, não citando a população LGBTQI+ como foco de cuidado do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MFDH), responsável pela elaboração de políticas voltadas aos direitos humanos. No entanto, as MPs criadas pelos governos de Luís Inácio Lula da Silva (PT), Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB) no início do mandato também não o fizeram - a inclusão de medidas direcionadas às minorias sexuais foi definida posteriormente, em decreto. O assunto, na atual gestão federal, ficou sob responsabilidade de uma nova secretaria subordinada à pasta: a Secretaria Nacional de Proteção Global.

O MFDH, chefiado pela advogada e pastora evangélica Damares Alves, seguiu a hierarquia usual de um ministério: a atuação é diluída em secretarias, às quais diversas diretorias ficam subordinadas. Foram estabelecidas oito secretarias: 1) Políticas para as Mulheres; 2) Políticas de Promoção da Igualdade Racial (estas duas no governo Lula e Dilma tinham status de ministério e foram rebaixadas); 3) Família; 4) Juventude; 5) Direitos da Pessoa com Deficiência; 6) Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; 7) Direitos da Criança e do Adolescente; 8) Proteção Global.

A questão LGBTQI+ em governos anteriores não era consolidada em uma secretaria. Na gestão Temer, por exemplo, era tratada em uma diretoria da Secretaria Nacional de Cidadania: a Diretoria de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (DPLGBT), chefiada pela ativista e educadora transexual gaúcha Marina Reidel. A MP assinada por Bolsonaro extinguiu a Secretaria Nacional de Cidadania, sem citar onde a população LGBTQI+ seria tratada, o que gerou incerteza. Ao mesmo tempo, manteve um órgão relacionado ao tema: o Conselho Nacional de Combate à Discriminação.

Em discurso de posse em Brasília, Damares Alves afirmou que o combate à LGBTfobia ficaria aos cuidados da Secretaria Nacional de Proteção Global. O titular da secretaria estabelecido foi o procurador da fazenda Sergio Queiroz. Damares, em sua fala, disse que o

---

<sup>19</sup> Último presidente eleito do Brasil (2018-2022) pelo Partido Social Liberal – PSL, hoje sem partido político.

Estado é laico, “mas que esta ministra é terrivelmente cristã”, e se defendeu das acusações de redução dos direitos das minorias sexuais, afirmando que a secretaria iria combater o trabalho escravo, lidar com todas as demandas LGBTQI+. A ministra enfatizou que na Proteção Global, continuaria a diretoria que diz respeito às demandas LGBTs.

No entanto, houve a exclusão da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. No MEC (Ministério da Educação), a SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) foi excluída enquanto se criou uma secretaria para transformar escolas em colégios militares. Ao tratar as demandas (LGBTQI+) como proteção, sem falar de promoção, há uma sinalização de que essa pauta iniciou e se mantém sendo tratada como de enfrentamento a uma possível violência. Mas não é pertinente esperar ser violentado (a) para ser assistido (a); a sociedade necessita ser assessorada também na educação e na saúde, por um governo que entenda todas as vulnerabilidades criadas por uma sociedade preconceituosa e discriminatória.

Foram extintos conselhos relacionados à comunidade, o Ministério da Educação cancelou um vestibular voltado para pessoas transgêneras e intersexuais e, em âmbito internacional, o Itamaraty praticamente baniou o uso da palavra gênero e de menções a direitos LGBTQI+ de documentos. Criado por medida provisória em 2001, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBTQI+ (CNCD LGBT+) foi extinto em abril de 2019. Para atender a demandas históricas do movimento, o conselho tinha como objetivo formular, propor e monitorar as políticas públicas voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos das lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans.

Sob este segmento de políticas públicas, Pereira traz em seu artigo “Percepção de professores LGBTQI+ negros acerca da lgbtfobia e do racismo no mundo do trabalho”, pesquisa aprovada, a ser apresentada em julho de 2020, no 20º Congresso Brasileiro de Sociologia, uma análise acerca da identidade social e a conjuntura organizacional sob a ótica da discriminação em local de trabalho direcionada a professores LGBTQI+ negros de escolas públicas e privadas. Primeiramente foram abordados os conceitos básicos relativos aos estudos sobre discriminação, de forma geral, e as relações desses conceitos com a lgbtfobia e o racismo. Foram entrevistados professores de escola pública e de escola privada da cidade de Aracaju/Sergipe.

Assim, para a compreensão dos dados utilizou-se a análise de discurso desenvolvida por Michel Foucault, sendo constatado que os entrevistados são alvo de discriminação direta (explícita) e indireta (implícita) em razão de sua sexualidade e cor de pele. A discriminação

direta manifesta-se na deficiência dos normativos das escolas públicas estudadas em endossar e dilucidar os legítimos direitos dos professores LGBTQI+ negros, bem como na inexistência de regras que resguardem a cidadania dos profissionais entrevistados da escola privada analisada. Contudo, o que mais causa incômodo aos referidos servidores da educação são as expressões de discriminação indireta manifestadas no local de trabalho.

Ainda no âmbito da educação, um fato a ser discutido é o caso do professor doutor Ilzver de Matos Oliveira, negro, gay, candomblecista, aprovado no concurso público para professor no Departamento de Direito da Universidade Federal de Sergipe (UFS), realizado em 2019, o qual foi impedido de assumir a vaga por conta de uma decisão contrária à sua convocação por parte do Conselho Departamental de Direito da UFS. Em abril, um professor do curso de Ciências Contábeis solicitou abertura de edital interno de remoção e entrou com processo contra a nomeação de Ilzver, caracterizando uma evidente manifestação de preconceito e discriminação. O processo perdura até os dias atuais em constantes ações de racismo, lgbtfobia e intolerância religiosa.

Quanto à saúde pública, de acordo com Pereira, em seu artigo “Da população LGBTQI+ negra, covid-19 e crise da democracia”, trabalho apresentado ao III Seminário Nacional de Sociologia do PPGS/UFS, em outubro de 2020, desde dezembro de 2019, o mundo vem registrando crescentes casos de infecção respiratória por um novo vírus, o SARS-CoV-2 (do inglês *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2*), o qual causa a COVID-19 (do inglês *Cornavirus Disease 2019*), as pessoas LGBTQI+ negras continuam a sofrer discriminação, atitudes hostis e falta de entendimento tanto de funcionários quanto do sistema de saúde em si e, como resultado, muitos relutam em procurar atendimento médico, exceto em situações que parecem urgentes – e talvez nem quando a este nível. Esse fato social é reflexo da gestão à saúde pública do atual governo, o qual vetou, no Ministério da Saúde, toda e qualquer campanha de prevenção ao HIV/AIDS direcionada especificamente para LGBTQI+, por exemplo.

As doenças não são entidades democráticas. Pelo contrário, elas têm incidências vinculadas à renda, idade, orientação sexual, gênero e pela raça. Esse processo de invisibilidade se agrava às pessoas negras que se declaram lésbicas, bissexuais, gays, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTQI+) as quais transcorrem pelos desafios sociais, econômicos e de saúde pública. Os obstáculos são percebíveis quando estas pessoas necessitam usar serviços públicos de saúde ou nas relações familiares. Muitos sofrem uma série de abusos e violações dos direitos das pessoas LGBTQI+, o que pode acarretar uma série

de consequências negativas como desemprego, afastamento por parte dos familiares, quadros de depressão, contaminação ao covid-19.

No que se refere à Saúde Sexual, a desarticulação do Departamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis, AIDS e Hepatites Virais se deu a partir da inserção de outros agravos em saúde. Na atual composição a pasta nomeada “Doença de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis”, sinaliza que nesse momento, os espaços direcionados ao cuidado e tratamento do adoecimento relacionado aos usufrutos da sexualidade, não merece grande destaque na agenda da saúde pública.

Quanto à Segurança Pública, segundo Pereira, em seu artigo “Interlocação policial: critérios na escolha dos abordados”, trabalho apresentado ao XLIV encontro anual da Anpocs, em dezembro de 2020, no Brasil, a comunidade LGBTQI+ e a população negra, no âmbito das políticas públicas, percebe-se que, em sua essência, as ações, metas e planos de governo não são democráticos (não atendem, efetivamente, aos grupos minoritários), às quais evidenciamos, significativamente, a lgbtfobia e o racismo institucional.

O olhar dos agentes de segurança pública para com esse segmento da população condena-os à marginalização e os excluem das oportunidades e na melhoria de condição de vida e, o racismo, a lgbtfobia e as desigualdades sociais constituem-se nos principais fatores que influenciam no aumento da violência, tanto a física quanto a simbólica, como evidenciado no artigo “Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência policial aos LGBTQI+ negros”, trabalho apresentado à II Semana de Ciências Sociais da UNILAB. Segundo Bourdieu (2012), a violência simbólica ou dominação simbólica consiste em formas de coerção que se fundamentam em acordos não conscientes entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais.

Assim, Wiewiorka (2010) defende que o enfrentamento à discriminação, como visto, tem amparo legal, é um caso de polícia, já o preconceito é um caso de política: Política de Ação Afirmativa. Inscrito no rol das chamadas Políticas de Promoção da Igualdade Racial, esse comando de ações tem existência recente e sua própria consolidação pressupõe o enfrentamento do racismo. Até hoje, uma parcela ainda significativa da população não vê importância ou necessidade de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O racismo em sua teia onipresente impõe grandes obstáculos à consolidação de uma instância governamental de combate ao próprio racismo.

De acordo com a parceria entre o INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos) e a CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais

Quilombolas), a participação federal a comunidades quilombolas vem sendo enfraquecida desde as políticas de austeridade fiscais polidas pelo governo de Michel Temer, quando a garantia de direitos históricos foi comprometida pela PEC do teto de gastos. Em 2019, por exemplo, o governo federal talhou ainda mais a verba designada para comunidades quilombolas. Isso deprecia políticas públicas que amparam a segurança da titulação das terras ocupadas e na sustentabilidade e qualidade de vida dos quilombos. Também foi firmado um substancial desconto ao financiamento do Programa de Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial: em 2019, a verba foi cerca de R\$ 15 milhões, valor 60% menor que os R\$ 46 milhões de 2016.

O referido programa viabiliza ações afirmativas, tais como reconhecimento e indenização para regulamentação fundiária dos quilombos contemporâneos, assim como amparo às pessoas vítimas de racismo. Ou seja, as despesas ao Estado, muito aquém do R\$ 1 bilhão ostentado por Bolsonaro, não são gastos, mas significam o mínimo de reparação histórica, de importância à legalidade, das lutas e direitos conquistados pelos povos quilombolas, além de gerarem a justiça social e o aumento de qualidade de vida para toda sociedade.

Além disso, o governo federal interrompeu o programa Juventude Viva, destaque na prevenção e combate ao homicídio de jovens, em sua maioria, os casos envolve negros. Também deixou de empreender a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Os recursos destinados às políticas de combate ao racismo caíram de maneira drástica em 2019, o primeiro do governo Bolsonaro. A Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial investiu R\$ 800 mil, contra R\$ 5 milhões em 2012. Bolsonaro suprimiu o Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o que, de acordo com a secretaria, impossibilitou seu trabalho.

Ainda com o corte de gastos, a Fundação Palmares executou R\$ 837,7 mil em 2019, contra R\$ 6,5 milhões em políticas do órgão em 2012. Até setembro de 2019, segundo a fundação, menos de 50% dos recursos disponibilizados para 2020 haviam sido gastos. Os quilombolas, que em plena pandemia vivenciaram Bolsonaro vetar o provimento de cestas básicas, também estão na mira do presidente e seus cortes. O Comitê Gestor da Agenda Social Quilombola não se reuniu em 2020, e em 2019 houve apenas um encontro. No ano de 2018, foram empenhados mais de R\$ 5 milhões para políticas públicas para quilombolas, cifra que era de R\$ 26 milhões em 2014.

Nesse sentido, o referencial teórico aplicado nesta dissertação de mestrado procura demonstrar a hegemonia branca aos vínculos afetivos, a hipererotização dos corpos negros, o reforço dos mecanismos repressivos, além de analisar o exercício de luta do Movimento da Comunidade LGBTQI+ e do Movimento NEGRO aos seus membros gays negros, os quais acumulam marcadores sociais, e questionar a devida efetividade das atuais políticas públicas de enfrentamento e sobrevivência, destes sujeitos interseccionais, numa sociedade lgbtfóbica e racista. Esta pesquisa também se conecta a problemas mais amplos de competência sociológica para gerar novos pensamentos, enfrentamentos e resoluções.

Vale destacar que a discussão produzida neste trabalho dissertativo se dedica às relações raciais, racismo e questão racial pertinente a negros gays, não porque esses temas estejam imputados, exclusivamente, a este grupo específico. Ainda que esta pesquisa esteja direcionada a este coletivo, isso não significa desconsiderar, ou mesmo minorar, as desigualdades elencadas para outros grupos étnico/raciais. Assim, foram produzidos artigos científicos acerca das atuais políticas públicas aos LGBTQI+ negros (segurança – saúde – educação), a fim de evidenciar a prática do Estado ao reforço de estereótipos, ocasionando problemáticas psicossociais, aumentando a frequência e intensidade das violências ao grupo e as desigualdades sociais.

O Estado vem fortalecendo preconceitos e discriminações à população negra e à comunidade LGBTQI+, principalmente em suas interseccionalidades e, significativamente, aos sujeitos acumuladores de vulnerabilidades sociais. Aqui, trata-se de recortes desta pesquisa, a fim de subsidiar a trajetória, também, de estudos sobre a realidade vivenciada pelos negros homossexuais no Brasil.

A Coalizão Solidariedade Brasil, uma rede composta por 18 entidades internacionais, com sede na França, lançou no dia 19 de janeiro de 2021, nova edição do “Barômetro de Alerta”, consiste em um relatório sobre as políticas públicas em direitos humanos, questões ambientais e ameaças à democracia no país. Um exemplar do documento foi apresentado à embaixada do Brasil em Paris, após um protesto de ativistas no local. O documento perpetra o balanço dos últimos dois anos das ações do governo brasileiro em três grandes segmentos temáticos: justiça social, justiça ambiental e espaços de democracia. Todos foram analisados acerca de fenômenos específicos como racismo e violência policial, violência contra as mulheres, à comunidade LGBTQI+, direitos trabalhistas e emprego, segurança alimentar, acesso à terra, povos tradicionais, meio ambiente, educação, violência política e liberdade de expressão.

O relatório dispõe, em cada tema, dados estatísticos e informações impetradas de órgãos oficiais do próprio governo, assim como cita o mapeamento de violências, violações e desigualdades, feito por entidades da sociedade civil brasileira. De acordo com a Coalizão Solidariedade Brasil, os dois anos de gestão do presidente Jair Bolsonaro evidenciam uma degradação da conjuntura de direitos humanos e desigualdades no país. Assim, quanto ao racismo e violência policial, dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, organizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apresenta o relatório da Coalizão o qual assinala aumento de 6% no número de sujeitos mortos por agentes da segurança pública no primeiro semestre de 2020 no Brasil, em comparação com o primeiro semestre de 2019. Esse crescimento já havia ocorrido em 2019, em comparação com ano anterior, totalizando 6.375 homicídios empreendidos por policiais contra civis.

O perfil das vítimas revela que a violência policial é uma realidade significativa sob o aspecto do racismo estrutural para com as populações negras e periféricas. Os episódios de João Pedro, Mizael ou Rogério são simbólicos: jovens negros das favelas são os alvos desta violência. Em média, 79,1% dos mortos em 2019 durante as operações policiais são pretos. Ainda, a polícia mata 2,8 vezes mais negros que brancos, confirma o relatório. Dentro das instituições de segurança pública, o racismo também se manifesta em mortes, visto que 65% dos agentes de segurança também mortos são negros, ainda que os policiais negros sejam menos da metade (44,9%) da força policial no Brasil, composta por pessoas brancas, em sua maioria.

Referente à comunidade LGBTQI+, mencionado no documento da Coalizão, o relatório anual do Grupo Gay da Bahia (GGB), publicado em 2020, e já mencionado anteriormente nesta dissertação, apontou que 329 pessoas LGBTQI+ foram vítimas de morte violenta no Brasil em 2019 (assassinatos ou suicídios). Esses dados conferem ao país o primeiro lugar em crimes contra minorias sexuais: mais de metade das pessoas LGBTQI+ mortas em todo o mundo reside no Brasil. A questão racial perpassa às minorias sexuais às violências. Segundo o Grupo Gay da Bahia, 38% das vítimas LGBTQI+ mortas em 2019 eram mestiços e negros, enquanto 36% se percebiam brancos. Não obstante, a maior parte dos assassinatos esteja relacionada às pessoas homossexuais (63% de vítimas; compreendendo 10% lésbicas e 53% gays), os transexuais e travestis entram uma dimensão íçada nessas estatísticas, com 124 pessoas assassinadas em 2019, mais de um terço do número total das vítimas registradas, de acordo com os dados apresentados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

As problemáticas sociais específicas dos grupos que, historicamente, sofreram (e sofrem) discriminação negativa (como negros, mulheres, gays) devem ser acometidas por disposições integrais, mas também, específicas, conjugadamente. O preconceito e discriminação contra a população negra, na recente conjuntura de forças, consistem em fortalecer a campanha pertinente às políticas públicas específicas para todos negros e negras. Além disso, exige-se que tais políticas, destacadas pelos domínios instituídos (governos municipais, estaduais e federal), encontrem-se em harmonia quanto as reivindicações do próprio movimento.

O método de expansão da democracia se apregoa na concepção de espaços públicos e na progressiva cooperação da sociedade civil no campo das discussões e tomada de decisões em referência à constituição das políticas públicas. (DAGNINO, 2004). Uma sociedade democrática tão somente é possível, via participação dos indivíduos e de grupos sociais organizados. Esta contribuição se conforma, deste modo, como um item de caráter basilar à mudança e transformação da sociedade. (GOHN, 2004). O valor desta participação, segundo Gohn (2004), se faz não somente à demanda da ocupação dos espaços, mas também, para democratizar a gestão da coisa pública, invertendo os interesses da Administração Pública e depositando como prioridade às políticas públicas que atendam as reais necessidades da sociedade.

Para Tilly (2007) há ações necessárias à promoção da democratização e, a reversão dessas ações causa a chamada desdemocratização. Ou seja, a democratização está vinculada às mudanças alcançadas em três campos que são: a da desigualdade social, de redes de confiança e das políticas públicas, assim como a existência de influência mútua entre essas mudanças também se faz necessário. O avanço da participação política é uma técnica que leva a promoção da democracia (TILLY, 2007). Nessa acepção, o desconto da contribuição social na construção e implementação de políticas públicas junto ao Estado no governo Bolsonaro, com base na amortização de vias participativas desponta um processo de desdemocratização.

### **Necropolítica em tempos pró-Bolsonaro**

Qual característica envolve maior frequência e intensidade ao preconceito e discriminação? Ser negro ou ser homossexual? Partindo dessa indagação, há como descrever duas condições de intolerância recorrentes em nossa sociedade. O Brasil é um país racista e que instiga ao genocídio a juventude negra. Um país vinculado a um sistema político que não emancipa a população negra, onde homens negros gays são inferiorizados, onde há diferenças

de tratamento no mercado de trabalho e, o desrespeito a estes cidadãos se intensifica no atual governo federal. Referente às especificidades LGBTQI+, o processo é o mesmo, a lgbtfobia é manifesta e segue matando muitos gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transsexuais.

O Brasil lidera os índices de assassinatos da comunidade LGBTQI+ e o grande algoz deste quadro de violências e discriminação é o sistema capitalista que divide, segrega e inferioriza aqueles que não se enquadram no estereótipo do patriarcado heteronormativo branco e machista que dita padrões de estética e comportamentos à sociedade. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), nos cem primeiros dias de 2020, foram documentadas 102 mortes violentas de LGBTQI+ no Brasil, sendo 91 homicídios e 11 suicídios. O confinamento social e o medo de contaminação pelo covid-19 não reduziu as mortes violentas.

O Atlas da Violência 2020, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), assinala que a falta de indicadores ainda é um problema central que necessita ser sobrepujado a partir da inserção de questões relativas à identidade de gênero e orientação sexual nos censos oficiais e, ainda, admissão de variáveis para se aferir esse tipo de violência nos registros de ocorrência policial. A comunidade LGBTQI+ é um grupo multifacetado e, por conseguinte, é válido analisar que cada subgrupo deste coletivo vivencia vulnerabilidades específicas que impactam sua trajetória.

Neste sentido, não há políticas públicas únicas e modeladas que se adaptem a toda esta população, sendo essencial ponderar a diversidade que a diferencia na formulação e implementação de tais políticas. Assim, o governo Bolsonaro vem sendo subsidiado por uma necropolítica, termo impresso pelo professor camaronês Achille Mbembe, que o define como um conjugado de políticas assentadas à prática por meio da morte. Mbembe discute os limites da soberania desempenhada pelo Estado, na medida em que este, por suas ações ou omissões, decide quem vai morrer e quem irá sobreviver. E é por meio deste sistema que o atual presidente do Brasil reforça violências às minorias sociais.

Neste viés, o tema sobre a redução da maioria penal é sempre discutido por Bolsonaro e a bancada conservadora como solução para a segurança. Uma pesquisa realizada pela Fundação Abrinq mostra que as vítimas de homicídio no Brasil têm cor. Em 20 anos, o número de jovens negros assassinados aumentou 429%, ante 102% de jovens brancos. A pesquisa levou em conta números apresentados pelo Ministério da Saúde sobre mortes de crianças e adolescentes até 19 anos. Os dados analisados são de 1997 até 2017. A fundação conclui que, baseado nos números, o Brasil vive em um cenário de guerra civil.

Marca registrada do atual governo, a arma vem sendo categorizada como recurso eficaz para a violência, mas quando analisados os dados não é essa a realidade. Nesses 20 anos, houve um aumento de 120% de homicídios ocasionados por armas de fogo. Segundo relatório do referido ministério, assassinatos por armas de fogo indicam que a tendência à centralização de óbitos entre indivíduos de cor/raça negra atesta a exposição dessa população à vulnerabilidades das quais a manifestação da violência armada pode representar apenas uma dimensão.

E, o ano de 2021 iniciou com a fome a milhões de brasileiros. Segundo a Fundação Getúlio Vargas Social, são 27 milhões de pessoas que vivem em situação de miséria, ou seja, com uma renda mensal menor do que um quarto de salário mínimo. Isto equivale a pouco mais de oito reais por dia para, além de se alimentar, pagar aluguel, passagem de ônibus, remédios, água e luz, entre outras despesas. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo imprescindível para a população arcar com os custos mensais seria de pouco mais de cinco mil reais para uma família de quatro pessoas, o equivalente a uma renda per capita de um salário mínimo, mais de quatro vezes superior à renda das pessoas que vivem na miséria. Destarte, é nesta linha da pobreza que um número significativo de membros da comunidade LGBTQI+ e da população negra se encontram, principalmente em agravo à má gestão pública do atual presidente ao combate da covid-19 e os atenuantes econômico-sociais.

Nas últimas décadas, os países ocidentais pautaram normas que restringem o preconceito e a discriminação explícitos contra grupos minoritários (Adorno, 1996). Por exemplo, na maioria dos países o racismo é convencionalmente reprimido e qualquer manifestação racista é debelada (Santos, 2016). Mesmo assim, observa-se um aumento na discriminação expresso na violência racial (Theodoro, 2008) e nos indicadores socioeconômicos das minorias raciais (Pacheco, 2006). Esta situação contraditória mostra o preconceito assumindo formas de expressão que não contrariam abertamente as normas antirracistas atuais (GOLDSTEIN, 1999).

Monitoramento realizado há 40 anos pelo Grupo Gay da Bahia a partir das mortes noticiadas na imprensa e pelos movimentos sociais registrou 237 assassinatos de pessoas LGBTQI+ em 2020; segundo pesquisadores, queda não é representação de melhoria, mas de elevada subnotificação e carência de dados oficiais. O total apurado concebe uma queda de 28% em relação a 2019. Os dados são do relatório “Observatório das Mortes Violentas de

LGBTQI+ no Brasil – 2020”, realizado pelo Grupo Gay da Bahia e pela Acontece Arte e Política LGBTQI+, de Florianópolis.

As entidades avaliam que a redução não foi determinada pela implementação de políticas públicas de inclusão e proteção à população LGBTQI+, mas sim por uma oscilação numérica "imponderável" e "enorme subnotificação" percebida durante as buscas, uma vez que as informações levantadas têm base nas mortes noticiadas pela imprensa e movimentos sociais e não há dados oficiais, além do desmonte nas campanhas de incentivo à denúncia a partir de 2018. Assim, o relatório assinala para os efeitos da pandemia de Covid-19, que ativou o isolamento de muitas pessoas LGBTQI+, tendo em vista que este coletivo já era impactado pela falta de sociabilidades, referências e espaços.

Apesar de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter equiparado o crime de lgbtfobia ao crime de racismo em 2019, a tipificação ainda não foi formatada pelos órgãos de segurança pública do país e ainda não há exposição sólida de dados oficiais. Neste contexto, os bancos de dados e relatórios difundidos sobre a violência lgbtfóbica no Brasil são feitos há anos por movimentos sociais e coletivos, como o Grupo Gay da Bahia e a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), que identificam as mortes por meio de notícias publicadas na imprensa e coletas concretizadas na rede de ativistas e colaboradores do movimento LGBTQI+.

Em 1990, foram contabilizados 164 assassinatos motivados por homofobia — na época, eram contabilizadas as "mortes de homossexuais". Após 20 anos, o número de mortes motivadas por lgbtfobia ascendeu 60%, para 260 registros identificados em 2010. O maior número de casos foi registrado em 2017, quando foram documentadas 445 mortes de pessoas LGBTQI+ no país. Os pesquisadores esclarecem que a violência lgbtfóbica nasce a partir da expressão de identidades e relações sexuais e afetivas que fogem do padrão heteronormativo vigente na sociedade.

Das 237 mortes identificadas em 2020, 161 (70%) vítimas eram travestis e mulheres trans, 51 homens gays, 10 lésbicas, três homens trans e três bissexuais. Em relação à faixa etária, não foi possível identificar a idade da maior parte das vítimas (34%). Outros 33% tinham de 15 a 30 anos e 25% tinham 31 a 45 anos. Em relação às mortes notificadas que continham informações sobre a cor ou raça da vítima, 54% eram de pessoas pretas ou pardas, e 46% de pessoas brancas. Segundo o levantamento, a região Nordeste teve o maior número

absoluto e relativo de mortes noticiadas: foram 113 casos e 2,12 mortes a cada milhão de habitantes nordestinos.

Os pesquisadores marcam como hipótese, para um número menor de mortes em 2020, o evento pandêmico ter infligido o fechamento de atividades não essenciais, em especial boates, bares e espaços de cultura, compelindo pessoas LGBTQI+ a um menor convívio social externo, o que levou à queda nos registros, principalmente o número de homens gays assassinados, o qual ficou abaixo do número de mulheres trans e travestis pela primeira vez no relatório feito pelo Grupo Gay da Bahia. Do total de vítimas, 45% eram trabalhadoras sexuais. Quatro em cada dez assassinatos foi empreendido por arma de fogo e 70% dos crimes foram perpetrados em espaços públicos.

Nesta perspectiva, 100% dos entrevistados nesta pesquisa declaram não serem assistidos pelas políticas públicas do atual governo federal. *“O atual governo tem aumentado o preconceito contra a comunidade gay e preta”*, esta fala foi a de quatro participantes da entrevista, evidenciando a necessidade dos movimentos sociais compreenderem as demandas de todos seus membros, assim como as políticas públicas incluam a abordagem interseccional. Um dos entrevistados ainda reforça, *“Pois até o momento, não foi desenvolvido nenhum projeto de assistência, segurança e igualdade de gênero por esse desgoverno”*. Para 59% dos entrevistados, *“O próprio presidente já deu diversas declarações, ao vivo, contra a comunidade LGBTQI+, negros, indígenas, nordestinos..., impossível esse governo dar assistência para nós”*.

*“Acredito que o diálogo que se estava firmando com as minorias deram lugar a um ‘conservadorismo’ acompanhado por um discurso de ódio e discriminação, seja com relação à orientação sexual, questão racial, social, de gênero, entre outros. Não há como haver política pública sem o diálogo com quem dela necessita”*, relatou um dos entrevistados, ressaltando, assim, o silenciamento do atual governo federal às questões das minorias sociais. Outro participante disse que: *“Foi a maior quebra de conquistas LGBT+ em políticas que já tivemos. Acabaram com o conselho nacional de combate à discriminação e nem notícia veiculada tivemos”*, ou seja, o apagamento, o descredenciamento dos projetos dos governos anteriores. Três pessoas alegaram que: *“Eles não beneficiam pobres e pretos”*, além de outras questões como: *“Só ataques à ciência, falas homofóbicas, tratando questões sociais como ‘mimimi’”*, em referência aos gestores públicos federais, os quais vêm apagando as conquistas históricas e fortalecendo as violências, principalmente, aos acumuladores de vulnerabilidades sociais.

Fato importante a ser discutido, consiste em nota técnica anunciada no dia 01 de dezembro de 2021, grupos organizados da sociedade civil alegaram que o PL (Projeto de Lei) 1595/2019 apresenta riscos à democracia brasileira. De autoria do deputado Major Vitor Hugo (PSL/GO), o texto antevê a concepção de “polícia política” de Bolsonaro, ampliando a interpretação do conceito de terrorismo e acende lacunas para criminalização de movimentos sociais. Artigo 19, Greenpeace Brasil, Instituto Socioambiental e Conectas são algumas organizações que assinam o documento.

Aprovado em comissão especial da Câmara dos Deputados, em setembro de 2021, o projeto tem um requerimento de urgência para ingressar na pauta do plenário da Casa. Os coletivos de luta qualificam a ideia de “polícia política e secreta” de Bolsonaro como “um dos mais perigosos projetos contra a democracia brasileira”, posto que dê ao presidente vasto acesso a dados privilegiados e informações privadas de toda a população, além de ameaçar as vozes dissidentes do governo.

Além disso, a nota avigora que propostas com temáticas inventariadas às liberdades fundamentais necessitam ser discutidas com a participação da sociedade civil e outros setores da população, o que não ocorre no trâmite do PL 1595. “A ausência desse diálogo coloca as propostas sob risco de não serem reconhecidas como legítimas e, ainda, de imporem novos riscos às lutas sociais e às vozes dissidentes”, afirma o documento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

*“A minha pele preta é meu manto de coragem, impulsiona o movimento e envaidece a viadagem”*. Esta frase, da música “Bixa Preta”, da cantora Linn da Quebrada, agora, também, participante do programa Big Brother Brasil, simboliza a essência deste trabalho, o qual se debruçou sobre todo o ciclo de violência em que corpos pretos de almas coloridas sofreram e ainda suportam no Brasil.

Essa pesquisa nos permitiu apreender os variados aspectos acerca do preconceito e discriminação sofridos pelas minorias sociais em nosso país. Resistência, renascimento e empoderamento são as perspectivas em que os negros homossexuais vêm se amoldando. Segundo Luz (2011), o racismo e a lgbtfobia são fatos sociais mais ostentados e contraditos pela sociedade contemporânea, os quais sustentam um pacto direto com as demandas atuais reguladas ao preconceito e à discriminação. Todavia, o autor ressalta que, entre as variadas

expressões, a discriminação atrelada à intersecção entre lgbtfobia e o racismo é a menos estudada e discutida, além de ser a mais questionável.

No sentido em pauta, as entrevistas nos indicaram um quadro amplamente crítico nesse viés, ou seja, a cor da pele e a orientação sexual influenciam, significativamente, as relações afetivas, no acolhimento dos movimentos sociais, assim como o acesso à saúde, à educação e aos serviços sociais básicos, reforçando, assim, o ciclo de violências em que o negro gay vem sofrendo no Brasil. Conforme Kabengele Munanga (1999), a discriminação racial é um dos entraves basilares à mobilidade, uma vez que muitos são preteridos, tão somente por suas características físicas. O racismo é uma “desumanização”, o que traduz a vítima em uma disposição inferior sempre que confrontada com um branco.

No campo do indivíduo e suas afetividades foi corroborada a hipótese em que a sociedade institui estereótipos sobre corpos e comportamentos, construindo um traçado simplista, mas sustido de modo apurado e que não se baseia fundamentalmente em expressivas vivências diretas. Pode compreender, praticamente, qualquer aspecto distintivo de uma pessoa, seja gênero, idade, raça, orientação sexual, ofício, local de residência ou grupo ao qual é integrada. Nessa pesquisa, observamos que o negro gay, é um elemento da sociedade indiscriminadamente estereotipado e invisibilizado aos vínculos afetivo-sexuais.

Quanto à produção literária brasileira, assim como os discursos proferidos nas redes sociais, além da indústria fonográfica, das artes cênicas, dentre outros segmentos artísticos, a citação à estética preta, agregada às conexões afetivas, está associada à objetificação do ser negro gay. As personagens configuram a identificação de estereótipos que materializam diversas revelações preconceituosas e discriminatórias, concluindo ao repúdio afetivo. As músicas embalam a realidade de vivências dos indivíduos negros gays, sintetizados, exclusivamente, como pessoas que proporcionam o “fetiche”.

Além disso, observamos que os sujeitos entrevistados, em sua maioria, declaram possuir entendimento sobre a relevância dos movimentos sociais, no entanto, muitos deles não se sentem amparados e/ou estimulados à participação popular. De acordo com Oliveira e Gomes (2017) os coletivos de luta devem assumir as diversidades dentro deles, ou seja, não graduar violências e abranger as múltiplas identidades sociais. A não inclusão das variantes sociais causa a invisibilidade de pautas como a questão racial, orientação sexual, que podem acentuar um conjunto de opressões, até mesmo dentro dos movimentos. Paralelo à (re)construção dos espaços, os quais necessitam ser gerados e protagonizados por todo corpo

social, é imprescindível que todas as pautas sejam acolhidas, que sejam honradas todas as letras do movimento LGBTQI+, e sem o sistema de segregação de corpos e comportamentos; onde a questão racial, de sexualidade, de gênero seja debatida de forma interseccional (KOEHLER, 2013).

De tal forma, percebemos que os movimentos sociais têm feito pouco ou nada para estimular a adesão dos sujeitos interseccionais, e, desse modo dificultando que a população seja, de fato, participativa. A lgbtfobia se mantém como única demanda/pauta explorada pelos movimentos sociais da comunidade, alimentando o apagamento das urgências de luta de todos os componentes do grupo LGBTQI+. A insuficiência de seus ordenamentos políticos é resultado de uma gênese social dos diagramas de percepção, de pensamento e de ação. Tais estruturas, suas representações e práticas compõem e são desenvolvidas ininterruptamente (BOURDIEU, 2001). Outrossim, ativistas afro-LGBTQI+ advertem para o preconceito duplo e, invariavelmente, cobram políticas públicas específicas. Ademais, é entendido que enquanto os gays brancos lutam por igualdade e matrimônio, a realidade para a maioria dos gays negros é lutar pela sua sobrevivência.

Dessa maneira, os hábitos de atenção das necessidades emergenciais acabam povoando o imaginário e orientando as condutas de uma parcela da população que permanece também excluída dos espaços decisórios de nosso país. Apesar do prognóstico negativo, com base nesta pesquisa, podemos ainda entender que há presente, na fala dos participantes, o entendimento da importância dos movimentos sociais. Mesmo que não se identificando com os existentes, os negros homossexuais estão se organizando em novos coletivos fundamentados na interseccionalidade. Ou seja, temos que compreender e olhar para tal situação como algo que pode e será mudado, sendo assim, de fato, fortalecido o protagonismo dos segmentos excluídos de nossa sociedade.

As políticas públicas do atual governo presidencial brasileiro têm proferido nenhuma medida social para as demandas de preconceito e discriminação. Pelo contrário, o discurso de ódio disseminado, principalmente nas redes sociais tem aumentado numa vertente estarecedora. A partir desses aspectos, é essencial a revisão dos marcos regulatórios das políticas públicas aos integrantes da comunidade LGBTQI+ e da população negra na esfera nacional, identificando seu enlace com a ação antirracista, mapeando as técnicas de interseccionalidade entre a diversidade sexual e de gênero com a temática racial.

Quanto aos três pilares da gestão pública, saúde, educação e segurança, a pesquisa aqui evidencia as inúmeras deficiências à prestação destes serviços aos grupos minoritários, principalmente aos que acumulam vulnerabilidades sociais, com agravamento neste momento de pandemia causada pela covid-19. As minorias étnicas, alguns segmentos da comunidade LGBTQI+ e população em risco social, que geralmente vivem em áreas de maior privação socioeconômica ou em situação de pobreza, foram, em muitos casos, privados aos devidos cuidados quanto à saúde pública, violentados pelo preconceito e sem acesso aos estudos, levando muitos à desistência de seus cursos.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. **Violência e Racismo: discriminação no acesso à justiça penal**. In L.M. Schwarcz & R. da S. Queiroz (Orgs.), *Raça e Diversidade* (pp. 255-275). São Paulo: EDUSP, 1996
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Rio de Janeiro: Editora Letramento, 2018.
- ALLPORT, G. W. **The nature of prejudice** (3a.ed.). Cambridge: Addison-Wesley, 1954.
- BAIROS, L. **Nossos feminismos revisitados**. *Revista Estudos Feministas*. N. 02, 1995.
- BARDIN L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 2011.
- BASTIDE, Roger. **Dusky Venus, Black Apollo**. *Race*, v. 3, n. 1, p. 10-18, 1961.
- BAUMAN, Zygmunt, - **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual** / Zygmunt Bauman; tradução Plínio Dentzien. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogo 2: por um movimento social europeu**. Tradução, André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **Sur l'État. Cours au Collège de France (1989-1992)**. Paris: Raisons d'Agir/Seuil, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Acesso em: 28 set. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays,**

Bissexuais, Travestis e Transexuais. 1. ed. 1. reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Acesso em: 30 set. 2019.

BUTLER, Judith. **Subjects of desire: Hegelian reflections in twenty-century France**. New York: Columbia University Press. 1a. edição, 1987.

CABRAL, Vinicius. Omat, Marcio J. Silva, Joseli M. **As relações entre espaço, violência e a vivência travesti na cidade de Ponta Grossa – Paraná - Brasil**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.35, Volume Especial, p.118-135, 2013.

CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, 17(49), 2003.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia Social do racismo – Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2012.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. Nova Iorque: Routledge, 2005.

CRAPANZANO, Vincent. **Imaginative horizons: an essay in literary-philosophical anthropology**. Chicago, The University of Chicago Press, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé W. **Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, 1989.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** In: MATO, Daniel (Coord.). Políticas de cidadania y sociedade civil en tiempos de globalización. Caracas: Faces; Universidad Central de la Venezuela, 2004.

D'ARAUJO, M. C. **Pós-modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas**. Security and Defense Studies Review, 2013.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_livres/v12n23a07.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/v12n23a07.pdf). Acesso em: 25 set. 2021

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica**. *África*, 2009, (24-26), 193-210.

DOMINGUES, Petrônio. **Esta “Magnânima Volição”:** a Federação dos Homens de Cor. Dossiê Escravidão e Liberdade na Diáspora Atlântica. *História* (São Paulo) v.37, 2018.

- DIAS, M. B. **Conversando sobre homoafetividade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- DUARTE, M. J. O. **Diversidade Sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena**. *Temporalis*, v. 14, n. 27, p. 77-98, 2014. Acesso em: 30 set. 2020.
- DURKHEIM, E. **O suicídio: estudo sociológico**. Lisboa: Presença, 1987.
- DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996
- DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador. Editora EDUFBA. 2008.
- FERNANDES, F. B. M. **A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.
- FERNANDES, F. B. M. **Os desafios da “Escuta ativa”: manifesto por uma gestão queer em políticas feministas e LGBT**. *Revista Periódicus*, 2014.
- FICHTER, J. H. Definições para uso didático in: Fernandes, Florestan. **Comunidade e Sociedade: leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. SP, Ed Nacional, EDUSP, 1973.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **A história da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: normas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1988.
- GOHN, Maria da Glória. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. *Saúde e Sociedade* v.13, n.2, p.20-31, maio-ago 2004.
- GOLDSTEIN, Donna M. **“Interracial” Sex and Racial Democracy in Brazil: Twin Concepts?** *American Anthropologist*, v. 101, n. 3, 1999.
- GREEN, J. N. **Além do carnaval: homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: UNESP, 2000

HALL, Stuart. **Identidades Culturais na Pós-Modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEILBORN, Maria Luiza et al. (org.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2. ed. Brasília, 2012.

KOEHLER, S. M. F., & Sousa, A. M. V. **Homofobia e educação em direitos humanos**. In A. M. Eyng (Ed.), *Direitos humanos e violências nas escolas* (pp.147-172). Curitiba: CRV, 2013.

LEVY, Nathalia Levy; ZANETTINI, Germana. **Como a LGBTfobia se esconde no Brasil?**. 2016. Disponível em: < <http://www.geledes.org.br/como-lgbtfobia-se-esconde-no-brasil-huffpost-brasilcom-caj/#gs>. Acesso em: 02 out. 2019.

LUZ, R. dos S. **A intersecção dos conjuntos: gays e lésbicas negras em confronto com as hegemonias e sub-hegemonias**. In: VENTURI, G.; BOKANY, V.(orgs.). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2011, p. 119-130.

LOUW, P. Eric. **The Rise, Fall and Legacy of Apartheid**. Praeger, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal 7.716/89**, alterada pela Lei Federal 9.459/97.

MARQUES JUNIOR, Joilson Santana. **LGBT+ Negras: Conhecimento e políticas em revista**. [SYN]THESIS, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 17-27, jan./ jun. 2016.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Tradução Marta Lança. Lisboa: Antígona Editores. 1º edição, julho de 2017.

MINAYO MCS. **O desafio do conhecimento**. 14. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco; 2014.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: Novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MOUTINHO, Laura. **Razão, “Cor” e Desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul**. São Paulo: UNESP, 2004.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MUNANGA Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NOGUEIRA, Oracy. **Negro político, político negro: A vida do Dr. Alfredo Casemiro da Rocha parlamentar da república velha**. São Paulo: Edusp, 1992.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil**. Tempo Social, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2007.

OLIVEIRA, I. M. ; DALLAGNOL, R. P. . **Racismo na propaganda**. IDEIAS & INOVAÇÃO , v. 1, p. 91-101, 2012.

OLIVEIRA, C. R. (Coord.), e GOMES, N., **Discriminação de base racial e étnica**, In Indicadores De Integração De Imigrantes. Relatório Estatístico Anual 2017, *Coleção Imigração Em Números Do Observatório Das Migrações*, Lisboa: Acm, 2017.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Raça, gênero e relações sexual afetivas na produção bibliográfica das Ciências Sociais Brasileiras – um diálogo com o tema**. Afro-Ásia, n. 34, p. 153-188, 2006.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Salvador: EDUFBA, 2013.

PARKER, Richard Guy. **Corpos, Prazeres e Paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Best Seller, 1991.

PEREIRA, T. D.& CORRÊA e CUNHA, E. F.. **Preconceito e Discriminação: Policiais Militares Homossexuais**. (trabalho apresentado no XI Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento na linha Gênero, Sexualidade e Psicologia do Desenvolvimento, em 2017), 2016.

PEREIRA, T. D. **Da população LGBTQI+ negra, covid-19 e crise da democracia**. Trabalho apresentado ao III Seminário Nacional de Sociologia do PPGS/UFS, São Cristóvão, outubro de 2020.

PEREIRA, T. D. **Interlocução policial: critérios na escolha dos abordados**. Trabalho apresentado ao XLIV Encontro Anual da Anpocs, dezembro de 2020.

PEREIRA, T. D. **Influenciadores digitais negros: comportamento digital e identidade em torno de lutas contra o racismo e a lgbtfobia**. Trabalho apresentado à IV Semana de Antropologia da UFS, maio de 2021.

PEREIRA, T. D. **Percepção de professores lgbtqi+ negros acerca da lgbtfobia e do racismo no mundo do trabalho**. Trabalho a ser apresentado ao XX Congresso Brasileiro de Sociologia, julho de 2021.

PEREIRA, T. D. **Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência policial aos LGBTQI+ negros**. Trabalho a ser apresentado à II Semana de Ciências Sociais da UNILAB, dezembro de 2021.

PINHO, O. **Relações raciais e sexualidade**. In: PINHO, AO., and SANSONE, L., orgs. *Raça: novas perspectivas antropológicas* [online]. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 257-283.

PINHO, Osmundo (2013). **Um enigma masculino: Interrogando a masculinidade da desigualdade racial no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/unih/n77/n77a10.pdf>. Acesso em: 12 Out 2020.

PIZA, M. V. **O fenômeno Instagram: considerações sob perspectiva tecnológica**. 2012. 48f. Monografia (Graduação) – Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2017. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/3243/1/2012\\_MarianaVassalloPiza.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/3243/1/2012_MarianaVassalloPiza.pdf). Acesso em 11 jan. 2021.

RATTS, Alecsandro (Alex) J. P. **As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos**. Espaço e Cultura (UERJ), Rio de Janeiro, v. 17-18, p. 77-89, 2004.

RATTS, Alecsandro (Alex) J. P.. **Eu sou atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza & Imprensa Oficial, 2006

RIBEIRO, M. **Mulheres negras brasileiras: de Bertioga e Beijing**. Revista Estudos Feministas. N 02, 1995.

ROCHA, M. E. G. T. **Iguais, mas separados. Os homossexuais e as forças armadas**. Revista Brasileira de Direito Constitucional, 2011.

SAFATLE, Vladimir. **Fetichismo: Colonizar o Outro**. Para ler Freud. 1ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2010.

- SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três estrelas, 2007. 143 p.
- SALES JÚNIOR, Laurentino de Sales. **Raça e Justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo de justiça**. Recife: Editora Massangana, 2009.
- SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do “ser negro”: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: Educ/ Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- SANTOS, G. G. da C. **Diversidade Sexual, Partidos Políticos e Eleições no Brasil Contemporâneo**. Revista Brasileira de Ciência Política. Vol. 20, 2016.
- SILVA, J. P. **Homossexualidade na família: como o preconceito pode afetar a sociabilidade de jovens gays**. In: Anais... II Seminário internacional violência e conflitos sociais: ilegalismos e lugares morais. Fortaleza: CE, 2011.
- SILVA, Flávio Santos da. **Identidade e práticas articulatórias do Movimento GLBT: a disseminação da “Parada Gays” no Estado de Alagoas**. In: RODRIGUES, Cibele Maria Lima. Democracia, identidades e dilemas. Maceió: UFAL, 2011. p. 115-127.
- SIMÕES, Júlio & FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.
- SOUSA FILHO, Alípio de. **Teorias sobre a gênese da homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude**. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Ministério da Educação. Brasília, 2009, p. 95.
- STOLER, Ann Laura. **Race and the Education of Desire**. Durham, N. C.; London: Duke University Press, 1995.
- TILLY, Charles. **Democracy**. New York: Cambridge University Press, 2007.
- THEODORO, Mario (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.
- WEBER, Max. **Ciência como vocação**. In: BOTELHO, André (org.). Essencial Sociologia. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- WIEWIORKA M. **O retorno do racismo**, in Nove lições de sociologia. Como compreender um mundo em mudança. Lisboa, Editorial Teorema, 2010.

# ANEXO A

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

### DADOS SÓCIODEMOGRÁFICOS

#### Etnia/Raça:

branca  negra  parda  amarela  indígena

#### Identidade de Gênero:

mulher cis  homem cis  mulher trans  homem trans  não-binário  agênero

#### Orientação sexual:

heterossexual  homossexual  bissexual  assexual  pansexual

#### Região em que reside atualmente:

norte  nordeste  centro-oeste  sudeste  sul

### PERGUNTAS

1. Você sofre ou sofreu algum tipo de preconceito e discriminação? Se sim, por qual (quais) motivo (s)?
2. Você já sofreu racismo por pessoas da comunidade LGBTQI+? Se sim, descreva algum fato vivido.
3. Você se sente acolhido (a) pelos movimentos sociais LGBTQI+ e NEGRO? Justifique.
4. Você se sente assistido (a) pelas políticas públicas do atual governo federal? Justifique.